

Relatórios e
Informes

MCP: PLANO DE AÇÃO PARA 1963

Como prefeito de Recife, tive oportunidade de, juntamente com homens de todas as tendências religiosas e políticas, iniciar um movimento que iria levar ao povo uma nova atitude, que não era aquela dos intelectuais encastelados e dos estudantes que estudam para fora do Brasil e não para dentro de nossa realidade, nem dos que se consideram donos do povo, mas daqueles que aprendem com o povo o que os doutores não sabem: a ciência do sofrimento da vida.

Governador Miguel Arraes de Alencar

Trecho do discurso pronunciado na sessão solene de instalação do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular

INTRODUÇÃO

Em maio de 1960, o então prefeito Miguel Arraes promoveu, apoiado em setores progressistas da intelectualidade e nos estudantes, a fundação do Movimento de Cultura Popular. Juridicamente, nascia o MCP como uma sociedade civil autônoma.

Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e da educação de base. A realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência.

Com o tempo, foi o MCP diversificando seu campo de ação e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato, etc. Nesses três anos, uma rica soma de experiências e ensinamentos foi acumulada. Mas, com o crescimento acelerado e com a ampliação do Movimento, foi sentida a necessidade de dar um balanço a respeito dos resultados positivos e dos negativos registrados e de apreciar, criticamente, as falhas existentes em nosso trabalho. Tais falhas, no essencial, se originavam da ausência de um planejamento global e realista, em que fossem examinados a linha diretora, as diretrizes gerais, os meios, os procedimentos, o caráter das atividades para um determinado período de tempo e as linhas de ação para cada projeto.

Este documento surgiu, assim, para dar condições ao MCP de desempenhar com êxito as novas tarefas que precisa enfrentar, corrigindo as distorções que entravavam sua expansão ordenada. É um instrumento básico e indispensável para que o MCP inicie uma fase superior de sua ação pela cultura popular.

Os recursos, de que trata o presente documento, distribuídos pelos diversos projetos, não correspondem à disponibilidade atual do MCP, mas sim à previsão para o seu desenvolvimento na capital e no interior do Estado.

Acreditamos que o Plano de Ação para 1963, embora se ajustando às condições específicas de Pernambuco, pode servir de valioso subsídio às organizações de cultura popular presentes neste Encontro, que tem como um dos seus principais objetivos a troca de experiências.

I - DIAGNÓSTICO

1. Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife e, logo depois, em todo o

Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas no resto do país, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Em Recife e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato é praticamente inexistente no resto do país, onde via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condições adversas à sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular.

2. O movimento popular gera o movimento de cultura popular. O movimento popular, ao atingir determinada etapa de seu processo de desenvolvimento, experimenta a necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural que se apresentam como barreiras características daquela etapa, obstaculizando a passagem para a etapa seguinte. A superação de tais dificuldades se apresenta assim como condição para o prosseguimento do processo.

3. O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltadas para as massas e destinadas a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar o movimento popular.

4. A demanda por uma consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo é característica do movimento popular porque este se assenta nas três seguintes pressuposições:

- a) Só o povo pode resolver os problemas populares;
- b) Tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes;

- c) O instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política, guiada por idéias que representam adequadamente a realidade objetiva.

II - LINHA DIRETORA

1. Qualquer movimento de cultura popular deve ter como diretriz suprema orientadora do conjunto de suas atividades a deliberação de se incorporar ao esforço comum desenvolvido pelo movimento popular na luta pela consecução de seus objetivos próprios.

2. Esse propósito primordial se expressa, essencialmente, no projeto de transformação das condições culturais em que tem se desenvolvido o movimento popular, o que se verifica na medida em que aquelas condições deixam de ser adversas e passam a ser francamente favoráveis ao avanço do movimento popular.

3. A presente linha diretora define o movimento de cultura popular como elemento dinâmico integrante da totalidade formada pelo movimento popular e investido da função específica de criar as condições culturais necessárias à intensificação do processo de desenvolvimento do movimento popular em seu conjunto.

4. A partir dessa perspectiva, o movimento de cultura popular desempenha papel de poderoso auxiliar na solução dos problemas culturais com que se defrontam as massas em luta por obter o atendimento de suas aspirações culturais e extraculturais. Assim situado, o movimento de cultura popular encontra-se em posição de discernir as diretrizes parciais, desejáveis a partir de sua linha diretora, e com ela compatíveis tanto por seu conteúdo, quanto por sua hierarquia.

III - DIRETRIZES GERAIS

1. As diretrizes gerais que realizam a linha diretora estabelecida são propostas a partir da constatação dos seguintes vazios culturais:

- a) Deficiências culturais experimentadas em caráter geral pelo movimento popular e que impedem sua expansão e aprofundamento;

- b) Deficiências culturais diretamente experimentadas no interior das organizações por meio das quais o movimento popular atua;
- c) Deficiências dos investimentos culturais realizados pelo poder público em apoio ao movimento popular.

2. O presente plano estabelece como prioritárias as seguintes diretrizes:

- a) Fornecimento dos meios absolutamente indispensáveis à formação e ao exercício da consciência social capaz de compreensão adequada das condições de vida a que se encontram submetidas as massas populares;
- b) Desenvolvimento da consciência popular no sentido de aprofundar sua compreensão teórica da realidade social e da necessidade prática de sua transformação;
- c) Desenvolvimento da vida cultural das organizações populares no sentido de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais voltadas para a comunidade;
- d) Elevação do sentido social das manifestações culturais comunitárias de caráter tradicional;
- e) Transformação, de negativa em positiva, da relação entre meios indiretos e meios diretos, adotados pelo presente plano para a concretização de suas diretrizes.

IV - MEIOS

1. Para o movimento de cultura popular alcançar êxito na concretização de suas diretrizes gerais precisa utilizar, concomitantemente, tanto os meios voltados para dentro de si mesmo quanto aqueles que se dirigem à comunidade. Não obstante, em função das características de que se deve revestir um movimento de cultura popular que já alcançou níveis de relativo desenvolvimento interno, o prosseguimento da expansão deve ser obtido especialmente através da utilização dos meios indiretos de ação os quais permitem a multiplicação das

atividades em escala geométrica uma vez que mobilizam no povo e em suas organizações o potencial de trabalho e de criação existente, mas inaproveitado.

2. Os meios voltados para dentro a utilizar são os seguintes:

- 2.1. Desenvolver atividades de formação e aperfeiçoamento cultural e profissional dos quadros do próprio movimento.
- 2.2. Formalizar e pôr em funcionamento um regime estatutário que assegure:
 - a) Autonomia de decisão, em suas esferas respectivas, aos órgãos executivos e deliberativos;
 - b) Poder de soberania à assembléia geral dos membros;
 - c) Representação popular no planejamento, na divisão, no controle e na correção das atividades do movimento, fixando-se nesse sentido a responsabilidade do movimento para com a comunidade e a da comunidade para com o destino do movimento.
- 2.3. Estabelecimento de normas que determinem a forma colegiada de atuação tanto para as direções superiores quanto para as setoriais;
- 2.4. Estabelecimento de normas que conduzam as direções à prática de subordinar suas decisões a prévias consultas às bases;
- 2.5. Estabelecimento de normas que conduzam os projetos a funcionar articulados entre si e em regime de permanente ajuda mútua;
- 2.6. Empreender a reorganização administrativa necessária a que seja assegurado rigoroso controle contábil do recebimento e aplicação de recursos, assim como a inspeção do curso das atividades.

3. Os meios voltados para fora inserem-se no âmbito geral demarcado pela vida cultural da comunidade. Dentro desses limites genéricos devem ser focalizados aqueles setores culturais que se apresentam mais especificamente como

campo de atuação e florescimento da cultura popular. Dentro desse quadro são os seguintes os meios voltados para fora a serem utilizados:

3.1. Meios diretos:

- a) Desenvolver atividades formativas incidentes sobre os seguintes níveis da experiência humana:
 - intelectual
 - profissional
 - político
 - artístico
 - social
 - recreativo
 - esportivo
 - organizativo
- b) Desenvolver atividades informativas que interessem e motivem a comunidade nas atividades desenvolvidas pelo movimento.

3.2. Meios indiretos:

- a) Criar, nas organizações integrantes do movimento popular, núcleos de cultura popular constituídos e ativados pelos próprios membros dessas organizações;
- b) Desenvolver atividades capazes de articular aspirações culturais não organizadas que estão na origem de futuros grupos de ação cultural popular;
- c) Assessorar técnica, cultural e materialmente os núcleos culturais populares autogeridos;
- d) Elevar cada atividade à condição de campanha, criando para tanto os incentivos necessários a que as forças populares assumam como suas as iniciativas particulares geradas originalmente no interior do movimento;

- e) Aprofundar o caráter popular das campanhas de iniciativa governamental;
- f) Generalizar, para todos, as iniciativas partidas de um ou poucos grupos populares.

V - PROCEDIMENTOS

1. Para que as relações entre a direção do movimento e suas bases e as relações entre o movimento como um todo e as massas populares transcorram de modo ordenado aos fins da cultura popular é necessário que sejam adotados certos procedimentos capazes de impedir que os diferentes focos de interesse se constituam em obstáculos à cooperação, ao entendimento e à profundidade do trabalho a ser executado. Tais procedimentos, que são maneiras adequadas de se aplicar os meios, devem ser observados tanto na ordem interna, quanto na ordem externa.

2. Procedimentos internos:

- 2.1. Criar as condições necessárias ao fluxo e refluxo democrático entre os escalões dirigentes e as bases.
- 2.2. Criar as condições necessárias ao fluxo e refluxo horizontal que impede a formação de quistos verticalmente organizados.
- 2.3. Criar as condições de abertura para a comunidade que facilitem o acesso à organização a pessoa e idéia exteriores, especialmente grupos que refletem opinião popular estruturada.
- 2.4. Submeter a aplicação do plano de ação a um permanente processo de correção, na prática, das incompatibilidades inevitáveis no nível da ação planejadora, por isso que impostas por situações de fato constituídas em períodos anteriores e não suscetíveis de correções bruscas ou a curto prazo.
- 2.5. Assimilar criticamente as experiências geradas pela prática diferenciada dos movimentos de cultura popular em ação nas diversas regiões do país.
- 2.6. Guardar a unidade indissolúvel entre o planejamento, a execução, o controle e a revisão, sem que o movimento tenda a perder o sentido unitário e as oportunidades dinâmicas de renovação de valores.

2.7. Submeter cada setor às exigências do trabalho na base de planos que especifiquem as tarefas a executar, os custos, os recursos financeiros e sua distribuição cronogramada no tempo.

3. Procedimentos externos:

3.1. Condicionar o assistencialismo à conscientização, subordinando cada uma das atividades ao ponto de equilíbrio entre as aspirações imediatas vivamente experimentadas pelo povo e os superiores propósitos assumidos pelo movimento.

3.2. Acrescentar às atividades autônomas do movimento o caráter de indutoras de atividades similares por parte das organizações populares.

3.3. Estender as conquistas da vanguarda cultural ao nível das massas populares e elevar as manifestações culturais populares ao nível da vanguarda cultural.

3.4. Apoiar-se nas iniciativas do governo e das organizações sociais para aumentar a eficácia da ação cultural do movimento.

3.5. Interessar o povo em geral e as organizações governamentais e sociais em particular no desenvolvimento material e cultural do movimento.

VI - CARÁTER DAS ATIVIDADES PARA 1963

1. O caráter das atividades do movimento de cultura popular para 1963 é determinado em primeiro lugar pela exigüidade dos recursos, tanto humanos quanto financeiros, postos à sua disposição no início do período, o que levou ao estabelecimento de uma estreita faixa de prioridades.

2. Uma segunda limitação, impeditiva da plena realização das atividades em princípio desejáveis, decorre das distorções estruturais ocorridas ao longo do processo de desenvolvimento não planejado do movimento de cultura popular, distorções que, sendo incorrigíveis a curto prazo, implicam em manifesta incompatibilidade entre determinadas metas setoriais e as diretrizes gerais que devem nortear o movimento nas atuais circunstâncias.

3. A terceira das condições que determinam o caráter específico das atividades planejadas para 1963 decorre do crescimento artificial verificado em alguns setores em períodos passados, não tendo sido guardada nesses setores a necessária compatibilidade entre a propensão para o crescimento e a necessidade de distribuição equilibrada dos recursos materiais e humanos dentro do conjunto da organização.

4. A partir desse quadro, as atividades planejadas para 1963 apresentam um caráter heterogêneo, ambíguo e, não raro, contraditório, marcado pela coexistência de tendências operando no sentido de modelar um novo surto de atividades condizentes com os propósitos da organização, lado o lado com tendências que atuam no sentido de manter a organização em desacordo com suas finalidades.

5. As atividades de 1963 deverão assumir preferentemente o caráter inovador que resultaria do lançamento de frente de trabalho apto a sintetizar na mesma unidade o esforço do movimento popular com o esforço do movimento de cultura popular. Tais frentes se resumem naquelas atividades capazes de suscitar a energia criadora intrínseca às massas populares e às suas organizações. Nesse caso, encontram-se os modos de ação que transcendem a característica de mera doação de bens culturais produzidos internamente pelo movimento, e, a seguir, oferecidos à comunidade como produtos acabados em relação aos quais só cabe o ato de consumo.

6. As atividades que merecem predominar no período de 1963 devem assim se caracterizar:

- a) Pela oferta de assessoramento a esforços criadores da cultura desenvolvidos pelos núcleos de cultura das próprias organizações populares;
- b) Pela aplicação das várias modalidades de incentivos ao surgimento, ao florescimento e à multiplicação de tais fontes produtoras de cultura popular;
- c) Pela criação de mecanismos de estímulos e de coordenação capazes de criar interdependências e ajudas mútuas entre as diversas organizações nos seus diversos níveis de existência social, facilitando desse modo que as deficiências de umas sejam completadas pelas potencialidades de outras e permitindo,

em última análise, que as mais atrasadas encontrem condições favoráveis para ascender ao nível das mais adiantadas.

VII - LINHAS DE AÇÃO

1. Os objetivos gerais e as atividades para 1963 se concentram nas linhas de ação que serão, subseqüentemente, concretizadas na forma de projetos específicos. As linhas de ação a serem desenvolvidas em 1963 são as seguintes:

- Núcleos de cultura popular
- Meios informais de educação
- Alfabetização e educação de base
- Editorial e imprensa
- Teatro
- Cinema
- Esporte
- Artes plásticas e artesanato
- Dança, canto e música popular
- Ensino elementar
- Pesquisas
- Administração

2. Projeto de Núcleos de Cultura Popular

2.1. Objetivos:

- a) Fornecer às organizações populares os elementos de cultura popular capazes de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais junto à comunidade;
- b) Auxiliar as organizações populares a se expandirem e a se aprofundarem entre todas as camadas do povo, assim como a serem patrocinadoras do surgimento de novas organizações, idênticas ou de tipo e objetivos distintos;
- c) Desenvolver a consciência do povo através da criação ou da expansão de departamentos culturais nas organizações populares, no sentido

de aprofundar a compreensão da problemática brasileira e da necessidade de transformações radicais nas estruturas econômicas, sociais e políticas por meio das ações de massas;

- d) Auxiliar as organizações populares e setores diversos do povo a formularem suas plataformas reivindicatórias no quadro geral da problemática econômica, social e política brasileira e nordestina.

2.2. Meios e procedimentos:

- a) Serviços de alto-falantes, fixos e móveis;
- b) Grupos teatrais;
- c) Círculos de debates;
- d) Círculos de leitura;
- e) Convenções populares;
- f) Ajudar na elaboração de estatutos e de plataformas reivindicatórias;
- g) Ajudar na realização de festas populares, de desfiles, manifestações, congressos e convenções populares.

2.3. Instrumentos de ação:

- a) Federação e associações de bairro;
- b) CONSINTRA e Sindicatos de Trabalhadores;
- c) Círculos Recreativos Operários;
- d) Associações Profissionais e Culturais;
- e) Organizações Estudantis.

Este Projeto está montado, portanto, na concepção e na prática de que todas as suas atividades devem se basear nas organizações profissionais e culturais, criando-se nelas Núcleos de Cultura Popular. Tais Núcleos são de responsabilidade das próprias organizações, cabendo ao MCP o papel de dinamizador das atividades.

2.4. Diretrizes para 1963:

- a) Constituir imediatamente a direção colegiada do Projeto, composta de cinco elementos, representantes de organizações do movimento popular;

- b) Iniciar, em julho, os trabalhos de organização dos Núcleos de Cultura Popular na Federação e nas Associações de Bairro, assim como nas demais entidades populares, profissionais e culturais, segundo um plano de trabalho previamente elaborado;
- c) Realizar, em agosto ou setembro, um Curso Central de Politização para o qual cada entidade popular deverá enviar dois representantes, preferentemente aqueles que irão ocupar postos de direção nos Núcleos de Cultura Popular;
- d) Implantar um serviço de alto-falantes, inicialmente com 50 unidades para atuar nos principais pontos de concentração popular;
- e) Montar um serviço de utilidade pública, com base no serviço de alto-falantes, que trate de achados e perdidos, queixas e reclamações, oferta e demanda de emprego, informações de caráter social etc.;
- f) Realizar, conjuntamente com as lideranças de cada entidade popular, planos concretos de expansão da entidade, através de campanhas de novos associados, de assembleias populares de recrutamento, de criação de filiais etc.;
- g) Constituir, em cada Núcleo de Cultura, grupos de caráter artístico ou intelectual, formados pelos elementos interessados em participar criadoramente de atividades culturais e solicitar, para o treinamento de tais grupos, assistência técnica e material dos correspondentes Projetos do MCP;
- h) Ajudar cada Núcleo de Cultura Popular a elaborar seu Plano de Realizações, o qual deve corresponder aos objetivos do Projeto e às reivindicações da entidade e das massas populares;
- i) Assessorar os Núcleos de Cultura Popular na programação das comemorações de 1º de maio, 13 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e de outras datas comemorativas dos movimentos libertários do povo pernambucano, além daquelas que marcam a história das organizações do movimento popular;

- j) Estimular as organizações populares a apresentar sugestões e reivindicações por ocasião da elaboração do Plano de Ação Municipal da Prefeitura do Recife e das propostas orçamentárias do Município e do Estado;
- k) Montar uma assessoria técnica capaz de ajudar as organizações populares a formular suas reivindicações em termos de projetos de lei a serem apresentados à Câmara Municipal do Recife;
- l) Orientar as organizações populares na discussão do projeto da Lei de Organização Municipal do Recife, a fim de que o mesmo seja aprovado pela Assembléia Legislativa em consonância com os interesses reais da comunidade recifense;
- m) Elaborar planos de cursos de conscientização dos associados das organizações populares, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática econômica, social e política do Brasil e do Nordeste, assim como o papel histórico que cabe às massas populares na solução popular desta problemática;
- n) Realizar um trabalho preliminar de sistematização das reivindicações das entidades do movimento popular com o objetivo de elaborar um projeto de Plataforma das Reivindicações Populares, a ser submetido à apreciação das referidas entidades;
- o) Elaborar um plano de realização dos trabalhos preparatórios de uma grande Convenção Popular, a ser realizada em janeiro ou fevereiro do ano próximo, em cujo temário estejam incluídos o projeto de Plataforma de Reivindicações Populares e o Plano de Ação para 1964 dos Núcleos de Cultura Popular.

2.5. Despesas:

A despesa com pessoal, material e realizações necessárias à implantação e expansão do Projeto estão estimados em (quinze milhões de cruzeiros) Cr\$ 15.000.000,00.

2.6. Recursos:

Os recursos para implantação e expansão do Projeto devem correr durante esse ano por conta do MCP. Existem possibilidades ainda de conseguir recursos junto à Secretaria Assistente do Governo Estadual.

3. Projeto de Meios Informais de Educação

3.1. Objetivos:

- a) Facilitar ao povo os meios de educação, informação e recreação;
- b) Incentivar tomadas de posição das camadas populares da comunidade, colaborando na reivindicação de seus direitos;
- c) Motivar formas de organização do povo, incentivando a criação de grupos e de suas lideranças.

3.2. Meios e procedimentos:

- a) Teleclubes;
- b) Cineclubes;
- c) Clubes de leitura;
- d) Teatro;
- e) Clube de pais;
- f) Círculo de cultura;
- g) Organização da comunidade e formação de grupos;
- h) Formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico do Projeto;
- i) Ação em estrito contato com as agremiações existentes;
- j) Facilitar instrumentos de ação à comunidade;
- k) Incentivo às ligações entre os diversos núcleos existentes.

3.3. Instrumentos de ação:

- a) Praças, centros e parques de cultura do MCP;
- b) Escolas e grupos escolares do MCP e do Governo Estadual;

- c) Templos, centros esportivos e associações recreativas.

3.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Dinamizar as praças de cultura do MCP, procurando, inicialmente, trabalhar junto a associações recreativas, centros esportivos, grupos escolares, templos etc.;
- 2) Inaugurar mais duas praças de cultura do MCP, localizadas no Largo Dom Luiz e na Várzea, constituídas de bibliotecas, auditórios para teatro, teleclube e cineclube;
- 3) Reivindicar junto à Prefeitura Municipal do Recife a construção de dois parques de recreação infantil, a instalação de luz e água e a complementação dos trabalhos de construção das praças acima referidas, de acordo com as necessidades técnicas do projeto;
- 4) Elaborar e executar um plano de recuperação do Centro de Cultura Dona Olegarina, procedendo ao levantamento sócio-cultural da área, organizando novas atividades tendentes à formação de novos grupos;
- 5) Estudar as possibilidades de organização de uma praça cultural, localizada no Campo do Jordão, atendendo solicitação do IPSEP, mediante apresentação de uma proposta de convênio que inclua as necessidades financeiras;
- 6) Desenvolver, no sítio da Trindade, as seguintes atividades tendentes a transformá-lo em um Parque de Cultura: programar teatro com debate nos fins de semana e feriados, programar espetáculos musicais, completar e deslocar para ponto mais apropriado o parque infantil existente;
- 7) Transformar o Parque 13 de Maio em Parque de Cultura, caso a Secretaria de Educação da PMR venha a se instalar naquele local;
- 8) Colaborar com o IPA, mediante convênio, na execução de programas que visem a transformar o Horto de Dois Irmãos em um centro de recreação e educação popular, organizando um museu

de caráter dinâmico, onde se realize exposições de plantas, animais e técnicas de produção agrícola, industrial e artesanal, assim como projeções de filmes e "slides" e a criação de um parque infantil segundo as técnicas especializadas;

- 9) Estudar a possibilidade de instalar uma Praça de Cultura nos Torrões ou Mustardinha;
- 10) Manter o funcionamento das Praças da Cultura da Torre e do Salgueiro nas suas diversas atividades: teleclube, clube de leitura, círculos de cultura, esportes e recreação infantil;
- 11) Solicitar à Divisão de Pesquisas levantamento sócio-cultural dos bairros onde se encontram as Praças de Cultura do Salgueiro e do Largo Dom Luiz;
- 12) Estudar a possibilidade de convênios de colaboração educacional e cultural com entidades públicas interessadas;
- 13) Contratar pessoal técnico e pessoal auxiliar para atender às necessidades de expansão do projeto: 30 técnicos para três praças e um centro de cultura; três técnicos e dois auxiliares para a equipe central;
- 14) Promover cursos de treinamento para formação de pessoal técnico, constituídos das seguintes disciplinas: Problemática econômica, social e política brasileira e nordestina; Educação e Cultura no Brasil e no Nordeste; História; Organização e Planejamento em Educação; Psicologia da Criança, do Adolescente e do Adulto; Psicopedagogia; Organização do povo;
- 15) Promover cursos de especialização do pessoal de biblioteca, de cineclube, de círculo de cultura, de teleclube, recreação infantil e clube de leitura;
- 16) Promover seminários mensais com todo pessoal técnico do Projeto;

- 17) Promover seminários semanais com a equipe central;
- 18) Possibilitar a participação dos técnicos em cursos de interesse do projeto organizado por outras entidades;
- 19) Enviar representantes para o Curso de Politização a ser realizado em Aracajú, em julho do corrente ano;
- 20) Manter contatos com entidades de Cultura Popular existentes no Brasil, visando a maior enriquecimento do Projeto.

3.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$ 7.460.000,00
Chefia	Cr\$ 2.195.000,00
Técnico	Cr\$ 4.950.000,00
Burocrático	Cr\$ 315.000,00
MATERIAL	Cr\$ 1.704.500,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 9.164.500,00

3.6. Recursos:

Ainda são as dotações com que conta o MCP, havendo, porém, possibilidades de realizar com entidades públicas estaduais.

4. Projeto de Alfabetização e Educação de Base

4.1. Objetivos:

- a) Alfabetização de adultos;
- b) Educação de base, consistindo no ensino de linguagem, matemática, educação sanitária, história, geografia e política, vinculando-se essas disciplinas a elementos de formação de uma consciência da problemática brasileira e nordestina.

4.2. Meios e Procedimentos:

- a) Cursos de preparação de pessoal técnico;
- b) Círculos de estudos de aperfeiçoamento;

- c) Cursos de formação de pessoal destinado a outras entidades;
- d) Cursos regulares de orientação do professorado leigo;
- e) Integração, num mesmo processo, da alfabetização, conscientização e desenvolvimento de aptidões;
- f) Classes experimentais de alfabetização e de educação de base para adultos;
- g) Círculos de cultura.

4.3. Instrumentos de Ação:

- a) Setor de formação da cultura do Projeto
- b) Setor de difusão da cultura do Projeto

4.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar o III Curso de Formação de Monitores, para preparar duzentos professores leigos, visando à instalação de classes experimentais dentro do espírito do Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura;
- 2) Solicitar à Divisão de Pesquisa, o levantamento de número de analfabetos de 14 a 18 anos existentes nos diversos bairros do Recife, a fim de localizar tecnicamente a instalação das escolas;
- 3) Iniciar a instalação de 200 unidades escolares experimentais e de educação de base, com capacidade para o atendimento de seis mil alunos;
- 4) Manter um programa cultural difuso, na Rádio Universidade;
- 5) Realizar o levantamento de dados relativos à situação do interior do Estado: população por município e o percentual de analfabetos; número de salas disponíveis; equipamento escolar existente; professorado, titulado ou leigo, disponível; possibilidades de convênios com as municipalidades ou entidades sociais;

- 6) Preparar equipe especializada para formação de coordenadores de debate dos círculos de cultura a serem instalados;
- 7) Instalar, inicialmente, pelo menos 200 Círculos de Cultura no Recife e 250 no interior do Estado com o objetivo de estabelecer as bases da criação de uma rede de Círculos de Cultura em toda cidade;
- 8) Manter equipe habilitada para preparar monitores e dar orientação técnica pedagógica a outras entidades, em atendimento a convênios firmados ou a serem firmados;
- 9) Realizar cursos de formações de aperfeiçoamento profissional como medida concreta para superar a evasão escolar.

4.5. Despesa:

PESSOAL	Cr\$ 21.351.000,00
Chefia	Cr\$ 1.197.000,00
Técnico	Cr\$ 19.506.000,00
Burocrático	Cr\$ 648.000,00
MATERIAL	Cr\$ 128.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 21.776.000,00

4.6. Recursos:

As dotações com que conta o MCP, havendo, no entanto, amplas possibilidades de ampliá-las através da ajuda do Governo Estadual e Federal.

5. Projeto Editorial e Imprensa

5.1. Objetivos:

- a) Desenvolver atividades editoriais de modo a difundir elementos de cultura popular junto às mais amplas camadas populares, atingindo, através das diferentes modalidades de publica-

ções, o público potencial que se encontra fora do alcance dos meios de ação e comunicação utilizados pelos demais projetos;

- b) Desenvolver as mais variadas formas de atividades jornalísticas, exercendo funções informativas e educativas que divulguem as realizações logradas pelo movimento popular através de suas diferentes organizações, inclusive o próprio movimento de cultura popular;
- c) Abrir oportunidades de trabalho literário ou científico, estimulando e facilitando a publicação de artigos, estudos, ensaios, obras de ficção etc.

5.2. Meios e procedimentos:

- a) Emissoras radiofônicas;
- b) Estações de TV;
- c) Jornais;
- d) Jornal Mural (meio de comunicação de particular importância, numa comunidade como a do Recife, caracterizada por população de baixa renda);
- e) Publicações em suas diferentes modalidades;
- f) Criação ou utilização de periódicos ou publicações de circulação interna em organizações populares.

5.3. Diretrizes para 1963:

As diretrizes para 1963, bem como os instrumentos de ação a serem fixados, deverão ser elaborados no momento mesmo de estruturação e implantação do projeto que já tem definidos os seus objetivos, meios e procedimentos.

5.4. Despesa:

As despesas serão estabelecidas e especificadas, tendo em vista as diretrizes que forem fixadas para 1963. Estima-se, porém, que as despesas podem ser da ordem de Cr\$ 3.200.000,00.

5.5. Recursos:

Os recursos serão indicados em função do plano de despesa.

6. Projeto de Teatro

6.1. Objetivos:

- a) Elaborar novas formas teatrais de expressão da problemática popular, contribuindo para a elaboração de uma cultura capaz de ser apropriada e desenvolvida pelo povo;
- b) Elevar, por meio de teatro, o nível de consciência política das massas, de modo a que as próprias massas assumam seu papel histórico social.

6.2. Meios e procedimentos:

- a) Cursos de formação teatral;
- b) Encenação de textos;
- c) Pesquisas culturais para elaboração de textos e formação de quadros;
- d) Fundação e supervisão de clubes de teatro nas organizações populares;
- e) Promoção de festivais de teatro e participação nos promovidos por outras entidades;
- f) Preferência por bolsistas a profissionais, sem excluir a contratação de profissionais de alta qualificação para fins de formação artística;
- g) Simplificação das montagens, fundada na acentuação dos elementos ideológicos em contraposição aos elementos de espetáculo;
- h) Elaboração da nova dramaturgia a partir de um processo criador de que o povo participe integralmente;
- i) Atribuição de um caráter experimental às atividades;
- j) Precedência temporal das atividades de pesquisa sobre as atividades difusoras da cultura;

- k) Estabelecimento de convênios com entidades, públicas ou privadas, interessadas em representação teatral ou em formação de grupos de teatro.

6.3. Instrumentos de Ação:

- a) Setor de formação cultural do Projeto;
- b) Setor de difusão cultural do Projeto.

6.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar um curso de teatro de fantoche, com a duração de um mês, para formação dos membros do Projeto e de outros grupos interessados;
- 2) Organizar e realizar um curso de história do teatro universal, com a duração de seis meses, para os membros da divisão de teatro e outros grupos interessados;
- 3) Organizar e realizar três seminários de dramaturgia com base nos textos produzidos pelos membros do projeto de teatro e abertos ao público;
- 4) Organizar e realizar pelo menos cinco laboratórios de interpretação para incrementar o desenvolvimento artístico dos membros do Projeto e de outros grupos teatrais interessados;
- 5) Organizar e realizar, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura, o II Festival de Teatro de Recife, do qual deverão participar conjuntos de teatro desta cidade e do Nordeste, durante as duas primeiras semanas de Setembro;
- 6) Organizar e realizar o I Festival de Teatro de Mamulengo, no Recife, com a participação dos grupos nordestinos de teatro de mamulengo, durante a primeira quinzena de novembro;
- 7) Criar e supervisionar, em convênio com o Serviço Social Contra o Mocambo, Clubes de Teatro nos Centros Educativos Operários do Recife, nos quais o Projeto de Teatro desenvolverá as seguintes atividades: recrutamento, seleção

de textos, formação de equipes, montagem e encenação de textos. Nestas atividades o Projeto participará, em caráter de assessoria às direções autônomas dos Clubes de Teatro.

- 8) Celebrar convênio com o Serviço Social Contra o Mocambo para apresentação de espetáculo teatrais nos Centros Educativos Operários;
- 9) Montar e realizar cinco apresentações da peça "A Via Sacra", de Henry Cheon;
- 10) Remontar e realizar pelo menos 15 apresentações da peça "Julgamento em Novo Sol", de Nelson Xavier;
- 11) Montar e realizar pelo menos 50 apresentações da peça "Uma História do Mato", de Luiz Marinho;
- 12) Redigir e montar pelo menos dez autos, em forma de esquete, sobre assuntos políticos da atualidade, apresentando esses espetáculos pelo menos três vezes por semana;
- 13) Montar e realizar pelo menos 20 apresentações de um dos três seguintes textos: "Revolução dos Beatos", "Aí vem o Cabeleira" e "Frei Caneca";
- 14) Participar da II Semana de Teatro da Paraíba com a peça "Uma História do Mato", durante a segunda quinzena de agosto;
- 15) Contratar um diretor de teatro de capacidade técnica e artística comprovada, a fim de dirigir os seguintes trabalhos: seminários de dramaturgia, laboratórios de interpretação, montagem de uma peça, além da realização de conferência e debates;
- 16) Montar e apresentar um Auto de Natal durante a IV Festa de Natal do Recife;
- 17) Vender espetáculos e ingressos a preços populares sempre que for cabível essa iniciativa;
- 18) Firmar convênio com as Unidades Sanitárias Itinerantes do Governo do Estado no sentido de deslocar, para excursão no interior, uma equipe de seis membros, que fará apresentações de esquetes e de Teatro de Mamulengo sobre os problemas sanitários de cada área;

19) Redigir e montar cinco peças de Teatro de Mamulengo para realizar pelo menos 20 apresentações em sindicatos e associações de bairro do Recife.

6.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$ 7.380.000,00
MATERIAL	Cr\$ 1.290.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$ 1.850.000,00
Montagens	Cr\$ 1.500.000,00
Eventuais e Viagens	Cr\$ 350.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$ 10.520.000,00

6.6. Recursos:

a) Governo do Estado	
Convênio com SSM	Cr\$ 1.600.000,00
Convênios com	
Unidades Sanitárias	Cr\$ 1.000.000,00
b) Prefeitura Municipal	
Convênios	Cr\$ 500.000,00
c) Venda de Ingressos	
e de espetáculos	Cr\$ 500.000,00
TOTAL	Cr\$ 3.600.000,00

7. Projeto de Cinema

7.1. Objetivos:

- a) Equacionar, em linguagem cinematográfica, os problemas fundamentais com que se defronta o povo, focalizando filmicamente essa problemática em termos de documentário de ficção;
- b) Desenvolver atividades de difusão cinematográfica nas organizações populares, visando a oferecer ao povo instrumentos conceitu-

ais, artísticos e técnicos indispensáveis à interpretação social e cultural da produção cinematográfica.

7.2. Meios e procedimentos:

- a) Produção de filmes;
- b) Projeção com debates;
- c) Palestras;
- d) Cursos;
- e) Festivais;
- f) Articulação da participação do povo com a participação da equipe técnica nos trabalhos de filmagem;
- g) Articulação entre projeções e debates, de modo a poder explicitar em termos racionais os conteúdos expressos em linguagem cinematográfica;
- h) Utilização de filmes projetados nas redes convencionais como motivação para debates e palestras;
- i) Formação de pessoal técnico diretamente pelo trabalho prático nos processos de filmagem;
- j) Administração do Fundo Rotativo de Cinema do MCP.

7.3. Instrumentos de ação:

- a) Setor de Produção do Projeto;
- b) Setor de Difusão do Projeto;
- c) Organização Popular

7.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Firmar convênio com as entidades interessadas na coprodução do filme "Cabra Marcado para Morrer";
- 2) Planejar e realizar a produção do filme, de 35mm, em longa metragem, intitulado "Cabra Marcado para Morrer", de modo a que venha satisfazer às condições necessárias para competição no mercado interno e externo com as demais produções do cinema nacional;

- 3) Elaborar o argumento e o roteiro do filme "Cabra Marcado para Morrer";
- 4) Contratar, para a formação da equipe técnica, indispensável ao asseguramento do nível artístico e profissional da produção "Cabra Marcado para Morrer", os seguintes quadros: um diretor artístico, um diretor de fotografia, um técnico em eletricidade e um maquinista;
- 5) Realizar o filme, procurando utilizar nas filmagens, além do elenco profissional, o maior número de indivíduos residentes na região que poderão preencher economicamente os papéis-extras;
- 6) Contratar um mínimo de atores profissionais para o desempenho dos papéis principais da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 7) Deslocar, para a Guanabara os elementos da equipe técnica indispensáveis às operações de sonorização, montagem e cópiagem da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 8) Contratar os serviços de uma empresa distribuidora e de uma empresa publicitária de modo a garantir o êxito da produção "Cabra Marcado para Morrer", tanto na distribuição nacional como na internacional;
- 9) Desenvolver os esforços paralelos e multiplicadores da ação das empresas encarregadas da distribuição e da publicidade, especialmente no que se refere a contatos para venda ao exterior;
- 10) Recolher ao Fundo Rotativo de Cinema do MCP a renda líquida aferida com a exibição ou a venda da produção "Cabra Marcado para Morrer";
- 11) Celebrar convênios com entidades governamentais e organizações sociais interessadas em financiar e divulgar filmes documentários de sentido educativo-informativo;
- 12) Contratar quadros profissionais, técnicos e artísticos, para a realização dos filmes-documentário;

- 13) Realizar plano de trabalho, roteiro e produção de dez filmes-documentários de 16mm, em curta metragem;
- 14) Realizar, duas vezes por semana, projeções com debates nas organizações populares, utilizando para tanto ou os filmes exibidos nas redes de TV, ou material disponível nas cinematecas, ou, finalmente, os próprios filmes rodados pelo Projeto de Cinema;
- 15) Organizar e realizar, no Recife, com fins artísticos e financeiros, um Festival do Cinema Brasileiro, do qual poderão participar todas as produções realizadas em 1962/3 que tenham atingido nível compatível com os critérios de seleção adotados pelo projeto de cinema;
- 16) Colaborar nos trabalhos de produção da película "João Boa Morte", a ser rodada em Pernambuco em regime de coprodução entre capitais paulistas e argentinos;
- 17) Realizar seminários com os elementos da intelectualidade interessados em trabalhar na elaboração de argumentos e roteiros;
- 18) Criar um cineclubes na Associação dos Servidores da SUDENE e outro no Sindicato dos Bancários;
- 19) Enviar representantes à IV Jornada Nacional de Cineclubes e participar, na mesma ocasião, do I Encontro Sul Americano de Cineclubes a se realizar em Porto Alegre;
- 20) Colaborar na realização do Ciclo do Cinema Brasileiro, a se realizar na primeira quinzena de julho na Faculdade de Filosofia do Recife e promovido pela Federação Norte-Nordeste de Cineclubes com o patrocínio da Cinemateca Brasileira.

7.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$	800.000,00
Chefia	Cr\$	360.000,00
Técnico	Cr\$	240.000,00
Burocrático	Cr\$	200.000,00
MATERIAL	Cr\$	200.000,00
TRANSPORTE	Cr\$	500.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	12.000.000,00
DESPEZA TOTAL	Cr\$	13.500.000,00

7.6. Recursos:

a) Governo do Estado		
Convênios	Cr\$	10.000.000,00
b) Prefeitura Municipal		
Convênios	Cr\$	500.000,00
c) Movimento de Cultura Popular		
Fundo Rotativo de Cinema	Cr\$	6.000.000,00
TOTAL	Cr\$	16.500.000,00

8. Projeto de Esportes

8.1. Objetivos:

- a) Desenvolver atividades amadorísticas nas diferentes modalidades esportivas, visando a fortalecer, através das práticas esportivas, os vínculos integrativos da comunidade;
- b) Incrementar a prática dos esportes nas organizações populares, nos centros de trabalho e nos centros estudantis, facilitando os meios indispensáveis à formação de grupos e federações e promovendo campeonatos e encontros esportivos de interesse popular;
- c) Ajudar no desenvolvimento e na organização dos pequenos grupos e clubes esportivos, surgidos espontaneamente nos meios populares, oferecendo assistência material e técnica e encaminhando sua gradativa integração aos propósitos gerais que orientam o movimento popular;

- d) Participar, em caráter permanente, das lutas reivindicatórias empreendidas pelas associações esportivas populares, colaborando no estudo, no debate e na resolução das questões emergentes.

8.2. Diretrizes para 1963:

As diretrizes para 1963, bem como os meios, os procedimentos e os instrumentos de ação a serem adotados, deverão ser fixadas no momento mesmo de estruturação e implantação do projeto, guardando-se a necessária observância aos objetivos já definidos.

8.3. Despesa:

As despesas serão estabelecidas e especificadas tendo em vista as diretrizes que forem fixadas para 1963. Estima-se que as despesas poderão ser da ordem de Cr\$ 4.700.000,00.

8.4. Recursos:

Os recursos serão indicados em função do plano de despesa.

9. Projeto de Artes Plásticas e Artesanato

9.1. Objetivos:

- a) Incentivar as atividades tradicionais no campo da arte utilitária, visando à ocupação das famílias de baixa renda em indústrias caseiras;
- b) Dar assistência aos artesãos e a centros de produção artesanal;
- c) Mobilizar os artistas plásticos no esforço de elevar o nível artístico do artesanato;
- d) Incentivar e popularizar as artes plásticas.

9.2. Meios e procedimentos:

- a) Cursos de desenho, pintura, gravura, fantoche, cestaria, cerâmica, estamperia, tapeçaria, tecelagem, couro, cartonagem, encadernação, corte e costura etc.;

- b) Venda da produção realizada pelo Projeto;
- c) Exposições;
- d) Clube de gravuras;
- e) Cooperativa artesanal de compra e venda;
- f) Feiras de artesanato;
- g) Exposições itinerantes nos bairros;
- h) Elevação do nível artístico do artesanato, estimulando a capacidade criadora popular e diversificação das linhas de produção.

9.3. Instrumentos de Ação:

- a) Centro de Artes Plásticas e Artesanato do MCP;
- b) Galeria de Arte do Recife.

9.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Inaugurar o Centro de Artes Plásticas e Artesanato;
- 2) Organizar e realizar, na Galeria de Arte, uma exposição dos trabalhos artesanais executados pelos alunos do Centro de Artes Plásticas e Artesanato;
- 3) Organizar, no Centro de Artes Plásticas e Artesanato, uma loja para a venda ao público, em caráter permanente, dos produtos artesanais confeccionados no Centro e em outras fontes de produção artesanal;
- 4) Estudar as possibilidades de fundação de uma cooperativa de artes plásticas e artesanato de compra e venda de matérias-primas e produtos acabados;
- 5) Fundar um clube de gravura que desenvolva as seguintes atividades: impressão de gravuras, intercâmbio de obras e técnicas e difusão dos trabalhos dos artistas gravuristas;
- 6) Organizar, na Galeria de Arte, de vinte em vinte dias, exposições de desenho, gravura, pintura e escultura de artistas nacionais e estrangeiros;

- 7) Organizar e realizar, nas margens do Capibaribe, uma feira de trabalhos artesanais, reunindo, para venda ao público, obras artesanais nordestinas;
- 8) Estabelecer com cinco centros de produção artesanal ou artesão, pelo menos, oferecendo assistência técnica, assim como facilitando-lhes a aquisição de matérias primas, a diversificação de linhas de produção etc.;
- 9) Confeccionar calendários artísticos e cartões de Natal, com a colaboração de artistas do MCP e de fora, para vender ao comércio e à indústria;
- 10) Realizar exposições itinerantes pelos bairros, expondo obras de artes plásticas executadas por artistas nacionais, especialmente do Nordeste;
- 11) Promover cursos de desenho, pintura, gravura, fantoche, cestaria, cerâmica, estamparia, tapeçaria, tecelagem, couro, cartonagem, encadernação, corte e costura, técnica de pintura e trabalho com sementes;
- 12) Realizar cursos de conscientização do pessoal técnico e dos alunos do Projeto, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática econômica, social e política do Brasil e do Nordeste e os limites do papel que desempenha o artesanato no processo de industrialização;
- 13) Pesquisar formas tecnológicas de emprego de matérias-primas vegetais e minerais, que possam ser utilizadas no artesanato;
- 14) Contratar pessoal técnico para lecionar as disciplinas dos cursos;
- 15) Adquirir máquinas de rachar sola, acabamento e apalazar;
- 16) Adquirir três tornos de cerâmica e um forno grande;
- 17) Adquirir máquina de costurar tecidos estilo 195 e um conjunto complementar de peças Singer;
- 18) Adquirir uma guilhotina, uma prensa e uma tesoura para cartonagem e encadernação;

- 19) Adquirir uma máquina manual para grampear, um aparelho para picotar e um compenedor para doração;
- 20) Adquirir uma máquina tricovelo para tecelagem;
- 21) Adquirir uma máquina holandesa para estudo de fibras e uma máquina de pasta mecânica com desfibramento e beneficiamento;
- 22) Adquirir mobiliário para a organização da loja de artesanato;
- 23) Supervisionar e dar assistência técnica a centros de artesanato das colônias da GRC.

9.5. Despesas;

PESSOAL	Cr\$	6.114.000,00
Chefia	Cr\$	720.000,00
Técnico	Cr\$	4.440.000,00
Burocrático	Cr\$	828.000,00
Bolsista	Cr\$	126.000,00
MATERIAL	Cr\$	6.938.937,00
Investimento	Cr\$	4.438.937,00
Consumo	Cr\$	1.500.000,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	360.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$	12.412.937,00

9.6. Recursos:

Legião Brasileira de Assistência	
Convênio	Cr\$ 1.200.000,00

10. Projeto de Dança, Canto e Música Popular

10.1. Objetivos:

- a) Reviver e preservar nosso folclore, estudando-o através de pesquisas;
- b) Incentivar o florescimento de nosso folclore e difundi-lo através de apresentações públicas;
- c) Combater a alienação cultural na dança, no canto e na música, como meio de promover a politização do povo;
- d) Incentivar e vitalizar nossas festas populares.

10.2. Meios e Procedimentos:

- a) Cursos de instrumentos, musicalização e canto;
- b) Pesquisas sobre cantos, danças e ritos populares;
- c) Apresentações públicas dos conjuntos constituídos com os membros do Projeto;
- d) Cursos livres e cursos regulares de formação artística;
- e) Estímulo e ajuda aos grupos populares de dança, canto e música;
- f) Interligação de dança, canto e música na apresentação do folclore.

10.3. Instrumentos de Ação:

- a) Coral;
- b) Conjuntos folclóricos;
- c) Conjuntos de canto;
- d) Conjuntos de dança;
- e) Conjuntos instrumentais.

10.4. Diretrizes para 1963:

- 1) Organizar e realizar, no Instituto Popular de Música, cursos livres de instrumentos, musicalização e canto para os colaboradores, os bolsistas e o público em geral;
- 2) Organizar o currículo e abrir inscrições para os cursos regulares (com duração de três anos) e com disciplinas fundamentais relativas à teoria e à prática de formação de músicos, instrumentistas e cantores;
- 3) Realizar cursos de conscientização do pessoal técnico e dos alunos do Projeto, a fim de dar-lhes condições para conhecer, dominar e propagar a problemática social, econômica e política do Brasil e do Nordeste, assim como as limitações da arte que não expressa e não estimula o movimento de ascensão histórica das massas populares;
- 4) Dinamizar os conjuntos musicais criados pelo Projeto nos anos anteriores (Coral, Conjunto

- Folclórico, Quinteto Misto, Quarteto Misto), adotando, na seleção dos repertórios, critérios apropriados de cultura popular, intensificando suas atividades e incrementando suas apresentações públicas;
- 5) Dinamizar, no mesmo espírito do item anterior, as atividades do Conjunto de Danças Populares e dos Conjuntos Instrumentais do Projeto;
 - 6) Limitar as atividades de pesquisa ao estritamente necessário ao aprendizado de cantos, danças e ritos populares;
 - 7) Utilizar todos os instrumentos de ação disponíveis para o incremento das suas atividades numa livre produção de baixos custos econômicos, lançando mão das facilidades oferecidas pelos teatros, emissoras radiofônicas, estações de TV, Centros Educativos Operários, organizações populares e entidades sociais interessadas na colaboração do Projeto;
 - 8) Realizar, pelo menos uma vez por mês, uma apresentação pública de cada um dos conjuntos artísticos criados pelo Projeto;
 - 9) Montar e apresentar um Auto de Natal escrito, musicado e dançado segundo o estilo artístico introduzido pelo Projeto;
 - 10) Programar as atividades autônomas do Projeto de modo a não haver dificuldades para o atendimento das solicitações que venham a ser formadas pelos demais setores do MCP que desejem incorporar às suas atividades específicas elementos de música, canto e dança;
 - 11) Oferecer permanente ajuda e assessoria ao Projeto de Núcleos de Cultura Popular no desenvolvimento das atividades desse último junto aos departamentos culturais das organizações populares.

10.5. Despesas:

PESSOAL	Cr\$	5.760.000,00
Chefia	Cr\$	2.430.000,00
Técnico	Cr\$	2.250.000,00
Burocrático	Cr\$	1.080.000,00
MATERIAL	Cr\$	1.276.740,00
Manutenção	Cr\$	225.350,00
Investimento	Cr\$	1.054.490,00
REALIZAÇÕES	Cr\$	1.200.000,00
Apresentações	Cr\$	1.000.000,00
Auto de Natal	Cr\$	200.000,00
ALUGUEL	Cr\$	60.000,00
TRANSPORTE	Cr\$	10.000,00
DESPESA TOTAL	Cr\$	8.866.740,00

11. Projeto de Ensino Elementar

1.1. Objetivos:

- a) Educação primária fundamental para crianças de até 12 anos;
- b) Educação elementar e complementar em classes de recuperação para adolescentes de 13 a 17 anos;
- c) Educação e integração dos pais na problemática da Escola e educação e integração dos alunos e professores na problemática da comunidade;
- d) Projeção da ação da Escola na comunidade e abrir a Escola à ação do movimento popular.

**Nota dos Organizadores:
o original encontra-se incompleto.**

RELATÓRIO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PARA O I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

I. Criação / Objetivos / Organização

1. Nome: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB

2. Localização:

Rua da Glória, 446 - Palácio São Joaquim, Rio de Janeiro, GB, telefones: 52-3541, 42-1977, 52-5938

3. Âmbito (social e geográfico) de ação:

O MEB atinge as áreas do Norte, Nordeste, Leste e Centro Oeste e outras áreas subdesenvolvidas. São os seguintes os Estados atingidos atualmente pelo MEB: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e os Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá.

O MEB se dirige principalmente àquelas partes da população adulta rural e urbana que tiveram o seu processo de educação prejudicado. Em determinadas áreas, evidentemente, a mensagem do MEB se dirige a todo o povo, o que é nosso objetivo para todas as áreas, no futuro.

4. Data de fundação:

Em 21 de março de 1961, pelo Decreto nº 50.370, do Presidente da República, foi reconhecido oficialmente.

5. Motivos que deram origem à criação:

No Brasil, como em todos os demais países subdesenvolvidos, grande parte da população é posta à margem do desenvolvimento econômico, social e cultural da

Nação, por uma série de razões que não é necessário lembrar aqui. Torna-se necessário, então, um esforço pelo soerguimento dessas massas, esforço que possibilite, pela educação, integrá-las num processo global de autopromoção cultural, social e econômico. Baseada nas experiências das Escolas Radiofônicas da Colômbia e do Rio Grande do Norte, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, juntamente com o Presidente da República, estabeleceu um plano nacional de educação de base, com aquele objetivo a ser levado a efeito através de escolas radiofônicas. Para isso, foi assinado o Decreto mencionado.

6. Objetivos gerais a que se propõe

6.1. a curto prazo:

- a. Alfabetização e iniciação em conhecimentos que traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere:
 - à saúde e à alimentação (higiene);
 - ao modo de viver (habitação, família, comunidade);
 - às relações com os semelhantes (associativismo);
 - ao trabalho (informação profissional);
 - ao crescimento espiritual.
- b. Conscientização do povo, levando-o a:
 - descobrir o valor próprio de cada homem;
 - despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação;
 - buscar soluções, caminhando por seus próprios pés;
 - assumir responsabilidades no soerguimento de suas comunidades.
- c. Animação de grupos de representação e promoção.
- d. Valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo.

6.1. a longo prazo:

Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de auto-promoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades e de estrutura, transformação que se nos afigura imperiosa.

7. Constituição jurídica / estatutos (anexar)

Os Estatutos do MEB estão em fase de reestruturação e serão oportunamente anexados.

8. Organização interna:

a. Direção exercida pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Diretor Nacional, integrado por nove membros, um indicado pelo Presidente da República e os restantes pela CNBB.
- II. Diretoria Executiva, composta por três membros, eleitos pelo C.D.N.
- III. Conselho Nacional de Representação e Consulta, 25 membros escolhidos pelo Presidente da República em lista da CNBB.
- IV. Conselho Fiscal de Finanças, eleitos pelo C.D.N.

b. Execução, pela Diretoria Executiva, através do Secretariado Central, composto de:

- I. Setor de Administração
- II. Equipe Técnica Nacional

c. Execução Estadual:

- Equipe Estadual de Execução

d. Execução Local:

- Equipe Local de Execução
- Supervisores e Monitores

9. Funcionamento prático da organização:

- a. A Equipe Nacional coordena a ação em plano nacional, treina as equipes estaduais; juntamente com as coordenações estaduais, traça as diretrizes do movimento e treina as equipes locais.
- b. A Equipe Estadual planeja, coordena e supervisiona a ação em todo o Estado; juntamente com as equipes locais, prepara e executa os treinamentos de monitores.
- c. A Equipe Local realiza:
 - levantamento da área
 - contato com a comunidade
 - seleção de monitores
 - localização de escolas
 - produção de programas e aulas
 - supervisão das escolas
 - planejamento da ação complementar:
 - caravanas
 - comitês de ação popular
 - conselhos de comunidade
 - clubes
 - cooperativas
 - artesanatos

(O cronograma será remetido oportunamente.)

10. Atual Diretoria

- a. Presidente: Dom José Vicente Távora
Secretária: Marina Bandeira de Carvalho
- b. Equipe Técnica Nacional:
Coordenadores: Vera de Siqueira Jaccoud
Osmar Fávero

II - Recursos: Humanos / Materiais / Financeiros

1. Número de pessoas diretamente atuantes no trabalho do movimento:

Monitores voluntários	7.000
Supervisores, professores e técnicos locais.....	236
Técnicos em âmbito nacional ou regional	12
Pessoal de administração	48

2. Critérios utilizados para a arregimentação de pessoal:

Seleção prévia, de acordo com as funções e as responsabilidades no movimento, tendo-se em conta:

- competência
- valor humano
- maturidade
- disponibilidade
- aptidão
- sentido social
- mentalidade

3. Há preocupação com a formação de quadros? Como se manifesta essa preocupação?

- Treinamentos especializados (seleções ou especialização)
- Testes psicológicos
- Entrevistas
- Estágios
- Dias de estudos
- Seminários e encontros
- Bolsas de estudos
- Bibliotecas especializadas em cada sistema
- Viagens

4. Com elementos de que grupos sociais são formados os quadros?

a) Os monitores são pessoas da comunidade, indicados pela própria comunidade onde se instala uma Escola Radiofônica.

b) Da mesma forma, os clubes, comitês etc., animados pelo MEB, são dirigidos pelos líderes da comunidade, camponeses, operários e artesãos.

c) Em supervisão, estudos e coordenação, o MEB procura empregar técnicos de nível médio ou superior.

5. Há trabalhos realizados por profissionais?

Com exceção dos monitores, todos voluntários, o serviço do MEB é executado por profissionais.

6. Há trabalhos feitos por voluntários? Conta com quantos voluntários?

7.000 monitores voluntários. Deve-se acrescentar os líderes de clubes diversos, de cooperativas, de sindicatos etc., que trabalham em união com o MEB.

7. Qual dos dois tem sido mais proveitoso e eficiente: o trabalho profissional ou voluntário?

De acordo com o tipo de trabalho, ambos são igualmente eficientes. Os monitores, enquanto líderes de um setor de seu próprio grupo social, prestam um serviço no qual se promovem e promovem a comunidade em que estão inseridos. Seu trabalho é autenticamente voluntário.

Os supervisores, os professores, os locutores, os dactilógrafos e os motoristas prestam um serviço autenticamente profissional, engajando-se nesse movimento educativo.

8. Dispõe de sede própria?

Não.

9. Dispõe de equipamento técnico apropriado para as diversas atividades realizadas? Relacione o equipamento e suas finalidades. Como foi obtido?
- a. receptores para as escolas
 - b. gravadores para a programação
 - c. toca-discos, amplificadores e outros para caravanas e visitas à comunidade.

Recursos previstos no Decreto Presidencial nº 50.370/61.

10. Tem recebido auxílios financeiros? Quanto? Regularmente? De entidades públicas? De organizações privadas? Ou doações individuais?

Recursos financeiros são advindos do convênio com a Presidência da República, através do Decreto 50.370/61, e de convênios com Secretarias Estaduais da área atingida pelo MEB.

11. Mantém convênios com outras entidades?

- Ministério da Educação e Cultura
- Com. Vale do São Francisco
- DNERu
- Departamento Nacional da Criança
- Serviço Nacional de Educação Sanitária
- Ministério da Agricultura

12. De que recursos financeiros dispõe no momento?

Ver item II, 10.

13. Pode realizar satisfatoriamente as atividades programadas com os recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõe? Quais as deficiências observadas sob esse aspecto?

Em parte. Dificuldades:

- cortes nas verbas ou irregularidades no recebimento;
 - falta de canais radiofônicos;
 - horários de aulas (interferência do horário da "Voz do Brasil");
 - falta de cartilha (o MEB está editando uma) adequada para adultos;
 - falta de quadros especializados em vista das dificuldades próprias às regiões menos desenvolvidas.
14. O que julgaria necessário, no que se refere a recursos humanos, materiais e financeiros, para incrementar e aprofundar a sua atuação?
- liberação das verbas;
 - liberação a curto prazo dos canais radiofônicos que servirão ao MEB;
 - solução da interferência da "Voz do Brasil" no horário das aulas;
 - formação de quadros especializados;
 - cartilha adequada para adultos;
 - melhoria de qualidade dos receptores.

III - Atividades realizadas e em desenvolvimento

1. a. Em que grupos sociais atua o movimento?

Grupos de camponeses das zonas rurais do Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste; grupos operários das áreas urbanas e suburbanas das mesmas regiões.

b. Quais as razões para a escolha desses grupos?

Serem os grupos das áreas em que mais se evidencia o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a carência de uma Educação de Base;

c. Que reações e transformações já se têm observado pela ação do movimento?

É muito difícil uma avaliação desse tipo, dado o modo de atuação do MEB. Já que o MEB não se restringe à alfabetização, mas à educação global dos adultos de uma dada comunidade, sua ação também não se limita às escolas onde o aproveitamento dos alunos pode ser verificado. O MEB conta, atualmente, com três sociólogos, dois em Recife e outro em Natal, encarregados de uma pesquisa inicial de avaliação dos resultados da ação do MEB nesses dois Estados, que se estenderá as outras áreas.

2. Há alguma atividade a que se dedique preferencialmente? Qual? Por que motivos?

- Escolas Radiofônicas
- Associativismo
- Treinamento de Líderes
- Animação Popular
- Bases indispensáveis para a conscientização, o desenvolvimento da cultura popular e todos os outros trabalhos já em execução pelo MEB.

3. Desenvolve atividades no campo da alfabetização?

a) Em que grupos sociais atua com a alfabetização?

Já discriminado nas perguntas anteriores.

b) Em que raio de ação?

Já discriminado nas perguntas anteriores.

c) A alfabetização se restringe a adultos? A crianças? Ou se dedica a ambos? Por quê?

A alfabetização, como parte da ação educativa do MEB, dirige-se a adultos e adolescentes. Isto porque, a finalidade precípua do MEB é a educação de adultos, em termos de que o problema da educação de adultos assume, no Brasil, um caráter prioritário.

d) Quantos já foram alfabetizados? Em quanto tempo?

No final de 1963, terão passado pelo MEB cerca de 480.000 alunos, que são alfabetizados em um período de três meses e meio (1º. Período), seguidos de

dois períodos de igual duração. Somente a partir do final de 1963, poderemos oferecer dados científicos sobre avaliação de aprendizagem.

- e) Que recursos foram utilizados? (humanos/materiais/técnicos/financeiros).

Já discriminado nas perguntas anteriores. Como o trabalho com todos os setores do MEB é profundamente interligado, não nos é possível discriminar a soma de recursos de todo tipo canalizados para alfabetização. A alfabetização é apenas um aspecto da ação educativa do MEB.

- f) Como foram formados os quadros? Voluntários ou profissionais?

Ver resposta anterior. Note-se que o MEB emprega pessoal de Ensino Normal e Superior para a produção de aulas.

- g) Tem cartilha própria? Como foi elaborada e impressa?

O MEB estudou todas as cartilhas de que dispõe nosso mercado editor. Nenhuma nos pareceu adaptada para adultos. Por isso, o MEB organizou uma cartilha própria, que está em fase de revisão final. Foi elaborada por um grupo de professores-locutores especializados em alfabetização, assessorados pelos supervisores e coordenadores estaduais e nacionais.

- h) Quais as características dos métodos técnicos empregados na alfabetização?

- i) A que conclusões permitiram chegar as práticas de alfabetização?

- j) Que dificuldades foram e têm sido enfrentadas, sob todos os aspectos?

Estas perguntas, de caráter eminentemente técnico, serão respondidas preferencialmente em comunicações para a comissão especializada.

- k) Que atividades são postas em prática para complementar e aprofundar o trabalho de alfabetização?

O trabalho de alfabetização é, como vimos, um aspecto da educação de base. A alfabetização não esgota nem mesmo com a Escola Radiofônica. E a

Escola Radiofônica não se esgota com a Educação de Base. Dizer que atividades complementam a alfabetização seria relatar todas as atividades do MEB.

- l) Têm sido empregados, durante e após a alfabetização, os instrumentos fornecidos pelas atividades nos diversos setores da Cultura Popular?

A própria alfabetização obedece a um plano de globalização das aulas, todas informadas por uma linha de conscientização. A cultura popular, como expressão autêntica do povo, de que ele precisa ter consciência, está sempre presente nas aulas.

- m) A que grupos sociais pertencem os alfabetizadores?
Técnicos de nível superior e normalistas especializados.
- n) Quais os tipos de cursos criados para formar os quadros?

Os professores-locutores encarregados das aulas de linguagem são os professores especificados em "m", especializados em Educação de Base através de:

- treinamentos;
- estágios;
- dias de estudos;
- seminários e encontros;
- bolsas de estudos.

- o) Utiliza outras entidades (clubes, associações de bairro, sindicatos, entidades estudantis etc.)?
- clubes de mães
 - clubes de jovens
 - cooperativas e clubes de venda
 - sindicatos
 - comitês

4. Desenvolve atividades no campo da Cultura Popular?

a) Quais os objetivos pretendidos?

- A tomada de consciência, pelo povo, do sentido autêntico de cultura, como expressão humana, como marca do homem na natureza.
- A animação das diversas modalidades de expressão cultural do povo.
- A valorização dos produtos da atividade cultural popular, através do folclore, da arte popular etc.

b) Com que recursos tem contado? (humanos/materiais/financeiros).

Ver item III, 3, e III, 3c.

c) Quais os setores de atuação? (Teatro/música/cinema/televisão/rádio/imprensa/livros/artes plásticas e outras).

Obs: Relatar, pormenorizadamente, as atividades realizadas em cada um dos setores e anexar o material disponível.

O MEB não faz, mas anima a cultura popular. Nesse sentido, não se pode falar em atuação do MEB em setores da cultura popular, mas em animação de setores da cultura popular. Só eventualmente um artista popular é financiado ou recebe direitos autorais do MEB. Atualmente, além de alunos-artistas populares, o MEB conta em seus quadros com um autor de folhetos.

Os setores de cultura popular atendidos pelo MEB são os setores em que atualmente a cultura popular se expressa: música, teatro, literatura, artes plásticas. Hoje, no Brasil, não se pode falar honestamente em rádio, cinema e televisão como setores de cultura popular, como a entendemos: o povo ainda não foi admitido nesses setores de expressão.

Obs.: Os relatos pedidos neste item serão feitos oportunamente em forma de comunicados.

d) Em que grupos sociais se efetiva a ação? Por quê?
Já discriminados anteriormente.

e) Quais os resultados já alcançados?

Ver observações da letra c.

5. Tem atuado em conjunto com outras atividades? Por quê?

As entidades com que mantemos convênio e outras, a curto prazo, em tarefas concretas. É preciso evitar a ação paralela.

6. Tem havido preocupação com a divulgação e a propaganda de suas atividades?

Não, a não ser nas comunidades diretamente atingidas.

IV. Planejamento para ação futura

1. O que planejou realizar (a curto e a longo prazo)?

a) Administrativos:

- aperfeiçoamento da estrutura administrativa no plano regional e nacional;
- conseguir liberação das verbas e dos canais radiofônicos para emissões do MEB;
- tentativa de solução para interferência da "Voz do Brasil" no horário do MEB.

b) Cultura popular:

- globalização da atuação do MEB em torno da cultura popular;
- projetos-pilotos de Caravana Popular de Cultura a serem estendidos a todos os Sistemas;
- elaboração de cartilhas para adultos;
- entrosamento mais intenso com os meios de ação popular: cooperativas, clubes, artesanatos, caravanas, conselhos de comunidade etc.

c) Outras entidades:

- levar em conta, sempre que possível, a articulação com entidades várias, movimentos que desenvolvam Cultura Popular e outras forças autênticas;
- formar comitês locais de planejamento conjunto MEB - outras entidades;
- estar presente aos diversos encontros nos quais se estudem temas relacionados com o trabalho do MEB.

d) Formação de quadros:

- aprofundamento das equipes de estudos;
- realização de estágios em outros Sistemas ou organizações;
- ampliação dos quadros de pessoal especializado;
- treinamento de equipes;
- bolsas de estudo.

e) Escolas radiofônicas:

- considerar o aumento horizontal das escolas condicionado ao seu crescimento vertical e ao aumento do efetivo técnico e do equipamento;
- aprofundar os estudos prévios das áreas onde serão instaladas as escolas, para maior contato com as comunidades locais, a fim de que a Escola Radiofônica apareça como uma aspiração da comunidade e não imposta.
- acentuar, nos programas, cursos, aulas e em todas as atividades do MEB, a presença de uma mensagem dinâmica, visando à conscientização;
- conseguir maior participação dos alunos na elaboração dos programas.

2. Os propósitos e motivos determinantes do planejamento:

- Quanto ao aumento dos recursos humanos, técnicos ou financeiros é exigido pelo aumento da área a ser atendida e da diversificação e ampliação dos setores de atuação do MEB.

- O planejamento de pessoal, administração etc., é exigência de qualquer entidade.

3. De que recursos dispõe para a efetivação do planejamento, nos prazos previstos? São suficientes? (do ponto de vista humano, material-técnico e financeiro).

Dos recursos atuais e dos previstos nos convênios que nos obrigam a tais planejamentos. Por exemplo: a cobertura da área exigida pelo convênio com o Estado de Minas Gerais será atingida (e só será atingida) com os recursos previstos daquele convênio. Seriam suficientes se os convênios fossem respeitados integralmente, o que nem sempre se verifica.

4. Que recursos prevê necessários para a realização global do planejamento?

Atendimento da verba solicitada para 1964, que permitirá a ampliação exigida pelo crescimento do MEB no plano.

- técnico
- de pessoal etc. (ver IX.1)

V. Que sugestões práticas indicaria para melhor aglutinar e coordenar os Movimentos de Alfabetização e Cultura Popular em todo o país? Julga conveniente a aglutinação e coordenação vigentes? Por quê?

1. A criação de um secretariado especializado destinado a manter contato permanente e a servir de assessoria aos diversos organismos encarregados da animação da Cultura Popular, que permitisse a troca de informações, resultados e experiências entre os diversos organismos.

RELATÓRIO DO CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

1- Nome: Centro Popular de Cultura da UNE

2- Localização: Guanabara

3- Âmbito da ação:

O CPC da UNE atua com o proletariado, com a intelectualidade e com a área estudantil (principalmente universitária), objetivando atingir as mais amplas massas.

4- Data de fundação: março de 1961

Motivos, objetivos, constituição, organização e funcionamento

A tomada de consciência, por parte de artistas e intelectuais, da necessidade de se organizarem para atuar de forma mais eficaz e conseqüentemente na luta ideológica que se trava no seio da sociedade brasileira, levou-os a criar o Centro Popular De Cultura.

Partindo dessa tomada de consciência, o CPC se propõe, desde o seu nascimento, a levar arte e cultura ao povo, lançando mão das formas de comunicação de comprovada acessibilidade à grande massa e a aprofundar nos demais níveis da arte e da cultura, o conhecimento e a expressão da realidade brasileira. Não é propósito do CPC popularizar a cultura vigente, mas sim, através da arte e da informação, despertar a consciência política do povo. É também preocupação da UNE a valorização das expressões populares autênticas, sem perder de vista que sua organização e manutenção são mais importantes que o conteúdo alienado, frequentemente nelas encontrado.

O CPC da UNE é órgão da União Nacional dos Estudantes com a seguinte organização interna: seis grupos de trabalho e um conselho diretor, composto de dois representantes de cada grupo, além de um coordenador. Os grupos de trabalho são:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| GT DE REPERTÓRIO | (encarregado de produção de peças teatrais e argumentos a serem apresentados pelo CPC) |
| GT DE CONSTRUÇÃO DO TEATRO | (encarregado de supervisionar as obras de construção do Teatro de Cultura Popular, na sede da UNE, desenvolvendo, ao mesmo tempo, atividades de caráter promocional) |
| GT DE CINEMA | (encarregado da realização de filmes e de atividades cineclubistas) |
| GT DE ESPETÁCULOS POPULARES | (encarregado de realizar espetáculos populares em entidades de massa: associações profissionais, sindicatos, clubes de bairro, favelas, faculdades, praças públicas etc., dentro e fora da Guanabara) |
| GT DA PRODUTORA DE ARTE E CULTURA | (encarregado da parte editorial - livros e discos - do CPC, bem como da promoção e lançamento dos mesmos) |
| GT DE REESTRUTURAÇÃO | (encarregado de propor uma nova estrutura orgânica para a entidade, capaz de atender à necessidade de crescimento do CPC) |

O Coordenador é responsável pela parte administrativa e pelo entrosamento dos diferentes Grupos de Trabalho.

A atual organização do CPC tem caráter transitório, como se depreende do GT de Reestruturação. Essa organização funciona, hoje, com autonomia dos Grupos de Trabalho. Esses GTs elegem seus representantes no Conselho Diretor, que aprova os planos de ação dos diferentes GTs. Cabe ao Conselho Diretor, ainda, estabelecer a política cultural e financeira da entidade.

Diretoria atual do CPC da UNE:

GT-Repertório

Oduvaldo Viana Filho e Armando Costa

GT-Construção do Teatro

Carlos Miranda e João das Neves

GT-Cinema

Walter Pontes e Wilson de Carvalho

GT-Espetáculos Populares

Paulo Hime e Francisco Nelson

GT-Produtora de Arte e Cultura

Thereza Aragão e Almir Gonçalves

GT-de Reestruturação

Ferreira Gullar e Mânlio Marat

Coordenador

Luís Jorge Werneck Vianna

Recursos humanos, materiais e financeiros

O CPC conta, em seu quadro diretamente atuante, com cerca de 110 elementos, montando o número de colaboradores eventuais a cerca de 200. Os critérios utilizados para a arregimentação de quadros não são rígidos, processando-se o recrutamento, até agora, através da ampliação das atividades nos vários setores culturais.

A preocupação com a formação de quadros é permanente no CPC e vem se manifestando através da organização, dentro das possibilidades, de cursos e centros de estudos versando sobre problemas da realidade nacional e temas específicos das atividades culturais e artísticas.

Houve trabalhos de caráter permanente realizados por profissionais, detendo-nos, atualmente, na profissionalização de trabalhos eventuais. A razão dessa mudança foi a carência de meios financeiros. A experiência indica que o trabalho voluntário é proveitoso, mas sofre de limitações que, em certos casos, só se superam pela profissionalização dos quadros.

O CPC, como órgão da UNE, funciona na sede dessa entidade. Não dispõe de instalações apropriadas, funcionando em

caráter precário. O equipamento disponível não é satisfatório para o vulto das atividades, compreendendo o seguinte:

- 1-uma carreta para espetáculos de rua, especialmente construída, permitindo, quando aberta, a formação de um palco de 7 por 5 metros;
- 2-oficina de silk-screen, para confecção de cartazes de faixas;
- 3-dois gravadores de fita;
- 4-duas máquinas de escrever;
- 5-material cênico, vestuário e cenários;
- 6-um teatro em construção.

O equipamento acima relacionado foi conseguido através da venda de espetáculos, ivros e discos, campanhas financeiras, doações oficiais e particulares.

O CPC obteve do governo federal, em 1961, um auxílio financeiro de 3 milhões de cruzeiros. Em 1962 não houve subvenção oficial, exceto a concedida pelo Serviço Nacional de Teatro para a construção do Teatro de Cultura Popular na sede da UNE e dentro do plano de auxílio à construção de salas de espetáculos daquele Serviço. Essa verba foi, em 1962, de 5 milhões e 800 mil cruzeiros, pagos parceladamente, e cuja última parcela foi liberada neste ano.

O CPC mantém convênios com o SNT, para a construção do Teatro e com o Ministério da Educação, ambos através da UNE. O convênio com o MEC foi assinado a 23 de agosto de 1963 e visa ao desenvolvimento das atividades do CPC, dentro do plano de "Educação para o Desenvolvimento e Cultura para a Libertação", do atual Ministro da Educação, deputado Paulo de Tarso.

O CPC dispõe atualmente dos recursos provenientes do convênio firmado com o MEC, do qual foi liberada a primeira parcela; e dos recursos necessários à conclusão das obras do Teatro, em parte financiada pela venda de cadeiras cativas.

As atividades programadas pelo CPC nos seus dois anos de vida nem sempre puderam ser plenamente realizadas, devido à deficiência de pessoal, instrumental técnico e meios financeiros.

As deficiências levaram à suspensão de certas atividades e redução na intensidade de outras. A falta de capital

levou à suspensão das tiragens do disco "O Povo Canta" e à paralisação da gravação do disco "Auto dos 99%". Também o grupo teatral que para atuar precisava de uma ajuda de custo, apresentando-se em sindicatos, interrompeu suas atividades. A carreta não tem podido ser explorada em toda a sua potencialidade por falta de um jipe para deslocá-la, gerador e serviço sonoro completo. As atividades cinematográficas ficaram suspensas após a realização de "Cinco Vezes Favela". Limitação das atividades editoriais da PRODAC. Impossibilidade de ampliação da oficina de silk-screen, como é exigido pelo crescimento das atividades. Deficiências no trabalho de formação de novos CPCs e na assistência aos já fundados pelo CPC da UNE em âmbito regional e nacional.

Para incrementar e aprofundar a atuação do CPC torna-se necessário amplo trabalho de recrutamento e formação de quadros, além da aquisição de equipamento que venha prover os vários setores de atividade. Julgamos necessário encontrar-se um modo de auxílio financeiro permanente e continuado que permita a manutenção de quadros profissionalizados, particularmente nos postos básicos da estrutura da entidade. O caráter eventual dos auxílios recebidos é responsável pelo arrefecimento freqüente da atuação do CPC e pelo enfraquecimento da estrutura orgânica da entidade, inclusive pela dispersão de quadros verificada sempre que as atividades arrefecem. A falta de previsão de recursos impede qualquer planejamento em longo prazo e conduz à inevitável improvisação nos trabalhos.

Atividades realizadas e em desenvolvimento

- EM QUE GRUPOS SOCIAIS O ATUA O MOVIMENTO?

A atuação do CPC nos grupos sociais pode ser vista sob dois aspectos:

- a) a atuação para os grupos sociais;
- b) a atuação com os grupos sociais.

A origem do CPC junto à intelectualidade jovem e a pobreza das condições econômicas, situaram nosso trabalho até aqui, principalmente, no item "a" - atuação para os grupos sociais. Teatro, cinema, literatura, discos etc.- para as mais amplas massas.

O item "b" - atuação com os grupos sociais - que nos parece o mais importante enquanto eficácia, formando junto aos grupos sociais, com os grupos sociais, núcleos de cultura popular, em que o povo deixa de ser recebedor de cultura e assume o papel de criador.

A atuação com grupos sociais foi realizada pelo CPC da UNE quase que exclusivamente entre universitários. Foram formados cinco CPCs universitários na Guanabara - Filosofia, Direito e Arquitetura, da Universidade do Brasil, Direito no Catete e Filosofia na Universidade do Estado da Guanabara. Somente um CPC entre operários - no Sindicato dos Metalúrgicos.

O CPC da UNE, por ocasião da UNE-Volante contribuiu para a criação de diversos CPCs estaduais.

- QUAIS AS RAZÕES PARA A ESCOLHA DESSES GRUPOS?

Em condições financeiras difíceis, tendo a necessidade de culturalização do povo, o CPC teria, inevitavelmente, que se apoiar na jovem intelectualidade da Guanabara, no meio universitário, que sente vivamente o problema da ineficácia social da ideologia dominante, vivendo permanentemente o problema da impossibilidade concreta de aplicar os conhecimentos que alcança na universidade. Foram os universitários os primeiros que apoiaram política e socialmente o CPC, expandindo o movimento, recrutando quadros, criando formas de comunicação popular, auxiliando as campanhas financeiras do CPC.

É preciso ainda observar que a formação do CPC nas faculdades também surgiu devido a um segundo fator: o CPC, sem existência financeira compatível com o vulto da tarefa que se propunha realizar, sofreu em determinado momento um engarrafamento de quadros que não tinham tarefas concretas para realizar. O CPC não tinha nem dinheiro, nem organização suficiente para movimentar todos os quadros que assumiam as nossas posições. Desse engarrafamento, partindo da iniciativa criadora desses quadros, surgiram esses outros grupos, que passaram a recolher recursos e quadros nas próprias faculdades. A existência de grupos dispersos, mesmo que ligados amistosamente, pertenceu a uma fase do CPC da UNE. A experiência mostra que os ativistas da cultura popular devem atuar centralizados, ligados organicamente. Só assim se consegue a economia de ação, a mobilidade, o aumento do poder de eficácia, a continuidade, requisitos indispensáveis para a realização de uma tarefa socialmente nova.

A formação de movimentos de cultura popular em faculdades - a experiência nos mostrou - leva o grupo a ser totalmente absorvido pelo seu grupo social, tendo cada vez mais dificuldades em se voltar para uma permanente atuação junto às massas.

Acreditamos que a maioria das atividades da cultura popular, inicialmente, deve estar entre os universitários - talvez seja o universitário o primeiro grupo social a ser atingido. Mas jamais deve haver grupos permanentemente voltados com exclusividade para os universitários.

- QUE REAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES JÁ SE TÊM OBSERVADO PELA AÇÃO DO MOVIMENTO?

Novamente responderemos segundo os itens "a" e "b" mencionados: atuação para os grupos sociais e atuação com os grupos sociais.

I - ATUAÇÃO PARA OS GRUPOS SOCIAIS

Sendo atividade do CPC ainda, principalmente, de caráter artístico, torna-se difícil objetivar as reações e transformações realizadas.

Poderíamos citar:

. CAMPANHA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Teve grande importância a participação do CPC da UNE na luta dos universitários pela reforma universitária principalmente em maio-julho de 1962.

A peça "Auto dos 99%" foi apresentada em todos os Estados do Brasil e em praticamente todas as Faculdades da Guanabara. Os espetáculos na Guanabara foram realizados, na época da deflagração da greve, às vezes, antes das assembléias que decidiram a posição dos estudantes.

Colocando a defasagem entre os conhecimentos ministrados e os conhecimentos necessários para uma efetiva ação social, o "Auto dos 99%" contribuiu para esclarecer e mobilizar o universitário em torno de sua reivindicação fundamental. O "Auto dos 99%" teve tanta importância que sua apresentação foi proibida em praça pública e impedida à força. O CPC apresentou, num grande comício popular, o "Auto dos Cassetetes" que denunciava os motivos da proibição do "Auto dos 99%".

. UNE-VOLANTE

Realizando espetáculos teatrais, debates sobre arte popular, exibição de filmes documentários e espetáculos em praça pública, venda de livros e discos populares a participantes - apesar dos defeitos artísticos e da estreiteza ideológica - o CPC da UNE contribuiu para instalar, em diversos estados brasileiros, movimentos de cultura popular, abrindo perspectiva de ação para a juventude universitária e para a intelectualidade.

. ESCLARECIMENTO POPULAR(setembro à outubro de 1962)

O CPC da UNE mobilizou-se durante dois meses, espalhou grupos na Guanabara, que, através de espetáculos, músicas, livros, debates populares, fazendo espetáculos em caminhões, em escadarias, em favelas, portas de fábricas, na rua, enfim levou para o povo as teses nacionalistas e democráticas formuladas nos congressos da UNE. As peças, as músicas, eram escritas a cada dia, aproveitando cada fato característico de nossa vida social. A intensa participação do CPC contribuiu, ainda que modestamente, para a vitória das teses nacionalistas e democráticas nas eleições de outubro de 1962 na Guanabara.

. MOBILIZAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE

A atuação sempre crescente do CPC da UNE possibilitou a aproximação e o interesse da intelectualidade. A revista "movimento" e o jornal "metropolitano" tornaram-se palco de debates sobre o sentido e o significado da cultura popular. Artistas, escritores, músicos, pintaram, escreveram e compuseram música para o CPC da UNE, que hoje conta com grande número de participantes, mesmo que eventuais, da intelectualidade.

II - ATUAÇÃO COM OS GRUPOS SOCIAIS

Na atuação com os grupos sociais, os resultados do trabalho podem ser mais objetivados. A atuação com os grupos sociais é a essência mesma dos movimentos de cultura popular; a interação com o povo, de seus conhecimentos práticos, de sua experiência com as conquistas culturais no campo

social. É o povo mobilizado em suas vanguardas, criando seus núcleos, aprendendo e ensinando a se tornar ação social, a tornar concretos seus conhecimentos do mundo pela prática transformadora.

Esse tipo de trabalho tem duas características fundamentais:

- a) CONTINUIDADE - trabalho permanente com os grupos sociais, permitindo a formação de destacamentos de vanguarda dentro do próprio povo - a adaptação das formas aos conteúdos específicos ali determinados, a integração das mais amplas camadas na ação de culturalização. Culturalizar não é só absorver conhecimentos, é aplicá-los socialmente e, nessa aplicação, intensificar e aprofundar o próprio conhecimento.
- b) EXTENSÃO: os movimentos feitos com o povo lhe pertencem e, assim se estendem, se difundem, se irradiam. A verdadeira fonte criadora dos movimentos de cultura popular são as ações feitas com o povo a partir de seu nível de consciência e utilizando seu cabedal imenso de conhecimentos práticos. A integração de um homem do povo nos movimentos de cultura popular dá-lhe, de imediato, subjetivamente, seu verdadeiro significado objetivo enquanto agente social. Conhecendo praticamente sua verdade, o homem do povo, adquirindo sua liberdade concreta, descobre sua potência e sua força de ser transformador. Nesse sentido, foram plenamente vitoriosas, ainda que efêmeras, as experiências de criação dos CPCs. Universitários foram mobilizados e escreveram, representaram, debateram, fizeram exposições, formaram-se e formaram, conheceram as limitações objetivas para os movimentos de culturalização, adaptaram seus meios aos seus fins.

- HÁ ALGUMA ATIVIDADE PREFERENCIAL? QUAL? POR QUE MOTIVOS?

O CPC da UNE dedica-se, preferencialmente, a atividades no campo da produção de cultura popular; isto é, a mencionada para os grupos sociais impossibilitados, ainda, de dar prioridade à atuação dos grupos sociais que afirmamos ser a mais eficaz. A preferência imposta e não escolhida decorre da carência de meios.

- DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA ALFABETIZAÇÃO?

A UNE tem dois instrumentos de ação de cultura popular: o CPC e a Campanha de Alfabetização, organismos estes autônomos, trabalham intimamente vinculados. As atividades de alfabetização, por motivos de ordem organizacional, são exercidas exclusivamente pela Campanha de Alfabetização. O CPC da UNE não faz alfabetização.

- DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA CULTURA POPULAR?

Sim. Os objetivos pretendidos e os recursos com que tem contado constam no início do relatório.

- QUAIS SÃO OS SETORES DE ATUAÇÃO?

TEATRO

Julho de 1961:

- . montagem da peça "A Vez da Recusa", de Carlos Estevam, direção de Francisco de Assis. Representada em Niterói, no Congresso da UNE e em Brasília, no Congresso da UBES.

Dezembro de 1961 a fevereiro de 1962:

- . montagem da peça "Eles não Usam Black-tie", de Gianfrancesco Guarnieri, direção de Oduvaldo Vianna Filho. Apresentada em numerosas organizações sindicais do Estado do Rio de Janeiro.

Março a maio de 1962:

- . primeira UNE-VOLANTE. Montagem das peças "Brasil Versão Brasileira", de Oduvaldo Vianna Filo, direção de Armando Costa, e "Miséria ao Alcance de Todos", quadros de Francisco de Assis, Carlos Lira, Arnaldo Jabor, Augusto Boal e Bertold Brecht. 45 apresentações para 16.000 espectadores, em todas as capitais brasileiras, exceto São Paulo, Cuiabá e Niterói. Nessa mesma UNE-VOLANTE: representações em praça pública e organizações de massa, de quadros da peça "Miséria ao Alcance de Todos" e apresentações, em universidades e faculdades, da peça "AUTO DOS 99%", de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa, Antônio Carlos Fontoura, Cecil Thiré e Marco Aurélio Garcia, em todas as cidades percorridas.

Maio a julho de 1962:

- . apresentações da peça "Auto dos 99%" em todas as faculdades da Guanabara, bem como, em concentrações populares nas praças públicas.

Julho de 1962:

- . representação do "Auto do Cassetete", da equipe de redação do CPC, em concentrações populares em praça pública. Representação do "Auto do Relatório", da equipe de redação do CPC, no Congresso da UNE, em Quitandinha. Representação do "Auto do Tutu Está no Fim" da equipe de redação do CPC, em concentração operária no Sindicato dos Metalúrgicos.

Setembro a outubro de 1962:

- . representação de "squetes" populares e músicas em praça pública, favelas, organizações de massas, bem como participação na campanha das forças nacionalistas democráticas durante o período pré-eleitoral.

Dezembro de 1962

- . representação do "Auto do Não", da equipe de redação do CPC, juntamente com exibição de cantores populares e da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, estreando em praça pública a CARRETA DO CPC, como participação na campanha do plebiscito.

Fevereiro a março de 1963:

- . representação da peça "Revolução na América do Sul", de Augusto Boal, direção de João das Neves, em sindicatos e organizações de massa.

Abril a junho de 1963:

- . 2ª UNE-VOLANTE. Montagem da peça "Filho da Besta Torta do Pajéu", de Oduvaldo Vianna Filho, direção de Carlos Kroeber, em teatros de todo o Brasil, juntamente com apresentações em praça pública, organizações de massa - sindicais e estudantis - de espetáculos populares nas capitais percorridas.

Julho a setembro de 1961:

- . montagem pelo Grupo de Espetáculos Populares do CPC da peça "Auto dos 99%", em faculdades e associações de massa, dentro e fora da Guanabara.

SEMINÁRIO DE DRAMATURGIA:

- . criado em 1961, para pesquisas no campo da dramaturgia popular e autoria de peças populares para o repertório do CPC e demais organizações de cultura popular.

CURSOS

- . o CPC realizou dois cursos de teatro, visando à formação de atores, com aulas de direção, expressão corporal, dicção e laboratório, nos anos de 1961 e 1963.

O CPC da UNE, em sua atividade teatral, distingue dois tipos de ação: as de teatro para os grupos sociais e com os grupos sociais. No primeiro tipo, o CPC tem duas áreas de experiência: um teatro de agitação política, focalizando temas imediatos de reivindicações populares e denúncias de ações políticas, contrárias aos interesses nacionais, levando em praça pública, em carreta, em comícios populares; e um teatro que, partindo do que já foi alcançado e ganho na dramaturgia brasileira, visa a aprofundar essa experiência no sentido de aumentar seu grau de comunicação enquanto levanta os problemas fundamentais de libertação de nosso povo.

No teatro de agitação política o CPC tem atingido as grandes massas trabalhadoras mediante os "Autos" escritos por seu seminário de dramaturgia e que foram mencionados na enumeração de atividades.

Em sua outra área de experiência, o CPC sai do teatro de agitação política e encena peças de participação de autores contemporâneos brasileiros - Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e outros.

Como as grandes massas ainda não têm acesso a esse tipo de teatro pelas limitações culturais - e a outras - que a ordem econômica vigente impõe, esses espetáculos do CPC têm sua ação efetivada na área da pequena burguesia, intelectualidade e na vanguarda das classes trabalhadoras.

Dos espetáculos de agitação pública, o CPC colheu, pelo próprio imediatismo das colocações, uma ressonância de tal grau nas massas populares, que esses espetáculos chegaram a desencadear uma violenta repressão, visando a dissolução de

sua continuidade, embora tenhamos consciência que a eficácia desses espetáculos tenha sido frequentemente diminuída por uma estreiteza de visão da realidade, originada não só pelo imediatismo de seus propósitos, como também, de eventuais limitações de nossa perspectiva.

A falta de recursos financeiros para manter um elenco profissional com uma constância de representações e, até então, a inexistência de um teatro próprio, tem impossibilitado o CPC obter rendimento eficaz nas apresentações de seus espetáculos teatrais na outra área mencionada. Mesmo assim, as peças "Brasil, Versão Brasileira" e "O Filho da Besta Torta do Pajeú", com elenco improvisado, num baixo nível de profissionalização, apresentaram condições mínimas inerentes a um espetáculo de bom nível. Essas duas peças foram apresentadas em todo o Brasil, por ocasião das duas UNE-Volantes, para platéias da pequena burguesia, principalmente intelectuais e universitários. Seus resultados foram positivos na medida em que conseguiram levantar uma visão crítica de nossa realidade, que estivesse no nível das consciências dessas platéias, apesar do defeito que sofriam, de essencialização dos determinantes políticos e econômicos dessa realidade em detrimento de uma mais efetiva comunicação teatral.

O CPC considera que a afinidade com os grupos sociais é das mais importantes, na medida em que, só ele organiza a massa como ativista da cultura popular. Em sua ação teatral com os grupos sociais, o CPC teve experiência com estudantes e operários. As experiências com estudantes foram as mais bem sucedidas devido essencialmente ao nível mais elevado de culturalização em que se encontram a necessidade que tem de reação o cerceamento que a atual estrutura da universidade exerce sobre a carência de uma participação sua mais rigorosa e consequente no processo da transformação cultural brasileira, bem como sua disponibilidade de tempo.

Diante dessa realidade, o CPC tem criado, com grande eficácia, grupos de teatro popular nas diversas faculdades, formados por estudantes que escrevem, dirigem, interpretam seus próprios espetáculos, levando-os aos demais estudantes, bem como às demais camadas sociais.

A experiência tem nos mostrado que o teatro isoladamente tem pouco poder para organizar os operários enquanto ativistas de cultura popular. Isto porque, limitados pela condição econômica que os sufoca, não tenham atração por uma afinidade que lhes parecem lúdicas, porque não colocada no nível de suas necessidades mais imediatas.

Parece-nos que o teatro, enquanto ação com os grupos sociais, tem maior penetração nos grupos operários na medida em que complementa e se escuda em outros instrumentos de cultura popular que estejam nesse mencionado nível de necessidade (exemplos -: alfabetização, cursos técnicos etc). Nesse sentido, a atuação do teatro do CPC com os operários fracassou, porque não estava apoiada por outros instrumentos da cultura popular, mais sensíveis e necessários a eles.

LIVROS

O CPC da UNE iniciou suas atividades editoriais lançando o cordel "João Boa Morte, Cabra Marcado para Morrer", de Ferreira Gullar, em julho de 1962. Tiragem: 5.000 exemplares. Preço: Cr\$ 50,00. Segunda edição: novembro de 1962. Tiragem: 10.000 exemplares. Preço: Cr\$ 20,00.

Organizou juntamente com a Editora Civilização Brasileira o I e o II "Violão de Rua", volume extra da série "Cadernos do Povo Brasileiro". "Violão I", lançado em setembro de 1962 com tiragem de 10.000 exemplares, reunia os seguintes poetas: Afonso Romano de Santana, Ferreira Gullar, Geir Campos, José Paulo Paes, Moacyr Felix, Paulo Mendes Campos, Reinaldo Jardim, Vinicius de Moraes. Já o Violão II, lançado em dezembro de 1962 apresentava, além dos acima cotados, José Carlos Capinam do CPC da Bahia e Francisco José, do CPC da UNE. Tiragem de 10.000 exemplares.

Em abril de 1963, o CPC lançou os cordéis - "Aventuras de Zé Fominha, o Homem que Enguliu um Navio", de Félix de Athaide; "As Safadezas do Diabo com a Mulher do Coronel", de Reinaldo Jardim; "Quem Matou Aparecida, História de uma Favelada que Ateou Fogo às Vestes", de Ferreira Gullar. Tiragem de cada cordel: 5.000 exemplares, preço: Cr\$ 50,00.

Em agosto de 1963, o CPC da UNE lançou sua coleção "Reportagens", prevista para dez livros, com dez mil exemplares cada um e cujos quatro títulos iniciais são:

- I - "Como o Brasil Ajuda os EEUU", de Arnaldo Ramos.
 - II - "A Terceira Guerra", de Lúcio Machado.
 - III - "Em Agosto Getúlio Ficou Só", de Almir Matos.
 - IV - "Inflação, Arma dos Ricos", de Fausto Cupertino.
- Preço: Cr\$ 300,00.

CORDEL - FOLHETOS DE FEIRA

A experiência dos "Folhetos de Feira" deu resultados positivos, como indicam a edição e reedição de "João Boa Morte" e a aceitação dos novos cordéis.

"João Boa Morte" foi vendido em vários estados e não Estados. Na Guanabara, grupos do CPC venderam na porta da Central do Brasil, lendo trechos do poema, para um grande número de pessoas, na sua maioria operários. Em duas horas vendiam-se mais de 300 exemplares. Esse tipo de venda foi sustado devido à intervenção da polícia que prendeu os vendedores e os folhetos. Deram também bons resultados a venda, pelo CPC de Niterói, na estação das barcas, naquela cidade, dos demais folhetos. "João Boa Morte" nasceu para ser encenado na carreta do CPC, em praça pública. O poema é, de fato, a estruturação de uma peça, cujas cenas complementares foram escritas (Vide repertório volume 1º), que não chegou a ser encenada.

Os demais poemas da série já foram escritos com o fim exclusivo da publicação. Os versos de "Quem Matou Aparecida", "Zé Fominha", "As Safadezas do Diabo" e "Zé da Mulesta Versus Tio Sam" (inérito) foram, antes de editados, lidos para operários e populares, em sindicatos e na Central do Brasil, a fim de se colher opiniões desses. Algumas modificações foram feitas na base dessas experiências. Um dos poemas, sobre a "Greve da Paridade", não pôde ser editado, atendendo-se à sugestão de operários de Leopoldina que consideraram incorreta a narração dos fatos da greve no poema. A venda dos "Folhetos de Feira", apesar dos resultados positivos alcançados, apresenta ainda o problema de distribuição. Na Guanabara, devido à polícia do Governador Lacerda que impede a venda direta. No resto do país, devido à falta de entrosamento com os veículos normais de distribuição e venda que, a nosso ver, deverão ser os mesmos utilizados pelos autores populares do Nordeste. Essa possibilidade existe e está provada no fato de que um vendedor de folhetos populares nos trens da Central do Bra-

sil foi ao CPC da UNE comprar nossos folhetos para vendê-los junto com os que normalmente vende ali.

A organização dos CPCs e MCPs em âmbito nacional poderia oferecer soluções novas para esse e outros problemas de distribuição.

O "Violão de Rua" visa a despertar a intelectualidade para a poesia participante e para a colaboração mais efetiva com os movimentos de cultura popular. Dirige-se mais especificamente para um público da pequena burguesia.

REPORTAGEM

O objetivo desta coleção do CPC da UNE é esclarecer o grande público sobre problemas e fatos relacionados com a independência política e econômica do país. Destina-se a um público não especializado, sendo escrita em linguagem simples, jornalística, fartamente ilustrada com charges e fotografias. Tendo sido lançada há menos de um mês, ainda não é possível uma análise crítica e aprofundada de seus resultados. Até agora vem tendo grande receptividade por parte de público, tendo sido vendidos em menos de uma hora, durante a concentração popular da Cinelândia, em memória de Getúlio Vargas, cerca de 500 exemplares do volume nº 3.

TELEVISÃO

O CPC tem uma total impossibilidade de acesso às emissoras de TV na Guanabara.

RÁDIO

O CPC não tem ação direta nas emissoras de rádio na Guanabara, embora algumas emissoras anunciem frequentemente as atividades do CPC.

IMPrensa

A imprensa na Guanabara está fechada para a divulgação das posições do CPC. Alguns jornais divulgam esparsamente as atividades do CPC. Apenas através do Metropolitano, Jornal da UME, e do Movimento da Une, revista e jornal da Une, o CPC conseguiu debater suas posições no campo da cultura popular.

MÚSICA

16 de dezembro de 1962, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, apresentação da 1ª noite de música popular brasileira, em que se fez uma resenha da história do samba carioca, da velha guarda à bossa nova, com os elementos mais representativos dos diversos estágios de transformação de nosso samba.

DISCOS

O CPC lançou, em julho de 1962, o disco "O Povo Canta", um LP compacto de 33 1/3 rotações e 7", composto das faixas: "Canção do Subdesenvolvido" de Carlos Lira e Francisco de Assis; "Canção do Trilhãozinho, dos mesmos autores; "João da Silva", de Billy Blanco; "Zé da Silva", de Geny Marcondes e Augusto Boal; "Grilheiro Vem, Pedra Vai", de Rafael de Carvalho. São intérpretes deste disco Nora Ney, Carlos Lira, Rafael de Carvalho, Nara Leão, Vera Gertel e o coro do CPC. Foram editados 11.000 discos e planejam-se novas edições. Em setembro de 1962, o CPC editou um disco de 78 RPM composto de duas faixas: "Comprador de Votos", de Carlos Carvalho, Oduvaldo Vianna Filho e Aramando Costa, e "Punta del Leste", de Roberto Quartim e Nelson Lino de Barros. Está atualmente em fase de acabamento o long-play de 33 1/3 rotações e 12". O "Auto dos 99%", versão musical da peça, com músicas de Armando Costa, Sérgio Ricardo, Carlos Lira, Roberto Quartim e letra de Vinicius de Moraes e Ferreira Gullar.

CINEMA

O CPC da UNE em 1961-1962 realizou um filme de longa-metragem "Cinco Vezes Favela", composto de cinco episódios dirigidos por cinco novos diretores de cinema nacional: "Um favelado", de Marcos Farias, Zé da cachorra, de Miguel Borges, Couro de gato, de Joaquim Pedro, "Escola de Samba Alegria de Viver", de Carlos Diegues, "A pedreira de S. Diogo", de Leon Hirszman. O filme foi realizado pela primeira verba conseguida pelo CPC da UNE (três milhões de cruzeiros). O restante do orçamento (um milhão e meio aproximadamente) foi coberto com cotas distribuídas entre atores, diretores, argumentistas e técnicos, que possibilitaram assim a realização da fita. O filme foi exibido na Guanabara, em avant-premiér, nos Estados visitados pela UNE-Volante e no Festival de Cinema Nacional em Florianópolis.

Dificuldades originadas pelos monopólios de distribuição cinematográfica no Brasil, ainda não permitiram a exibição comercial de "Cinco Vezes Favela" nos outros Estados. O filme, com o qual o CPC pretendia conseguir fundos para suas outras atividades, não chegou ainda a se pagar.

Além do longa-metragem, o CPC da UNE realizou algumas exibições de filmes no sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, apresentando filmes clássicos seguidos de debates.

A falta de quadros e de fundos não permitiu a continuação da experiência, que mostrou um positivo elemento de atuação. "Cinco Vezes Favela", como realização tanto artística como econômica, foi fruto da ingenuidade do CPC da UNE em sua fase inicial.

O cinema brasileiro não tem praticamente nenhuma espécie de proteção. A distribuição e a exibição carregam o dinheiro. A produção pouco recebe. Sem garantias de espécie nenhuma, o produtor é obrigado a realizar filmes de garantido sucesso comercial para poder sobreviver. A tradição de sucesso comercial no cinema brasileiro é o apelo aos estímulos menos intelectualizados possíveis, automáticos e inodoros. Não existe a tradição do filme, do cinema, que estabelece o diálogo com as grandes massas, colocando uma visão do mundo, assumindo posições éticas.

"Cinco Vezes Favela" é um filme com linguagem, praticamente um filme conceitual, de "mensagem", como se diz, "sem que a mensagem seja encarnada numa simbologia humana reconhecível". Pecando artisticamente e culturalmente "Cinco Vezes Favela" teria de fracassar comercialmente. Esse fracasso é episódico, faz parte do lento processo de subir à massa, de assumir a coletividade.

"O Pagador de Promessas", "Assalto ao Trem Pagador", "Vi-das Secas", "Seara Vermelha" e outros filmes nacionais mostram que o diálogo vai sendo estabelecido - o estabelecer o diálogo, o comunicar, é a essência mesma do fenômeno artístico.

Se "Cinco Vezes Favela" teve esse lado negativo; apresentou aspectos positivos principalmente entre a intelectualidade do cinema no Brasil. Lançou novos técnicos, atores, diretores, argumentistas. Postulou o filme de baixo custo de produção como única forma de libertação do cinema brasileiro. Reuniu artistas e jovens intelectuais que au-

mentaram sua unidade, discutiram seus roteiros e despertou agudamente a consciência do cineasta para a representação social de nossa realidade.

ATUAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

O CPC da UNE atua com as entidades de massa, organizando e colaborando na organização de festivais, noites de autógrafos etc., em sindicatos e faculdades. É frequentemente convidado para se apresentar em atos públicos patrocinados por entidades de massas. Outros modos de atuação conjunta ligados a atividades específicas, vêm sendo relacionados nas exposições sobre essas massas.

DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA

Há preocupação, por parte do CPC da UNE, em divulgar e promover as diferentes atividades do movimento, procurando a maior penetração na massa e possibilitando um recrutamento de quadros mais amplos.

A propaganda e a divulgação de atividades vêm sendo feitas através do noticiário da imprensa, em rádio, em painéis quadros murais de faculdades e organizações de massas, jornais de sindicatos etc., em caráter noticioso e permanente, cobrindo todos os setores de trabalho do CPC. Esse tipo de divulgação é conseguido sem gastos, através de contatos.

Outra atividade de caráter promocional prende-se aos Festivais de Cultura Popular. O primeiro, realizado em 17 de setembro de 1962, na sede da UNE, reuniu a intelectualidade mais progressista e uma massa de cerca de 3.000 pessoas, constituindo um acontecimento de repercussão dentro e fora do país. Foram lançados na ocasião, os "Cadernos do Povo", da Editora Civilização Brasileira. Apresentaram-se, com Teatro e Jogral, os CPCs das Faculdades de Filosofia, Nacional de Direito e Arquitetura, e do CPC da UNE, além do Jogral do CPC do Sindicato dos Metalúrgicos. Tendo se apresentado numerosos atores e cantores de rádio, teatro e televisão, os quais colaboraram com o CPC da UNE para a organização do espetáculo.

O II Festival de Cultura Popular foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos em fevereiro de 1963, com a apresentação de cantadores da Escola de Samba Estação Primeira da

Mangueira, de cantores etc. e com o CPC da UNE estreando a "Revolução na América do Sul", de Augusto Boal, e a apresentação especial do MCP de Recife, com a "Incelença", de Luiz Marinho. Nosso II Festival, ao contrário do primeiro, foi com ingressos, tendo sido lotado complementemente a sede do Sindicato.

O III Festival foi realizado no dia 9 de setembro, com entrada franca e na sede da UNE, por ocasião do lançamento de "Reportagens", coleção do Centro Popular de Cultura da UNE. O III Festival apresentou exposições de artes plásticas - Abelardo da Hora - do MCP do Recife, com álbum de gravuras "Meninos do Recife" e uma seleção de trabalhos dos componentes do Centro de Estudos da Escola Nacional de Belas Artes; exibição de curta-metragens franceses e nacionais organizada pelo GT de Cinema do CPC em colaboração com o Grupo de Estudos de Cinema da UME.

No teatro do CPC, hora em construção no segundo pavimento do prédio da UNE, teve lugar o espetáculo que durou cinco horas e apresentou os grupos folclóricos Guerreiros das Alagoas, Capoeira d'Angola e o Grupo Solando Trindade; os cantores, Aracy de Almeida, Zé Ketty, Cartola, Ismael Silva, Sérgio Ricardo, Carlos Lira; representantes do conjunto musical do CPC da UNE e do CPC de Niterói; além da presença do representante do CPC de Belo Horizonte e da cantora argentina Maria Escudero. A afluência do povo ao III Festival foi de tal ordem que as dependências da UNE não comportavam todos os presentes, tendo uma parte da massa permanecido nas calçadas.

Para uma preparação dos festivais o CPC lança mão, como publicidade complementar, além das formas já mencionadas, de volantes distribuídos pela cidade, de uma caminhonete com serviços de auto-falantes (cedidas pelos sindicatos), de cartazes em silk-screen, de um painel de grandes dimensões e da projeção de slides na fachada da UNE.

A divulgação e a propaganda são feitas inteiramente por amadores, dada a absoluta carência de recursos da entidade. Mesmo para o lançamento de "Cinco vezes favela" foram utilizados quadros voluntários que representavam, nos pontos de maior concentração popular, cenas ligadas aos temas dos filmes, distribuíam volantes, colavam cartazes etc. O CPC tentou mais dois tipos de trabalho ligados a atividades de divulgação e propaganda, que tiveram de ser temporariamente suspensos, já que a experiência demonstrou que as condições atuais não são favoráveis. A primeira tentativa foi a

apresentação de pequenos esquetes e da venda de livros na Cinelândia, na Central do Brasil e outros pontos da cidade. Apesar dos excelentes resultados alcançados, foi suspensa a experiência porque, apesar da autorização do Diretor da Central, o Governador do Estado apreendeu o material do CPC e prendeu os elementos do grupo teatral do CPC que apresentavam os esquetes. A segunda tentativa liga-se à montagem de uma rede de distribuição de livros, discos etc., cobrindo todo o território nacional e utilizando os CPCs já existentes e os DCEs estaduais. Por uma série de fatores (impossibilidade de profissionalização dos quadros, inexperiência e falta de tempo disponível da maioria dos quadros amadores encarregados do trabalho, má coordenação por parte do CPC), a atividade de distribuição foi suspensa temporariamente para ser reestruturada em bases mais reais.

As atividades de propaganda e divulgação, levando-se em conta a falta de recursos financeiros e as licitações de um trabalho amador e, até certo ponto, eventual, podem ser consideradas de rendimento apenas razoáveis, estando longe do que seria desejado.

PLANOS FUTUROS

O CPC da UNE vê esses dois anos e meio de atividades como um longo período de consolidação. A luta para garantir a sua existência. Nada foi realizado com a necessária continuidade, muitos erros só puderam ser verificados, não houve a possibilidade material de se refazer a experiência. A flutuação de quadros, inevitável, obrigou-nos, muitas vezes, a começar de novo uma série de atividades, muitas vezes.

O importante não era propriamente fazer cultura popular, o importante era chamar a atenção para a necessidade da cultura popular como front dos mais importantes na luta de libertação nacional.

Para nós, essa fase de consolidação chega ao fim com a realização do I° Encontro de Cultura Popular, com a consolidação da Editora e com a construção do Teatro do CPC da UNE.

Os instrumentos básicos mínimos já possuíamos, quadros com larga experiência, apoio das lideranças sindicais. Fundamentalmente, dois anos e meio de experiências.

A curto prazo, o CPC da UNE pretende exatamente terminar esta fase de consolidação, inaugurar o teatro, terminar o lançamento dos livros que compõem a coleção "Reportagem" e redigir os estatutos definitivos de nossa organização que, para nós, a experiência mostrou, deve se basear na autonomia dos setores e na centralização no que se refere à linha de ação e distribuição de recursos.

A longo prazo, nossa atividade continuará se dirigindo para dois aspectos centrais:

1. O aumento do patrimônio - a criação de atividades auto-financeáveis;
2. O movimento de criação de núcleos de cultura popular com o povo.

TODO O MOVIMENTO DO CPC VISA A INSTALAR COM O POVO NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR.

I - AUMENTO DO PATRIMÔNIO - CRIAÇÃO DE ATIVIDADES AUTO-FINANCIÁVEIS

a) Teatro da Cultura Popular

Teatro do CPC da UNE, com 300 lugares, destinado à pequena burguesia e liderança operária.

À luta para conseguir encarnar o humanismo.

À visão que preside a luta do povo brasileiro, na dramaturgia e no espetáculo brasileiro.

À apresentação de novos autores nacionais.

À apresentação de textos clássicos adaptados ou não à nossa realidade.

Ao encaminhamento das pesquisas de um Teatro Popular Brasileiro.

b) Editora de Arte e Cultura

Aprofundar a experiência de informação político-social da massa, com textos cada vez mais acessíveis.

Aprofundar a experiência com os folhetos de poesia e com os violões de rua.

Divulgação da música brasileira, de seus compositores populares.

Organizar uma coleção de documentos tratando da responsabilidade brasileira.

c) Atividade Permanente da Carreta

Com espetáculos em praça pública e conferências ilustradas sobre temas fundamentais para esclarecimento da consciência popular.

II - CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR

O CPC pretende realizar uma experiência piloto de criação de Núcleos de Cultura Popular.

Pretende pesquisar na Guanabara qual o bairro, qual o local de concentração popular que oferece maiores condições para o trabalho.

Nesse local será instalada uma experiência piloto. Com a própria massa descobriremos quais as atividades devem ser organizadas: alfabetização, teatro, coral, cursos técnicos, esportes, recreação etc.

Ativistas e profissionais permanecerão junto com o povo, no local, desenvolvendo o núcleo até a sua consolidação. Esta experiência piloto só agora poderá ser realizada, se chegar até ela o CPC da UNE terá justificado a sua existência.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNE CONSIDERA IMPORTANTE A CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO QUE PERMITA UM MAIOR ENTROSAMENTO ENTRE OS MOVIMENTOS DEDICADOS À CULTURA POPULAR, POSSIBILITANDO A TROCA DE EXPERIÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

Cultura Popular e Pé no Chão
COMUNICAÇÃO AO I ENCONTRO DE ALFABETIZAÇÃO
E CULTURA POPULAR

1. De pé no chão também se aprende a ler
2. De pé no chão também se aprende uma profissão
3. Democratização da Cultura

I. CULTURA POPULAR: tentativa de conceituação

O significado do termo Cultura Popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias atuais. Dominação que tem sofrido historicamente, mudanças que ora acentuam ou atenuam seu caráter, mas que fundamentalmente persiste, envolvendo todo o complexo político-econômico e cultural brasileiro.

Portanto, procuraremos caracterizar de forma sumária a trajetória da dominação a que está submetido o Brasil, suas implicações e manifestações no plano cultural, com a predominância de padrões culturais alienígenas e finalmente a consciência dessa dominação por parte do povo brasileiro o que se traduz na eclosão dos movimentos de cultura popular.

TRAJETÓRIA DA DOMINAÇÃO: do Brasil Colônia ao Brasil Independente

A descoberta do Brasil pelos portugueses teve um caráter muito mais geográfico que histórico. Isto porque o tipo de civilização encontrada pelos portugueses, em virtude de seu estágio de cultura primitivo, foi facilmente sufocada pela cultura européia trazida pelos nossos descobridores. Desta

forma, estabeleceu-se a primeira relação de dominação cultural. O nativo brasileiro não era um valor que se afirmasse, do ponto de vista histórico-cultural, mas apenas um dado que se sobrepunha à natureza, com ela se confundindo e identificando-se. Passa então o Brasil a viver como um apêndice da Europa, dela dependendo econômica e politicamente e de lá importando os seus valores culturais. O Brasil colônia aliena-se à sua metrópole perde a sua interioridade, a sua essência mesma que está ocupada pelo exterior. A situação colonial é profundamente marcada pela aliaenação: dependência política e econômica, descaracterização cultural.

A colônia tomada em relação à metrópole não é história, é geografia. Não é sujeito, porém objeto; não é forma e sim matéria.

A partir da situação colonial que influenciou profundamente nosso processo histórico-cultural e com o encontro verificado entre as culturas nativa, africana e européia, com predominância desta última, plasmou-se a cultura brasileira. Passando daí por diante a sofrer uma série de influências externas, fruto das dominações exercidas no plano econômico. Desta forma sucederam-se toda a gama de influências alheias, instalando-se um verdadeiro processo de alienação cultural que a condição de "independência" trazida com o gesto de D. Pedro I não foi suficiente para detê-lo. Ao contrário, em alguns aspectos, a situação de dependência externa se acentuou, assumindo formas diferentes, sutis, mas que penetram fundo na alma e no sentimento do povo, tirando-lhe toda a sua essência, ocupando o seu interior.

CULTURA BRASILEIRA E PADRÕES CULTURAIS ALIENÍGENAS

A persistência da situação colonial não poderia, nos dias atuais, ter as mesmas características dantes da nossa independência. Tal situação evolui dialeticamente com a História, assinalando conquistas gradativas do povo dominado, principalmente dentro do plano econômico (controle da exploração de riquezas naturais, controle da remessa de lucros, etc.), isto, por outro lado, contrabalanceado pelas diferentes formas que vai assumindo a dominação externa que começa a falar em termos de "alianças", "cooperação" e "ajuda", atenuando a relação de domínio em alguns setores, mas a todo custo procurando mantê-la. Ora, tal situação irá fatalmente refletir-se no plano cultural.

Começa então o povo brasileiro a construir um tipo de cultura que não é elaborada aqui e que tem a função precípua de manter o nosso povo preso a um esquema de pensamento e atitudes que devem traduzir-se na aceitação passiva da situação de dominação externa, e mais ainda no respeito e admiração ao povo dominador.

Isto é facilmente perceptível em todos os planos. Os meios de informação - divulgação de notícias e de idéias -, as formas de entretenimento e diversão de aparência inofensiva e até mesmo ingênua se articulam formando a terrível máquina que distorce os fatos e submete o comportamento de grande parcela do povo brasileiro. Passa-se por conseguinte à vivência de padrões culturais alienígenas, com a infância e a juventude brasileiras "trabalhadas" para cultivar heróis que não os nossos, conhecendo muito mais, senão somente, a História de um povo estranho e não a sua História, preparada para admirar e servir ao povo dominador que aparece aos seus olhos como os "supremos defensores dos princípios da Democracia e da Liberdade no mundo Ocidental e Cristão"....

No plano político, esta compreensão se revela pelo temor, habilmente induzido na consciência do povo, à "ameaça de infiltração de ideologias exóticas", ameaça da qual precisamos nos proteger através da concessão de favores, no plano econômico, aos "defensores da Democracia" que devem levar nossas riquezas a fim de garantir a nossa segurança e tranqüilidade em relação ao tão terrível mal...

Tais manifestações comportariam uma ampla análise que não caberia aqui e são referidas apenas a título de exemplo de como funciona o processo de submissão cultural do povo brasileiro. Tal processo utiliza vários meios, principalmente a propaganda que desempenha a espetacular tarefa de padronizar as atitudes e produzir hábitos novos, reflexos, condicionados a conceitos estranhos na mentalidade do povo, submetido com isso a um processo de estúpida massificação. Tão eficiente e sutil é o seu funcionamento, cuidadosamente planejado e dirigido segundo técnicas e leis de psicologia que vão gradativamente impingindo ao povo slogans políticos, idéias, gostos artísticos, hábitos e atitudes, tudo em função do conformismo e da aceitação, da subserviência, enfim.

EMERGÊNCIA DA CULTURA POPULAR

A conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação. Esta conscientização assume formas mais agudas na medida em que outros povos da América Latina lutam igualmente contra a opressão a que estão submetidos, evidenciando-se a existência de um movimento libertário do qual Cuba é o primeiro país a conseguir êxito deste grande anseio de libertação nacional.

A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume no primeiro momento o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo-se aos valores culturais estranhos aos nossos valores, criados e elaborados aqui. Essa é a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido do universal, permitindo o processo de aculturação em que haja predominância da cultura brasileira.

Num segundo momento, assume a cultura popular um caráter de luta, que ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promova a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo. Cultura Popular que leve o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas principalmente, criador de expressões culturais.

A tarefa da Cultura popular não é exclusivamente um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder. Estaríamos reduzindo o sentido de libertação humana ao plano político ou econômico. A tomada revolucionária do poder não extingue a cultura popular, ao contrário, deixa aberto o caminho para uma criação cultural autêntica e livre, ou melhor, popular e nacional.

Há, portanto, um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional, socialismo e luta anti-imperialista. Por conseguinte, embora pareça em princípio paradoxal, a cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas em última instância a afirmação e a vitória desta revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico.

Fica claro, portanto, o mais profundo sentido dialético da revolução popular que não é um fim, porém um meio de conseguir a libertação total do povo, fazendo-o construtor do seu destino e "nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura".

II. Uma experiência de educação de massas

O analfabetismo é uma das constantes e mesmo uma das características mais marcantes de uma região subdesenvolvida. Conforme verso e reverso da medalha é causa e efeito do subdesenvolvimento, isto é, sendo causa, inicialmente de subdesenvolvimento, o analfabetismo passa a ser efeito também, na medida em que se constitui entrave às mudanças das estruturas sociais no trânsito para o desenvolvimento. As regiões só atingem o desenvolvimento depois de passarem pelo processo de erradicação do analfabetismo. Assim aconteceu com os Estados Unidos, a União Soviética, Japão e México.

A PROBLEMÁTICA EM NATAL

Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, não poderia fugir à regra geral. E, aqui se agravava a situação, pois o processo educativo entrara num verdadeiro retrocesso. Vinte anos atrás funcionavam na cidade 11 (onze) grupos escolares, e, ao ser deflagrado o processo de Campanha estavam reduzidos a 10 (dez). Enquanto isso, a população cresceu, multiplicada por quatro, aproximadamente. A educação pública primária passou, assim, por um verdadeiro colapso. A massa de analfabetos cresceu em assustadoras proporções.

Ao administrador que se propusesse a enfrentar o problema, a solução não poderia, jamais, ser alcançada em moldes acadêmicos. O tempo perdido haveria de ser ganho revolucionariamente. Em Outubro de 1960, pela primeira vez na história, o município de Natal elegia o seu prefeito pelo voto popular. E a administração que se iniciava em novembro do mesmo ano trazia matrizes de governo de vanguarda. O prefeito Djalma Maranhão não se mostrava vinculado ao pólo dominante da sociedade, guardando

raízes e afinidades com as populações suburbanas. Sua campanha política fora feita, reivindicando o voto popular, no sentido de construir uma administração que fizesse da "educação e cultura meta número de um governo".

Chamado para a Secretaria de Educação o Dr. Moacyr de Góes, juntamente com o Prefeito, iniciaram bela e dura luta de erradicação do analfabetismo. Assim nasceu a "Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler'", trabalho de técnicos, professores, funcionários, estudantes e homens do povo.

CAMPANHA "DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER"

Em 1961, a Prefeitura do Natal, com um orçamento de Cr\$ 111.539.000,00 e um déficit de Cr\$ 43.659,00, consignando Cr\$ 3.756.000,00 para a educação, começava a "guerra" ao analfabetismo.

O nome da Campanha nasceria de uma reportagem da imprensa, quando o jornalista Expedito Silva, noticiando o programa de educação popular que se iniciava em Natal, afirmava que até "de pé no chão também se aprende a ler", querendo dizer que, de agora em diante educação não era mais privilégio, pois todos teriam acesso à Escola, sem fardas, com qualquer roupa e até mesmo sem calçados. Até que enfim a Escola não esperava pelo educando, ia a sua procura, onde ele estivesse.

Em seu escopo geral, a Campanha atende à educação de adultos e à educação de crianças, sendo que damos ênfase especial à educação de crianças. Justificava esta atitude o fato de que o número de crianças em idade escolar existente em Natal é muito maior que o número de adultos analfabetos e, portanto, só conseguiremos fazer a erradicação do analfabetismo, se dermos maior importância à alfabetização da criança sem deixar à margem a alfabetização de adultos, evidentemente.

A alfabetização constituindo o núcleo de toda uma obra de cultura popular deve ter como objetivo máximo integrar o educando na sua comunidade, dando-lhe para isto a oportunidade de sentir e viver a cultura de seu povo.

Cada escola deverá ter os seus serviços próprios e outros em cooperação com a comunidade, visando à integração do educando no seu meio. Tal integração deve ter como sentido uma profunda vivência com a problemática da terra, de tal forma que o aluno sinta a realidade regional, estadual e nacional e reflita sobre tais problemas.

Os serviços que devem integrar o educando no seu meio devem ser constituídos de clubes folclóricos, danças rítmicas, folguedos, pequenos cursos, cujo conteúdo vise à discussão de problemas brasileiros, encontros diversos com a comunidade sobre temas como: saúde e sua relação com problemas sócio-econômicos; causas de analfabetismo no Brasil etc.

A integração da criança ao meio ainda deve ser atingida através do próprio conteúdo de ensino. Assim é que todo o currículo deve ser desenvolvido através de grandes temas que procurem dar ao aluno uma visão de conjunto com uma interpretação de suas implicâncias no setor social.

Ao lado da parte de alfabetização, com todos os recursos de que a Escola deve lançar mão como uma instituição organizada que tem por fim transmitir a cultura das gerações mais velhas às gerações mais moças, deve vir uma parte de ensino profissional que possibilite ao homem meios para a sobrevivência. Isto ainda deve contribuir para a afirmação do homem como ser humano.

A alfabetização deve, portanto, ser o centro e marco inicial de toda obra de cultura popular, uma vez que não se entende qualquer tipo de cultura que não esteja em evolução, em progresso, e a alfabetização de um povo é marco inicial para o seu progresso.

FASES DA CAMPANHA

Hoje já podemos distinguir cinco fases realizadas na Campanha e registramos o início de mais duas que começam agora. São as seguintes, vistas a vôo de pássaro:

Primeira fase:

Sem dinheiro para a construção de prédios escolares, a Prefeitura apelou para a população: onde fosse cedida, gratuitamente, sem cobrança de aluguel, uma sala, aí seria instalada uma "escolinha". Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol, igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram as suas portas. Aí passaram a funcionar escolas, com as precárias instalações que a prefeitura poderia oferecer. Depois de dois anos, já se somam cerca de 271 dessas "escolinhas".

Segunda fase:

O caráter de indeterminação da localização das "escolinhas" e a necessidade de atacar o analfabetismo nos locais mais densamente povoados de analfabetos levou a Prefeitura à fase dos "Acampamentos Escolares". A impossibilidade de construção dos clássicos prédios escolares persistia, mas havia a premência de uma concentração de escolas junto aos bairros periféricos da cidade. A solução encontrada foi a construção de "Acampamentos Escolares": grandes galpões de 30 x 8 metros, cobertos de palha de coqueiro e chão de barro batido. A construção é autenticamente obra de Cultura Popular, usada pelos pescadores das praias nordestinas, herdeira em linha reta da habitação indígena. Uma curiosidade: os operários da Prefeitura não souberam construir o primeiro "Acampamento". Foram chamados os pescadores do "Canto do Mangue", praia das proximidades, conhecedores da técnica da "virada" e da "armarração" da palha.

O primeiro "Acampamento" marcou o início do trabalho piloto no bairro das Rocas: quatro galpões, com quatro classes cada um e mais um galpão para recreação, reuniões de círculos-de-pais-e-professores e sessões festivas. Funcionamento em três turnos.

Em 1961 construíram-se dois "Acampamentos": Rocas e Carrasco. Em 1962 o número cresceu para nove: Rocas, Carrasco, Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó, cobrindo, assim, os limites da cidade.

Terceira fase:

A terceira fase foi tentada, a título de experiência, somente no bairro das Rocas. A pesquisa prévia localizou um resíduo de adultos analfabetos que resistiam à Escola. Executou-se, então, um trabalho com professores-meninos-voluntários que, indo de casa em casa, de porta em porta, alfabetizavam esses alunos não motivados para a escola. Vinte e dois núcleos prestaram serviços em 1962.

Quarta fase:

Saindo do campo propriamente escolar, a Prefeitura em 1962, procurou alcançar as comunidades dos bairros com um programa de democratização da cultura, atra-

vés das chamadas "Praças de Cultura". Um conjunto de parque infantil, praças de esportes (vôlei, basquete e futebol de salão) e uma biblioteca faz a "Praça de Cultura" que, em última instância, é complementação das "escolinhas" ou dos "Acampamentos" que se localizam próximos. Em 1962 foram construídas dez praças das quais duas com as bibliotecas em pleno funcionamento. A praça, neste caso, deixa de ser somente um ornamento urbanístico para ser um instrumento de cultura popular.

Quinta fase:

Ensino profissional - A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão" deflagrada a primeiro de fevereiro deste ano. Ensinar que um "B" com "A" faz "B-A Bá" não basta. Completando a outra Campanha, a "De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão", pretende dar ao homem alfabetizado, através de cursos de aprendizes, os instrumentos profissionais para um Nordeste que vai amanhecendo para a industrialização.

Instalada a 11 de fevereiro deste ano, iniciando as suas atividades com oito (8) cursos de Aprendizes e nesta data já se eleva a 17 (dezesete) o total de cursos em funcionamento, divididos em 3 (três) turnos e distribuídos nos Acampamentos especificados:

Rocas: Corte e Costura, Alfaiataria, Marcenaria, Sapataria, Telegrafia, Elementos de Eletricidade, Barbearia, Bordado à Mão.

Carrasco: Barbearia, Corte de Cabelo (feminino), Enfermagem de Urgência, Datilografia, Taquigrafia, Encadernação e Corte e Costura.

Nova Descoberta: Artesanato, Bordado à Máquina, Cerâmica e Bordado à Mão.

Nordeste: Corte e Costura

Quintas: Em fase de instalação

Deve-se ressaltar o interesse despertado pela "Campanha", no meio da população dos bairros, desde a criança ao adulto, de ambos os sexos, onde se pode constatar através de uma matrícula nos diversos cursos com número que se eleva a 700 (setecentos) aprendizes, com uma frequência e rendimento que nos deixam

plenamente satisfeitos. Este número não corresponde à vontade daqueles que nos procuram em virtude dos mínimos recursos que ainda dispomos para o atendimento das necessidades, não podemos atendê-los.

Em agosto último já diplomamos a primeira turma, composta de 148 aprendizes pertencentes aos cursos: Corte e Costura, Enfermagem de Urgência, Sapataria, Marcenaria, Barbearia, Datilografia, Artesanato e Encadernação.

Em novembro próximo serão entregues novos certificados a mais uma turma de aprendizes.

É desejo da Edilidade ampliar o plano dessa nova experiência de ensino, distribuindo os cursos por todos os acampamentos instalados nos bairros mais desassistidos.

Sexta fase:

Criação do Centro de Formação de Professores da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler". Já em funcionamento desde dezembro do ano passado, tem os seguintes objetivos:

1. Formar professores para atender às necessidades da Campanha, através de 3 tipos de cursos:
 - a) Emergência: (preparação a curto prazo) com 3 ou 4 meses de treinamento;
 - b) Ginásio Normal (preparação a longo prazo) com 4 anos de escolaridade após a conclusão do primário;
 - c) Colégio Normal (preparação a longo prazo) com 3 anos de escolaridade após a conclusão do curso médio de primeiro ciclo.
2. Fazer a coordenação técnico-pedagógica da Campanha.
3. Manter uma Escola de Demonstração (Primário), que sirva de laboratório à Campanha.

Sétima fase:

Com a notícia da Campanha extrapolando os limites da Capital, várias Prefeituras Municipais do Rio Grande do Norte nos solicitaram a concessão de bolsas de estudo para professores primários municipais, no Centro de Formação de Professores.

Logo em seguida passamos à fase de assinatura de convênios com as edilidades interioranas onde, além das bolsas de estudo, a Campanha oferece assistência pedagógica sistemática. Periodicamente (de 15 em 15 dias) um grupo de orientadoras pedagógicas vai até cada cidade onde supervisiona classes, reúne-se com professores e apresenta sugestões para uma programação quinzenal. Dentre os municípios assistidos pela Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" encontram-se as de São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Macau (sindicatos), Açu, Currais Novos e São Gonçalo, até o momento.

Oitava fase: uma escola por semana.

A etapa seguinte da Prefeitura de Natal, em continuidade ao seu programa de democratização do ensino, consta da ampliação da rede escolar municipal, com a construção em estrutura metálica de uma escola por semana, em convênio com o Ministério da Educação, através do Ministro Paulo de Tarso.

Durante o mês de agosto, a Prefeitura inaugurou 3 escolas. No mês de setembro, foram 2 escolas. A partir da segunda quinzena de setembro até o mês de dezembro, serão inauguradas 14 escolas.

COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA CAMPANHA

Com a criação do Centro de Formação de Professores, conseguiu-se a sistematização da Campanha do ponto de vista técnico-pedagógico. Assim, dispomos de uma equipe constituída por 32 orientadoras pedagógicas, todas tituladas pela Escola Normal de Natal e muitas delas de nível universitário.

1. Técnicas de supervisão

1.1. Encontro de orientadoras:

Semanalmente todas as orientadoras e diretores de Acampamentos reúnem-se no Centro, a fim de planejar e discutirem suas atividades. Estas reuniões são feitas às sextas-feiras, durante o dia todo. Pela manhã, há reunião dos grupos. Esses grupos apresentam sugestões, debatendo sobre as mesmas. À tarde, há uma reunião geral com todos

os grupos. Nesta reunião, os grupos que trabalham, separadamente, apresentarão as atividades, planejadas e discutidas, à Diretora Pedagógica do Centro, a fim de serem submetidas à apreciação. Também, semanalmente, há um encontro entre professores dos acampamentos, com as orientadoras. É nesta reunião que as orientadoras transmitem às professoras as atividades planejadas por elas, desenvolvendo de maneira que as mesmas se adaptem ao nível das diversas turmas.

1.2. Visitas

Diariamente, a orientadora pedagógica faz visitas às escolinhas domiciliares, a fim de verificar se as professoras estão desenvolvendo, normalmente, o plano da semana e o rendimento da classe. Quando se trata de Acampamento, ela passa o dia orientando, no próprio Acampamento, assistindo às aulas, observando o andamento das turmas e corrigindo as falhas, caso se apresentem.

1.3. Indicações bibliográficas

Em cada Acampamento existe uma biblioteca à disposição dos alunos e professores. As orientadoras organizam listas de livros, relacionados com o plano que está sendo desenvolvido, a dar às professoras a fim de que elas os consultem, facilitando assim seus trabalhos e pesquisas.

1.4. Sugestões por escrito

Quinzenalmente, o centro expede uma lista variada de sugestões pedagógicas para toda a Campanha, acompanhada de um plano, composto de um suplemento e das atividades a serem desenvolvidas. Estas sugestões são preparadas no Centro por uma equipe de Planejamento e mimeografadas.

1.5. Cursos de emergência

O Centro já realizou 2 Cursos de Emergência, os quais obtiveram pleno êxito. O 1º curso diplomou 481 candidatos, sendo 28 do interior do Estado. Todos os candidatos diplomados pelos Cursos de Emergência foram incluídos na Campanha para lecionar nos Acampamentos e nas Escolas Domiciliares. No 2º Curso, foram diplomados 124 can-

didatos, sendo 18 do interior do Estado. Todos estes candidatos do interior vieram a mandado dos Prefeitos e estão ensinando por conta das respectivas prefeituras.

2. Atividades extra-classe (co-curriculares)

O centro vem desenvolvendo, desde sua criação até a data atual, uma série de atividades extra-classe:

2.1. Congresso de Cultura Popular

O "Centro de Formação de Professores" realizou, entre os dias 21 de abril e 1º de maio passado, o "Iº Congresso de Cultura Popular" com a participação de delegações de outros estados da federação, como Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Sul. O evento apresentou a programação seguinte:

Dia 21 de abril: Instalação do Congresso e inauguração do "Fórum de Djalma Maranhão" - 17:30h. - 21:00 h. - Teatro Alberto Maranhão - Peça de teatro - "O Processo de Tiradentes em nosso Tempo" - júri sob a responsabilidade do Centro de Cultura Popular de Natal.

Dia 22 de abril: Dia da Educação - programações sobre a educação popular, através da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler". Lançamento do "Livro de Literatura para Adultos De Pé no Chão".

Dia 23 de abril: 17:00 h., Galeria de Arte - Exposição do pintor Raul Córdula da Paraíba.

Dia 24 de abril: 20:00 h., Fórum de Debates - Palestra do crítico Luís Costa Lima, do SEC da Universidade do Recife, sobre "Cultura e Alienação".

Dia 25 de abril: 20:00 h., Fórum de Debates - Palestra do crítico cinematográfico - Willes Leal, da Paraíba.

Dia 26 de abril: lançamento do segundo volume de "Viola de Desafio".

Dia 27 de abril: Exposição, na Galeria de Arte, de artesanato e arte popular. - 20:00 h. Palestra de Newton Navarro, sobre "Arte Popular".

Dia 28 de abril: Inauguração do Teatrinho do Povo, no bairro do Alecrim com a encenação da peça "Pedro Mico" e exibição de Jograis da Universidade da Paraíba.

Dia 28 de abril: 16:00 h. Conferência da professora Edna Lott.

Dia 29 de abril: Galeria de Arte - Lançamento dos "Cadernos do Povo Brasileiro" pelo editor Ênio Silveira - 20:00 h. Debate, com Ênio Silveira, sobre "O Problema do Livro".

Dia 30 de abril: Lançamento, na Galeria de Arte, do disco da UNE "O Povo Canta" - Debate sobre "Reforma Agrária".

Dia 1 de maio: Exibição de documentários: "Aruanda e Cajueiro Nordestino", por Linduarte. - 16:00 h. Concentração operário-estudantil-camponesa. - Coro Falado: "Poemas para liberdade".

Objetivos deste congresso: Difusão da cultura, politização popular.

2.2. Estudos de problemas da escola primária

Os Cursos de Formação de Professores do Centro de Formação de Professores da Campanha tiveram oportunidade de participar, contando com a colaboração de alunos da Escola Normal de Natal, de uma Semana de Estudos sobre a Escola Primária", realizada nos dias 10, 11, 12 e 13 de agosto passado e constou do seguinte temário:

2.2.1.0 Ensino Primário em Natal:

- a) As escolas: número de escolas da cidade.
- b) Método utilizado. Problemas de disciplina.

2.2.2.A situação do professor em Natal:

- a) Condições técnicas de trabalho.
- b) Cursos de Formação e Aperfeiçoamento.

2.2.3.0 aluno na escola atual:

- a) Situação do aluno: econômico e social.
- b) Relacionamento do aluno e professor.

2.2.4. Alfabetização de adultos

a) Necessidade e importância.

b) Problema do analfabetismo: conseqüências.

2.3. Semana de Saúde

Realizamos nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de agosto passado, uma Semana de Saúde para as famílias dos alunos da comunidade em geral, em colaboração com a Universidade do Rio Grande do Norte.

Constou de 5 palestras sobre saúde, que visaram a despertar o interesse da comunidade no que se refere aos cuidados necessários à conservação da higiene pessoal e do lar. As palestras envolveram os seguintes temas:

“Doença e Subdesenvolvimento” - “Odontologia Sanitária” - “Alimentação” - “Principais Endemias Locais: combate e profilaxia” - “Proteção à Maternidade e à Infância”.

Além da Universidade do Rio Grande do Norte, contou a Semana de Saúde com a colaboração das Instituições: SESP, DNERu, CIAT.

3. Avaliação do Rendimento Escolar

A avaliação do rendimento escolar é feita através da aplicação de testes elaborados pela equipe de orientação pedagógica e aplicados duas vezes ao ano.

Essas avaliações têm a coordenação geral do Centro. Após o final das aplicações, cada orientadora apresenta uma tabulação dos resultados alcançados e o Setor de Pesquisas e Medidas organiza uma tabulação geral, bem como as representações gráficas correspondentes.

Além dos testes que se destinam mais à avaliação dos conhecimentos, há uma avaliação em termos qualitativos que se destina a medir atitudes, idéias, formação de hábitos e habilidades.

Faz parte ainda da avaliação a aplicação mensal de testes e trabalhos organizados pelas próprias professoras de classes sob a supervisão das orientadoras.

O aproveitamento demonstrado pelos testes aplicados em dezembro de 1962 e julho de 1963 foi de respectivamente 74 e 85%.

4. Promoção Escolar

A promoção escolar não constitui problema, porquanto ela é feita tendo em vista as capacidades e limitações dos alunos. Assim, durante o ano, pode haver tantas promoções quanta forem necessárias de acordo com o aproveitamento dos alunos.

A preocupação maior é no sentido de acompanhar o aluno e assisti-lo ao máximo, de tal forma que ele apresente um rendimento escolar tão alto, quanto seja capaz.

5. Serviços de Atividades Complementares

O difícil para a Campanha não é abrir escolas, pois, com o "déficit" escolar existe onde se instalar uma sala de aula chegam os alunos. O difícil é promover a assistência permanente; exigir uma qualidade de ensino cada vez melhor, apesar do pessoal leigo na regência das classes; abastecer de material "Acampamentos" e "Escolinhas", uma vez que o livro, o caderno, o lápis, são distribuídos gratuitamente, pois, a população que frequenta a Campanha não dispõe de recursos para adquirir os seu instrumentos de estudo. Assim, atividades complementares assumem importante papel:

5.1. A Pesquisa - O serviço de pesquisa centraliza o seu trabalho no estudo de evasão escolar e no estudo da avaliação do rendimento. Assim há uma equipe que faz visitas aos lares, procurando as causas da evasão escolar e procurando contê-la.

5.2. Círculos de Pais e Professores - Estudando o problema educativo através do binômio Escola-Família, os círculos têm ajudado na promoção da integração da Campanha na comunidade. Em 1963 os Círculos se pararam para ser um instrumento de politização - nova meta a ser alcançada.

5.3. Recreação Intensiva - Além da recreação própria, os "Acampamentos" possuem parques infantis e regentes de classes que se especializaram em recreação. A recreação orientada tem sido o fator neutralizante da comum evasão escolar.

- 5.4. Merenda Escolar - É outro fator que combate a evasão escolar. A merenda, diante da pauperização das áreas onde atua a Campanha, vem assumindo cada vez mais o papel de forte motivação escolar. Muitas vezes a merenda escolar é a primeira refeição do educando. Esta merenda se enriquece na medida em que os alunos trabalham mais nos aviários e hortas.
- 5.5. Educação para a Produtividade: Aviário e Hortas - Os "Acampamentos" estão aparelhados de hortas e já contam com três aviários. A produção deles é consumida pelos alunos na merenda diária - o que é um estímulo para o cuidado maior com as hortalças e as aves. A Campanha desperta o educando para a produtividade, demonstrando que as comunidades precisam se organizar na luta contra o pauperismo e a alienação da realidade. A educação simplesmente livresca já tem o seu atestado de óbito passado.
- 5.6. Bibliotecas Rotativas - Além dos postos de empréstimos ou bibliotecas populares, que funcionam nas Praças de Cultura, cada Acampamento dispõe de uma Biblioteca. Estas últimas funcionam em sistemas de caixas rotativas que demoram cerca de um mês em cada Acampamento Escolar, quando, então, se promove o rodízio. Cada caixa dispõe de cem livros, e, não havendo repetição de títulos de volumes de uma caixa para a outra, na conclusão do rodízio das nove caixas, cada acampamento terá ganho uma biblioteca de novecentos livros. Cada caixa de biblioteca contém livros pedagógicos para formação ao magistério, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil e de adultos. (Ver estatística em anexo)
- 5.7. Círculos de Leitura - Sob a supervisão da diretora do Acampamento, que é a Orientadora Pedagógica, as regentes de classes organizam círculos de leitura, à base das obras pedagógicas para formação de magistério, quando procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos. Na maioria dos Acampamentos Escolares estes Círculos de Leitura se reúnem semanalmente.

Também nas classes, os livros da biblioteca são utilizados para leituras em comum e interpretações de suas estórias infanto-juvenis.

5.8. Teatrinho João Redondo - O setor de recreação tem usado com êxito o teatrinho de fantoches, nas festas escolares e nos círculos de pais e professores. A Campanha, na busca de sua autenticidade cultural, usa o nome do Teatrinho João Redondo, denominação popular no Rio Grande do Norte para este tipo de representação artística.

5.9. Programa de Rádio - Complementando o trabalho local que se fez em cada comunidade, a campanha atinge todo o estado através de programa de rádio levando diariamente ao ar de 11:30 às 12:00 horas, pelas Rádios Nordeste e Brejuí.

O programa é de caráter sócio-cultural-educativo, dirigido a um público infantil, mas, com o objetivo de atingir o adulto. Consta das seguintes partes: 1) apresentação, de forma dramatizada, de histórias infantis e esquetes sobre assuntos e problemas brasileiros, da compreensão infantil, seguida de um debate ou análise do assunto apresentado na história ou esquete. Esta análise ou reflexão dirige-se mais ao adulto. Nesta primeira parte trabalham três (3) personagens populares, constantes - a figura de um vovô (vovô Patrício), de uma criança (Chiquinho) e da mãe de Chiquinho (D. Suzana).

A segunda parte é mais recreativa e variada, focalizando os seguintes temas: música infantil, divulgação da música popular brasileira, temas educativos de ordem psicopedagógicas, (p.ex: crianças problema, educação doméstica, relações entre a escola e o lar, folclore, histórico e curiosidades dos municípios do Rio Grande do Norte, etc.)

A terceira parte consta de um noticiário rápido sobre atividades de Prefeitura e divulgação de informações da Campanha.

O programa esta à disposição da Campanha, fugindo, às vezes, de sua programação rotineira, toda vez que há um empreendimento do setor cultural, visando atingir o maior número possível de parti-

cipantes, como também, o horário do programa está à disposição de quaisquer outros movimentos de caráter popular que haja na cidade.

5.10. Cartilha para Adultos

A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" organizou o horário noturno dos Acampamentos para a alfabetização de adolescentes que estão ocupados durante o dia e, principalmente, para adultos.

Atualmente, estão matriculados 3.000 adultos. A grande maioria é constituída de pais de crianças que estudam no mesmo Acampamento nos horários matutino e vespertino.

Ao lado da alfabetização simples, isto é, o ensino de técnicas de ler, escrever e contar, está a preocupação por uma conscientização e politização dos adultos.

Considerando a grande lacuna que os nossos livros didáticos de alfabetização de adultos apresentam neste aspecto, a Campanha elaborou um "Livro de Leitura para Adultos" - numa adaptação do "Livro de Leitura do M.C.P. do Recife", às condições locais.

O conteúdo desta Cartilha nos permite elaborar Planos de Aula que levarão os adultos, ao lado da alfabetização, a tomar consciência da realidade brasileira.

5.11. Cursos de Realidade Brasileira

Para que o corpo docente da Campanha possua um mínimo de condições para alfabetizar os adultos, promovendo a politização, realizam-se, nos Cursos de Emergência para formação de professores, cursos intensivos sobre problemas brasileiros e discussões sobre o conteúdo e aplicação da cartilha.

O temário desses Cursos consta os seguintes assuntos: "Processo Espoliativo do Imperialismo" - "Cultura Brasileira e Alienação" - "Cultura Popular" - "Análise e Crítica da Constituição Brasileira" - "Realidade Brasileira" - "Reformas

de Base" - "Aspectos da Economia Brasileira" - "O Professor Primário em Face da Realidade Brasileira" - "Análise da Cartilha".

5.12. Universidade ao Povo

A Prefeitura do Natal visando à ampliação do seu programa de alfabetização, educação e promoção do povo nas comunidades mais desamparadas do seu Município através da campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", solicitou a colaboração da Universidade em programas assistenciais e educativos da referida Campanha.

Dentro das pretensões da Prefeitura e das possibilidades da Universidade estão sendo realizados os seguintes serviços:

Faculdade de Farmácia: exames parasitológicos de fezes para tratamento de verminose.

Faculdade de Odontologia: levantamento dentário dos alunos e tratamento preventivo de aplicação de flúor.

Faculdade de Medicina: participação de professores e alunos através de palestras em programas educativos promovidos pelo Centro de Formação de Professores.

Através de contatos com as demais unidades da Universidade está sendo organizado um programa de ação para execução imediata.

6.0 Crescimento em Matrículas

O crescimento da matrícula vem sendo feito em ritmo pouco comum. Em fevereiro de 1961, os educandos alcançavam pouco mais de 2.000 (dois mil), para, em dezembro do mesmo ano, fechar a casa dos 8.000 (oito mil), e em 1962 chegar a 15.000 (quinze mil) alunos. Em 1963 a matrícula supera os quinze mil.

7. Cálculo de Custos

Alinhamos, em seguida, alguns cálculos de custo e de funcionamento dos Acampamentos Escolares:

Demonstrativo nº 1

Descriminação dos itens relativos à construção de:

. um galpão:

2.000 palhas de coqueiro		
para cobertura a Cr\$ 5 mil	Cr\$	10.000,00
20 quilos de prego a	Cr\$	240,00
Madeirame	Cr\$	53.700,00
Piso de barro batido	Cr\$	5.000,00
Mão de obra de construção	Cr\$	21.500,00
CUSTO TOTAL	Cr\$	95.000,00

. uma sala de aula:

Um galpão tem quatro salas. Preço de construção de uma sala de aula: Cr\$ 23.750,00

Demonstrativo nº 2

Descriminação dos itens relativos às instalações necessárias ao funcionamento de um galpão:

60 carteiras a Cr\$ 1.800,00	Cr\$	108.000,00
4 tamboretas a Cr\$ 210,00	Cr\$	840,00
4 mesinhas a Cr\$ 1.400,00	Cr\$	5.600,00
4 quadros-negros a Cr\$ 900,00	Cr\$	3.600,00
4 quadros-murais a Cr\$ 1.300,00	Cr\$	5.200,00
4 filtros a Cr\$ 800,00	Cr\$	3.200,00
4 apagadores a Cr\$ 60,00	Cr\$	240,00
Instalações elétricas	Cr\$	14.500,00
CUSTO TOTAL DAS INSTALAÇÕES	Cr\$	141.180,00

. uma sala de aula

Um galpão tem quatro salas. Preço das instalações de uma sala Cr\$ 35.295,00.

Demonstrativo n° 3

Despesas relativas ao funcionamento de um Galpão durante o ano letivo:

PESSOAL:

Grupo de Trabalho
de Educação Popular Cr\$ 187.800,00

12 professores percebendo
gratificação mensal
de Cr\$ 2.000,00 cada/12 meses Cr\$ 288.000,00

MANUTENÇÃO:

Material escolar (cadernos,
lápiz, livros, giz e mapas) Cr\$ 40.000,00

Água, energia elétrica e carvão Cr\$ 20.000,00

TOTAL Cr\$ 535.800,00

. uma sala de aula

Funcionam no Galpão 12 classes durante o ano. Custo do funcionamento de uma classe por ano letivo Cr\$ 44.650,00.

. um aluno

Cada classe tem 30 alunos. Custo de cada aluno durante o ano letivo: Cr\$ 1.488,00.

PS.: Estes preços correspondem aos custos vigentes em janeiro de 1962.

De Pé no Chão é Experiência

A Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" ainda é experiência. Com a responsabilidade e com a humildade que cabem aos educadores, assim vemos a revolução que está sendo levada a efeito em Natal, no campo da Educação Popular. O que afirmamos, no entanto, é que está aberta uma nova perspectiva para qualquer região subdesenvolvida responder ao desafio do analfabetismo.

Estes são os limites de uma notícia, de uma comunicação da experiência que o Governo da Prefeitura de Natal e o povo fazem no campo da Educação Popular. Outras oportunidades haverá para uma discussão em profundidade do estudo de suas implicações. Agora finalizamos com o pensamento voltado para a "Oração da Mestra", de Gabriela Mistral, pois haveremos de "fazer de espírito" mais do que à nossa escola de tijolos... à nossa escola de palha.

Um esforço de democratização da cultura

No esforço de trazer bem viva a Cultura Popular em Natal e completando as atividades da campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", existe a Diretoria de Documentação e Cultura. Esse órgão está diretamente subordinado à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Natal.

Com os pequenos recursos de que dispõe uma Prefeitura pobre do Nordeste, o esforço tem que ser realmente grande para ajudar no processo de desalienação de nossa cultura. Desalienação sim, pois vivemos sob a tutela de uma cultura de dominação, onde a cada minuto nosso Homem é influenciado pelo impingir de hábitos, formas de pensar etc. de um mundo que não é o seu. Somente vivendo um processo de tentativa de revitalização de nossa cultura poderemos saber das barreiras encontradas, pois os instrumentos que a classe dominante usa para massificação de nosso povo estão em ação constante.

Assim a Diretoria de Documentação e Cultura vem desenvolvendo um trabalho de divulgação e revitalização de nosso folclore, promovendo Jornadas de Folclore e Folquedos

Populares; democratização de nossa cultura através da Galeria de Arte, Museu de Arte Popular, Bibliotecas Populares, Praças de Cultura, apresentações teatrais, etc.

A seguir apresentamos em detalhes as promoções citadas.

FOLCLORE

A Prefeitura Municipal de Natal vem procurando, na medida de suas possibilidades, incentivar a todas as manifestações tradicionais da vida popular da cidade, para desta maneira, defender as origens culturais do povo.

Tem sido do programa da atual administração preservar, quando não revalidar, os autos populares e folguedos tradicionais da capital do estado.

Assim, durante os dois períodos de administração de Djalma Maranhão, foram promovidas 5 Jornadas de Folclore, em datas que correspondem ao ciclo natalino.

Todas as Jornadas de Folclore contaram com a presença de folcloristas de renome nacional: Gustavo Barroso, Jorge Amado, Edson Carneiro, Umberto Peregrino, Antônio Vilela, Valdemar Cavalcanti, Enio Silveira, Luiza Barreto Leite, Miercio Tati, Hildegarde Viana, Eduardo Portela, Barbosa Lessa, Bruno de Menezes, Théo Brandão, Carlos Galvão Krebs, Domingos Vieira Filho, Nunes Pereira, João Climaco Bezerra, Mozart Soriano, Ascenço Ferreira, Rômulo Argentiére, Fagundes de Menezes e ainda exposições públicas de folguedos tradicionais da região, mesas-redondas para debates de assuntos folclóricos e vasto programa turístico-social.

A Prefeitura, através da sua DDC, conta com a participação de 18 conjuntos folclóricos:

- 4 conjuntos "Boi Calemba"
- 4 conjuntos "Bambelô"
- 2 conjuntos "Os Congos"
- 3 conjuntos "Danças Antigas"
 - Araruna
 - Camaleão
 - Coã

- 1 conjunto "Chegança"
- 1 conjunto "Fandango"
- 1 conjunto "Lapinha"
- 2 conjuntos "Pastoril"

Que recebem apoio e ajuda financeira da municipalidade num esforço permanente de manter e divulgar as riquezas culturais do Rio Grande do Norte, infelizmente, até hoje, pouco conhecidas no resto do Brasil.

Podemos registrar com satisfação que apesar das dificuldades econômicas, a Prefeitura já se fez representar através do seu folclore em 4 festas de outros Estados: duas vezes na cidade do Recife, uma no Rio Grande do Sul e outra em Brasília, onde os conjuntos apresentados obtiveram o maior sucesso.

FESTAS TRADICIONAIS

Prestigiando as tradições mais verdadeiras do povo, o Prefeito Djalma Maranhão tem participado de todas as festas populares. Assim é que durante os ciclos natalino, junino, festa dos reis magos, a Prefeitura faz armar palanques no centro e nos bairros da cidade, para exposições de conjuntos folclóricos e ornamentam-se as ruas com alegorias próprias, dando à cidade o caráter festivo onde o povo se diverte com as suas danças e os seus cantos.

BIBLIOTECAS POPULARES

No plano de democratização da cultura, duas metas preocupam de princípio a atual administração: o livro e a cultura. Num país onde as disponibilidades para aquisição de livros são difíceis, a expansão da leitura através de bibliotecas públicas é uma medida de largo alcance.

Natal, cidade que conta hoje com quase 200 mil habitantes, não possui uma biblioteca pública. Tendo em vista esta deficiência, a Prefeitura do Natal, através da DDC de sua Secretaria de Educação, instituiu um plano de instalação de bibliotecas populares em todos os bairros da Capital. Assim é que nos meses de maio e junho de 1962 foram instalados dois "Postos de Empréstimos", localizados nos bairros de Rocas e Quintas - bairros autenticamente populares.

Funcionando somente em dois horários (15:00 às 18:00 e 19:00 às 21:00 horas), estes Postos, que são barracas de madeira e contam com um acervo de 2.000 livros cada, apresentaram um movimento plenamente satisfatório. O Posto do bairro das Rocas denominado "Posto de Empréstimo Monteiro Lobato" registrou, desde sua fundação até agora, uma média de 2.675 empréstimos por mês, totalizando até agosto passado 47.450 volumes circulados com 1981 leitores registrados. O das Quintas, denominado "Posto de Empréstimo Castro Alves", até agora em 14 meses, conta com um empréstimo de 23.002 livros, numa média de 1.443 empréstimos por mês e com 1.804 leitores registrados. O acervo é de conformidade com o interesse dos leitores, fazendo-se o possível para despertar-lhes o gosto da boa leitura e incentivando-os através de concursos, fixação de murais com notícias diárias dos jornais e sempre que possível, facultando-lhe as últimas edições de livros devidamente escolhidos.

Em julho de 1962, foram instituídas bibliotecas rotativas, que constam de uma caixa de aço com capacidade para 100 volumes aproximadamente, constando principalmente livros de orientação pedagógica e livros infantis para círculos de leitura com os alunos. Servem principalmente às professoras. Em número de nove (09) essas caixas fazem rodízio de 30 em 30 dias entre os Acampamentos da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler".

Assim, durante o ano letivo passam por cada Acampamento cerca de 900 livros. Essas pequenas bibliotecas apresentam uma média de 665 empréstimos mensais.

Com a criação do Centro de Formação de Professores da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", organizou-se ali uma biblioteca. De dezembro de 1962 a agosto do corrente ano circularam 5.625 livros, numa média mensal de 625 volumes.

Para o atendimento real do programa de democratização da cultura, a Prefeitura Municipal de Natal dentro de suas disponibilidades financeiras procura ampliar o seu plano bibliotecário, instalando novos "Postos de Empréstimos" e criando a Biblioteca Pública Central com maior acervo.

Em face da constante necessidade de ampliação do plano a executar motivado pela dificuldade financeira da Prefeitura foi solicitado ao Exmo. Sr. Ministro de Educação Dr. Paulo de Tarso doação de livros através do Instituto Nacional do Livro, doação esta que se espera receber no corrente ano.

A atual administração leva sua contribuição a um povo que tem sede de conhecimentos, sede de verdade. O processo da emancipação cultural do povo brasileiro faz-se necessário o mais rápido possível, pois "nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura".

PRAÇAS DE CULTURA

Uma das promoções de maior importância no plano cultural da atual administração do município é a realização de Praças de Cultura (feira de livros, discos, artes plásticas, popular etc.).

Sua importância é tanto maior quanto se sabe da necessidade de levar ao povo os livros, as diversas manifestações de arte e o contato direto de escritor com os leitores.

Apesar dos poucos recursos financeiros a Prefeitura de Natal faz instalar no centro da cidade com barracas de madeira, palanque, stands e ornamentação própria a Praça de Cultura.

Em colaboração com as livrarias da cidade, artistas e intelectuais o povo participou durante oito dias de uma feira de livros, discos, exposições de artes plásticas e popular, lançamentos de livros com a presença de escritores, exposições de conjuntos folclóricos, coro falado, trazendo ao público a mais nova fase da poesia brasileira, retretas e audições de música popular.

Procura-se assim despertar de maneira mais prática e mais atuante o interesse pela leitura e a conscientização do povo pela sua própria cultura.

PUBLICAÇÕES

Como parte do programa de divulgação da nossa cultura e contando com a participação de poetas, foram publicados dois cadernos de poesia participante, em edições tipo literatura de cordel, Viola de Desafio I e II, com lançamentos feitos na Iª Praça de Cultura do Natal e no Iº Congresso de Cultura Popular.

Foram publicadas duas plaquetas respectivamente de autoria do folclorista Veríssimo de Melo, estudo sobre o escultor popular Chico Santeiro e do Prefeito Djalma Maranhão fundamentada em um discurso pronunciado quando deputado na Câmara Federal sobre o mestre do folclore brasileiro Luis da Câmara Cascudo.

GALERIA DE ARTE

Construída na atual administração do Prefeito Djalma Maranhão e inaugurada nos primeiros dias de março do corrente ano com uma mostra do pintor Francisco Brennand, a Galeria de Arte, desde então, vem cumprido um programa de melhor nível artístico e cultural da Cidade.

Seu amplo e moderno salão aberto ao público natalense, todos os dias, tem oferecido promoções tais como mostras de arte popular, fotografia, pintura, desenho, cerâmica etc.. Sob a responsabilidade de artistas que honram o panorama do nordeste e do Brasil.

Enquadra-se mais esta iniciativa cultural do governo do município no vitorioso plano de trabalho em prol da democratização da cultura onde procura reunir povo e intelectuais e assegurar a autenticidade de expressão dos seus artistas populares.

A Cidade tem sabido reconhecer o que representa para a comunidade uma Galeria de Arte, assim todas as promoções têm recebido a compreensão exata do valor e dos fins a que ela se destina.

A cultura já não se mostra mais uma coisa difusa e de privilegiados. Vai ao encontro de todos nos vários setores de suas atividades. Vai encontrar o homem no seu campo de trabalho, na sua oficina, na sua fábrica, na sua forja, nos duros e variados ofícios onde exerce com nobreza a sua profissão. Começa nos Acampamentos de palha e barro da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler" e já agora no mais arrojado plano de escolas pré-fabricadas - construindo uma por semana.

A Galeria de Arte, com seus artistas do povo e artistas eruditos, unidos num mesmo vínculo de sentimento, filia-se à obra significativamente humana e patriótica de um governo identificado com os anseios populares. Suas portas abertas ao Povo mostram, no talento e na inspiração dos nossos expositores, a mensagem viva e atual da inteligência brasileira.

Nos seis primeiros meses de atividades a Galeria de Arte apresentou, além de vários lançamentos de livros, o seguinte programa de exposições:

- . Exposição do pintor Francisco Brennand.
- . Meninos do Recife - desenhos do pintor Abelardo da Hora

- . Exposição de pintura de Iaponi Araújo
- . Miserere - promoção da DDC, durante a Semana Santa - a mostra reunia reproduções de quadros célebres, todos inspirados na Paixão de Cristo e tinha como roteiro legendas de Paul Claudel.
- . Mostra de Artistas Paraibanos
- . Exposição de Arte Popular, pela DDC, a cargo do pintor Newton Navarro.
- . Exposição de pintura de padre Eládio L'eraistre Monteiro
- . Exposição de pintura de Tarcísio Mota.
- . Salão de jovens pintores do Instituto de Educação, organizado pelo Diretório Estudantil "Celestino Pimentel".
- . Motivos do São João (arte popular).
- . Exposição Fotográfica de Praias da Cidadea
- . Desenhos e gravuras de Parcy Lau
- . Exposição de cerâmica a cargo da Prof. Lourdes Guilherme
- . Exposição de foto-jornalismo de Última Hora.
- . Exposição de trabalhos da Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão.
- . Exposição Fotográfica de Brasília.

MUSEU DE ARTE POPULAR CÂMARA CASCUDO

Ainda como parte do plano de democratização da cultura e valorização da nossa arte popular, a Prefeitura de Natal prestigiou o mais possível o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo.

Criado em abril de 1957 e inaugurado em 30 de maio do mesmo ano, primeira fase administrativa do Prefeito Djalma Maranhão.

Conforme relatório apresentado pela srta. Zila Mamede, então Diretora da DDC, datado de 15 de março de 1961, possuía o museu 32 (trinta e duas) peças incluindo 24 (vinte e quatro) do escultor popular Chico Santeiro.

Preocupando-se com a preservação de todas as manifestações de arte e sua divulgação, o Governo do Município através da DDC da sua Secretaria de Educação voltou a adquirir peças dos nossos artistas populares, contando atualmente com um acervo de mais de 600 (seiscentas) peças. Tem promovido exposições em praça pública e mantém na galeria de arte um acervo permanente de trabalhos de real valor.

Com a construção do prédio próprio e instalações adequadas para a montagem do museu, espera a DDC concluir o plano que lhe foi confiado dentro da campanha de valorização e divulgação da nossa cultura popular e entregando à visitação pública, a partir de dezembro próximo, o Museu de Arte Popular.

TEATRINHO DO POVO

O teatrinho do povo foi instalado pela atual administração municipal no bairro do Alecrim, um dos mais populosos da cidade, dentro do mesmo plano de valorização cultural e com a finalidade principal de levar ao povo a diversão pela arte.

Com lotação para 200 cadeiras, foi inaugurado em 26 de abril do corrente ano, com a peça de Antônio Calado - "Pedro Mico" - encenada por um grupo de universitários.

Desde então tem apresentado ao público espetáculos diversos, principalmente de peças de autores regionais, coro falado, conjuntos folclóricos, etc.

Em cinco meses de funcionamento já apresentou 21 (vinte e um) espetáculos, com boa assistência e melhor receptividade.

CENTRO GUANABARINO DE CULTURA

Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários

Praia do Flamengo, 132

Rio de Janeiro - Guanabara

Fundação

Fundado a 20 de Agosto de 1963, no Rio de Janeiro, Guanabara, pela Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários.

Motivos da criação

Tendo em vista que a cultura, e em especial a arte, é a legítima expressão de um povo; tendo em vista que a cultura eleva os povos as mais altas condições de civilidade; tendo em vista que a cultura é necessidade de afirmação e libertação da pessoa humana, dando-lhe condições de criar e descobrir, através de um contacto com as coisas que o cercam e a própria natureza; tendo em vista, portanto, que cultura não é acumulação de saber de forma enciclopédica, de erudição extensa e superficial, mas sim, que cultura se estende pela capacidade criadora do ser humano, e que ela se realiza nas diferentes fases e momentos da história; sentimos que hoje se faz urgente no Brasil dada a atual condição do povo brasileiro onde 60% são analfabetos, e por conseguinte, desvinculados totalmente dos meios artístico-culturais; onde 50% são jovens, e que apenas 10% podem desfrutar dessa juventude; onde milhares morrem de fome, de tuberculose, e vivem num degradante estado de incivilidade a necessidade de dar ao homem brasileiro, a sua grande maioria do povo, ao homem das fábricas e os homens do campos, ao homem dos edifícios e ao homem das favelas, elementos de reflexão e condições de afirmação e promoção de sua personalidade, fazendo com que ele deixe de ser simples instrumento que dele possam se utilizar para o lucro, para as pretensões individuais, tornando-se portanto, simples objeto e não sujeito daquilo que ele constrói dia a dia: a História e sua história.

Com esse pensamento, e emitindo esse conceito, decidiram os atuais dirigentes da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários criarem mais um instrumento de integração do estudante na comunidade brasileira, a fim de que possamos estimular a geração em crescimento de uma cultura popular brasileira; a fim de que esta cultura não se faça separada em casta privilegiada de estudantes e povo, e onde o marco dessa separação seja uma pretensa cultura teórica, acadêmica e enciclopédica.

Objetivos gerais

Tendo em vista a recente criação do CGC, não podemos ainda traçar um plano de ação concreto. Adiantamos, porém, que será enviado um relatório (digo questionário) a todas as organizações gremísticas dos Colégios da Guanabara, a fim de fazer um levantamento do que se tem feito no setor cultural e alfabetização até hoje. Posteriormente então, poder-se-á traçar uma diretoria. Adiantamos, ainda, que já está sendo montada pelo CGC uma peça que será levada dentre em breve, de autoria de estudantes secundaristas da Guanabara.

Organização Interna (Organograma)

COORDENAÇÃO GERAL

SECRETARIA GERAL

TESOURARIA GERAL

Órgãos subsidiários:

1. Discoteca	Diretor, Secretário, Tesoureiro
2. Campanha de Alfabetização	Coordenador, Secretário, Tesoureiro
3. Jornal	Diretor, Secretário, Tesoureiro
4. Publicações	Diretor, Secretário, Tesoureiro
5. Teatro	Diretor, Secretário, Tesoureiro
6. Música	Diretor, Secretário, Tesoureiro
7. Letras	Diretor, Secretário, Tesoureiro
8. Comissão de Orientação Estudantil	Coordenador e Secretário

Diretoria

Atualmente, só temos três quadros preenchidos definitivamente, que são:

Coordenador Geral	Roberto Bonfim de Andrade
Secretária Geral	Lígia Sigaud
Diretora da Discoteca	Elisa Robertina Blum

Critério para a arregimentação de pessoal

O critério para a arregimentação de pessoas é o de ser estudante secundarista. Esta arregimentação será feita por intermédio dos Grêmios escolares.

Alfabetização

A Campanha de Alfabetização, que se dedicará a alfabetização de adultos para efeitos de controle, obedecerá o sistema usado na descentralização da entidade, ou seja, funcionará por DRS (Diretorias Regionais), que por sua vez será dividida em núcleos. A Campanha obedecerá a Coordenação Estadual de todas as campanhas de alfabetização da Guanabara Estado do Rio de Janeiro, segundo decisão aprovada no I Encontro Interestudantil de Alfabetização e Cultura Popular promovido pelo Ministro da Educação e Cultura. O sistema de alfabetização a ser adotado pelo CGC será o mesmo que for aprovado pelo I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, a se realizar em Recife. Os alfabetizadores serão recrutados no seio da classe estudantil secundarista por intermédio dos grêmios de colégios.

Cultura no Setor Estudantil

No setor estudantil, o CGC atuará através de seu órgão subsidiário COES (Comissão de Orientação Estudantil), que se destina a criar, orientar e promover centros de cultura ou atividades artístico-culturais em núcleos estudantis. Além disso, o CGC terá suas atividades internas feitas exclusivamente por secundaristas que farão parte de seus quadros.

Além do grupo de teatro, letras, música, haverá a discoteca que além de promover audições musicais, promoverá, também, palestras, cursos, seminários sobre os mais diversos assuntos. A seção de Publicações se destina a promover os escritores e artistas secundaristas que, pouco ou quase nenhuma chance têm, publicando-lhes as obras.

Cultura no Setor Popular

No setor popular, a atuação do CGC se fará através da COPO (Comissão de Orientação Popular), que se destina a motivar (utilizando-se dos outros órgãos do CGC), criar, orientar (dando-lhes assistência técnica e financeira) e promover cultura nos núcleos populares.

Planejamento Futuro

Posteriormente, quando já houvermos iniciado um trabalho, enviaremos um planejamento global de nossas atividades tanto no setor interno, quanto no setor externo, ou seja, Grêmios escolares e núcleos populares bem como da Campanha de Alfabetização: pois acreditamos que só a "populariência" poderá delinear-nos um futuro.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963.

CENTRO POPULAR DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

I - O que é Cultura popular, hoje no Brasil

- . Como tem sido feita, que objetivos tem sua situação atual.
- . Perspectivas de ação da Cultura Popular a longo prazo e a curto prazo
- . Possibilidades atuais de ação da Cultura Popular.

Esquema do trabalho:

1. O Homem como criador da Cultura.
2. Condicionamento da cultura brasileira.
3. Perspectivas de ação da Cultura Popular.
 - A cultura popular
 - A ação a longo prazo / a curto prazo

1. O HOMEM COMO CRIADOR DA CULTURA

O Homem, estando no Mundo, estabelece relação com a Natureza, compreende-a, e desenvolve um trabalho de transformação desse mundo.

É aí, nesse sentido, que ele cria um outro mundo, o mundo da cultura, do qual, pela sua situação de criador, ele é sujeito. E é como sujeito que ele deve participar do mundo da cultura e da natureza. Reduzi-lo a simples objeto receptor de cultura é estabelecer uma relação de dominação, negando e sufocando toda a sua capacidade criadora. Vê-se, por aí, que o objeto criado só recebe conteúdo cultural quando, transmitido a outro Homem, estabelece uma relação de comunicação. Nestes termos, insistimos que é na situação de sujeito que o Homem deve participar do Mundo da cultura e da Natureza.

2.CONDICIONAMENTO DA CULTURA BRASILEIRA

Após essas considerações, e no sentido de determinar as perspectivas da ação da Cultura Popular, é necessária a reflexão sobre "cultura brasileira", dentro das primeiras afirmativas já feitas.

Desde a descoberta do Brasil, que começa a se estabelecer entre nós uma relação de dominação cultural. O homem nativo foi confundido com a própria paisagem geográfica e, como tal, foi também dominado. Estabelecendo-se uma relação de dominação, o dominador impôs uma cultura importada da metrópole, sufocando, desse modo, os valores culturais do homem nativo e abafando a sua capacidade criadora de uma cultura autêntica e livre.

Negando-lhe as suas expressões culturais, o descobridor reduziu o homem nativo a um objeto da cultura. E a "cultura brasileira" deixa de ser autêntica e livre à medida que se sucedem as imposições por parte de Portugal, França, Inglaterra, Estados Unidos. Pré-estabelecendo-as, assim, padrões e valores que não correspondiam e não correspondem, ainda hoje, aos que o povo brasileiro sente, vive, vê e quer, encontramos uma formação cultural destinada a aprisionar o Homem brasileiro numa sociedade estática e na mesma escala de valores impostos.

Para manter-se e a fim de preservar a estrutura de dominação a "cultura brasileira" se preocupa com a formação de quadros com a capacidade de perpetuá-la. Os meios de informação impõem, por meio de estudos de técnicas especiais, uma cultura alienante e falsa. A propaganda comercial cria hábitos e conceitos estranhos à mentalidade do nosso povo, submetendo-o a um processo a que foi reduzido a trabalhador urbano.

Funcionando nesses termos, a "cultura brasileira" abafou no Homem brasileiro a capacidade crítica de sua situação, do mundo. Descobre-se, então, a "cultura brasileira" como um aspecto de uma série de condicionamentos de toda a estrutura de dominação política e exploração econômica que envolve o povo brasileiro. Imposta pelos grupos privilegiados (econômica e politicamente), a "cultura brasileira" funciona como freio e fator de conformismo, visando à permanência do *status quo*.

Podemos exprimir os condicionamentos da "cultura brasileira" sob dois aspectos:

- 1.A "cultura brasileira" como privilégio de uma classe culturalmente dominante. Os meios formais de educação

estão voltados para a elite e seus interesses. O povo não tem acesso a tais meios.

Cabe aqui uma reflexão importante, que nos auxilie na ação da Cultura Popular. Não se coloca - em termos de luta - a exigência de que o Homem brasileiro tenha acesso aos atuais meios formais de educação uma vez que eles funcionariam dentro da mesma perspectiva de dominação e conformismo.

2. A "cultura brasileira" é uma cultura de reflexão, na medida em que ela caracteriza uma imposição por parte de grupos culturalmente dominantes. E o mais agravante é que esta cultura imposta é sempre uma cultura importada.

Cultura que é a aceitação passiva de conceitos impostos pelos mesmos grupos. Esta cultura não liberta o homem, antes constituindo uma forma de dominação.

Ela está impossibilitada de oferecer ao indivíduo uma consciência crítica do seu mundo, obrigando-o a aceitar simplesmente conceitos e idéias que visam impedir o surgimento desta consciência. Compreende-se, assim, o estado total de dependência de culturas estrangeiras e a dificuldade de se elaborar um caminho e uma solução culturalmente brasileiros.

3. CULTURA POPULAR

O movimento de cultura popular começa a surgir no Brasil como reivindicação, para se opor ao tipo de cultura que serve apenas à classe dominante. E, ao mesmo tempo, um movimento que elabore com o povo (e não para o povo) uma cultura autêntica e livre. O movimento de cultura popular apresenta-se como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional e, por esse motivo, uma luta constante de integração do Homem brasileiro no nosso processo histórico, em busca de libertação econômica, social, política e cultural do nosso povo. É, portanto, um movimento, ao mesmo tempo, de elaboração e libertação.

Cabem aqui duas reflexões importantes, a fim de se evitarem perspectivas falsas de ação da cultura popular:

1. A cultura brasileira deve integrar-se nas contribuições do campo cultural moderno. No entanto, essa integração deve ser feita dentro de uma realidade própria, de

acordo com as necessidades e possibilidades precisas e os valores específicos. Tendo-se em vista tais afirmações e a característica de libertação e elaboração da cultura popular, não é válida a confusão de cultura popular com folclore ou arcaísmos. Não se trata de desenterrar expressões tradicionais que caducam ou perpetuar meios pobres de comunicação. São formas estáticas e pobres (na sua maioria) que refletem uma compreensão mágica do mundo, uma vez que apresentam soluções mágicas para o problema do homem. Quase todas funcionam como fator de conformismo, transmitindo uma visão falsa do mundo. Uma ação da cultura popular cai numa linha falsa quando se preocupa com reviver estas expressões estáticas, uma vez que elas abafarão, mais ainda, a capacidade crítica do Homem. Ela perde sua característica de libertação, pois acentua ainda mais a relação de dominação do Homem. No entanto, observamos que aquelas formas a que se possa dar um conteúdo dinâmico, devem ser aproveitadas. Parece-nos que, ainda neste ponto, deve-se ressaltar que a ação da Cultura Popular não se pode confundir com o retrocesso cultural, principalmente no campo da arte. Abandonar expressões ultrapassadas não nos parece válido, pois, como já dissemos a cultura brasileira deve se integrar aos fatores que compõem o campo cultural moderno dentro, naturalmente, de uma realidade própria.

2. Nesta segunda reflexão, que se interliga mais ou menos com a precedente, queremos ressaltar que cultura popular não pode consistir em uma certa tendência que é de se elaborar intelectualmente o que o povo tem de querer, na sua luta pela libertação. Tal atitude tem característica de uma imposição paternalista, provavelmente sem resultados conseqüentes. Linha de doação ou imposição de uma conscientização, onde o povo não foi provocado para refazer e repensar a partir de seus próprios meios de comunicação parece-nos prematuro procurar definir cultura popular, uma vez que somente agora ela atinge uma dinâmica de elaboração. Por mais que evitássemos, estaríamos emitindo um conceito estático de algo em plena dinâmica. O que nos importa é ver o que hoje se entende por cultura popular. Entendê-la como este largo movimento de criação e explicação de uma cultura autêntica e livre, integrada num

processo de libertação do povo brasileiro. Movimento de libertação do nosso povo, em todos os aspectos de sua realidade.

3.1. A longo prazo

Vimos que a elaboração de uma cultura autêntica e livre exige que o Homem, como sujeito, participe da obra cultural. Este objetivo ficou claro no início do trabalho, e logo depois mostramos os condicionamentos da "cultura brasileira" que relegou o Homem a simples objeto.

Dentro desse objetivo, a perspectiva a longo prazo, de ação de Cultura Popular, sendo um movimento de libertação, se dirige em termos de tomada do poder. Tomada do poder, mas enquanto processo de libertação e instrumento de transformação capaz de criar condições para uma criação cultural autêntica e livre. A superação de condicionamentos sócio-econômicos é exigida para uma autêntica cultura popular. Mas, por outro lado, essa superação só pode ser feita em moldes humanos, se houver a participação do povo, exprimindo-se dentro dos quadros de sua cultura.

A transformação das estruturas não exige a espera da conscientização total, uma vez que esta conscientização total só é possível com a transformação. Por outro lado, a transformação prepara-se na conscientização e nas expressões culturais atuais.

Dialeticamente estão ligadas a duas reflexões: o papel da cultura popular como instrumento de transformação de estrutura, e a transformação da estrutura como instrumento que propicie condições à elaboração de uma cultura autêntica e livre.

3.2. A curto prazo

Dentro de uma perspectiva de ação a curto prazo da Cultura Popular, os instrumentos de que dispomos devem ser dirigidos numa linha de conscientização, politização e organização do povo.

Ao Homem comum falta uma compreensão crítica do mundo e de seus problemas. Quase sempre as soluções apresentadas possuem um conteúdo ingênuo, quando não mágico. Essa compreensão mágica do mundo deve ser transformada, numa perspectiva a curto prazo, em compreensão crítica e, conseqüentemente, em ação crítica sobre o mundo. Toda essa atitude deve ser entendida dinamicamente e, nesse sentido, aquelas expressões estáticas que correspondem a uma compreensão mágica dos programas (superstições, certa parte do folclore, macumba, etc.) devem ser combatidas, porém, dando-se ao homem uma compreensão crítica delas.

A consciência ingênua que o Homem tem do mundo se traduz em atitude passiva de aceitação da realidade, embora ele viva conflitos e contradições. A ação da Cultura Popular deve levantar e aguçar tais conflitos a fim de que ele assuma uma atitude crítica frente a essa condição.

Sentimos a necessidade de se estabelecer núcleos populares para discussão dos problemas que dizem respeito ao povo. Tais núcleos devem ser organizados, principalmente, em favelas e sindicatos. A proposta da criação desses núcleos de experiências vividas e da necessidade sentida depois de vários contatos em favelas de Belo Horizonte. Acrescenta-se que Belo Horizonte é uma das poucas cidades em que as favelas possuem uma organização própria - a União de Defesa Coletiva - que, reunidas, formam a Federação dos Trabalhadores Favelados.

Não é necessário indicar a importância de tal organização. Participamos de várias reuniões semanais das UDCs nas favelas. Em suas reuniões discutem uma série de problemas sem dar-lhes, entretanto, um conteúdo dinâmico e conclusões mais práticas. Sentimos a necessidade de imprimir uma dinâmica a esses debates, ampliando-os através de outros círculos, uma vez que é restrito o número de participantes. Pensamos já em iniciar esse trabalho elaborando um esquema prático de todos os assuntos propostos por eles, empregando depois técnicas de debates e meios áudios-visuais. Em tais círculos se discutiria, também (caso já discutimos, porém, sem uma organicidade), problemas atuais e surgidos naqueles momentos. Parece-nos muito mais produtivo tal tipo de trabalho, uma vez que a motivação e o despertar para a realidade são espontâneos.

Entretanto, é indispensável que os elementos responsáveis por esse tipo de ação tenham uma formação sobre as téc-

nicas modernas dos "debates não dirigidos" e outras que ainda não se verifica.

Os núcleos oferecem o resultado de promover uma organização madura (no sentido crítico) em grande número de elementos já despertados para uma conscientização. Nesta parte, aconselhamos a leitura do relatório anexo ao temário sobre o problema da invasão ocorrida em Belo Horizonte ou famílias desabrigadas.

Além disso, o fortalecimento da UDC seria bem maior. Através desses núcleos poderia ser desenvolvida uma série de ações da Cultura Popular, como, por exemplo, a discussão de uma peça teatral ou esquete apresentado (como já está sendo feito), a discussão de algum texto, notícia, etc.

E é através desses núcleos, num processo de discussão e tomada de atitudes que, fortalecendo a UDC, poderiam exigir a realização de uma série de reivindicações.

No trabalho em sindicatos, parece-nos que a elaboração de cursos rápidos sobre problemas atuais e também cursos específicos (sindicalismo, etc.) tem valor bem grande. Pensamos que esses cursos não devem ser definitivos no sentido de se elaborar um texto estático, mas esquematizados, permitindo debates amplos.

Iniciamos a pouco um curso sobre realidade brasileira e reformas de base, no sindicato dos trabalhadores em construção.

A experiência nos tem mostrado que os debates são produtivos e que o material áudio-visual empregado é importante.

Empregamos cartazes, desenhos no quadro negro e música do disco *O povo canta*. O curso visa levantar as contradições vividas por eles, principalmente sobre o aspecto de que eles constroem a cidade bonita e moram em favelas (a maioria dos trabalhadores em construção mora em favelas) voltamos a insistir na necessidade de formação técnica de pessoal de Cultura popular, principalmente na parte de debates, grupos, etc.

Quanto ao trabalho de diversos setores e seu planejamento dentro da perspectiva a curto prazo de ação da Cultura Popular, foram desenvolvidos nos diversos itens do temário para lá nos remetemos. Aconselhamos a leitura dos relatórios principalmente a que se refere ao recente caso da invasão de terrenos para constituição de vilas.

II - Cultura popular e Alfabetização: modos de atuação na zona urbana e suburbana.

Vera Lúcia Ferreira

1. PAPEL DA CULTURA POPULAR

A vida brasileira de nossa época, vivamente marcada por séculos de colonialismo alienante, ressentida hoje mais do que nunca a necessidade de que o homem brasileiro assuma cada vez mais a sua posição dentro da realidade histórica e cultural que chamamos - Brasil.

E quando dizemos o homem brasileiro por isto entendemos os 70 milhões de indivíduos que formam o povo brasileiro. Este é, pois, o papel da cultura popular: levar a estes homens a consciência de que são eles que devem guiar o seu país e não apenas a minoria burguesa que hoje conduz o país segundo seus interesses. E é de seu interesse manter todo o povo numa situação de ignorância, situação de cegueira, numa situação de inconsciência. Porque se os olhos destes Homens se abrirem eles verão o que os mantêm subjugados, quem os mantêm subjugados e porque estão subjugados. E estará aberto o caminho para a Revolução Brasileira.

2. PAPEL DA ALFABETIZAÇÃO DENTRO DA CULTURA POPULAR

O homem, na sua dura e longa luta pela dominação da natureza e pela construção de um mundo humano, estabelece usos e convenções que nos são transmitidos de geração em geração. Uma destas conquistas, que hoje é uma herança cultural da humanidade é a palavra escrita. Conquista do homem para uma comunicação eficaz de todos os homens. Conquista do homem para que os seus irmãos de todos os séculos possam se entender melhor. Como explicar, pois, que exista um interesse em manter no mundo áreas inteiras nas quais os indivíduos não possam participar do que é seu?

Só poderíamos afirmar que é um menosprezo, mais do que isso, é uma escravização do homem.

Mas isto no setor da Cultura, nós o sabemos, é apenas uma consequência de uma escravização maior, quando se nega a um povo a liberdade de viver dignamente:

- . Camponês escravizado pelo latifúndio;
- . Operários escravizados por um salário que é um roubo de suas energias e de seu trabalho;
- . Povo subdesenvolvido escravizado pelo capitalismo.

3. CULTURA POPULAR E ALFABETIZAÇÃO COMO MEIO DE LEVAR O INDIVÍDUO A PARTICIPAR DA VIDA BRASILEIRA

É nesta perspectiva que colocamos a Cultura Popular: é o meio com o qual contamos nós, sinais de contradição dentro de uma estrutura capitalista para libertarmos nosso povo do jugo a que está submetido. Achamos que não podemos continuar impedindo o acesso de todos os brasileiros á cultura, e é uma cultura que tem como característica importante o fato de ser uma cultura letrada.

Cultura popular e alfabetização andam juntas e estão para nós na base da mesma bandeira pela qual vivemos e lutamos: a Revolução Brasileira.

4. MODOS DE ATUAÇÃO

Nesta perspectiva nos situamos e para ele procuramos orientar todas as nossas atividades. Nossas experiências se restringem à zona urbana - suburbana. Como grupo de CPC temos já alguns relatos que talvez possam ajudar aos outros grupos, não como sucesso conseguidos, mas como tentativas, bem sucedidas ou não, mas que consideramos caminho percorrido.

1ª FASE: TENTATIVA DE PENETRAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM O MEIO OPERÁRIO E FAVELADO.

As favelas em Belo Horizonte são formadas por 70 mil famílias de operários e desempregados. No nível de desemprego que ainda não pode ser considerado alto, cresce a cada dia. Caracterizam-se por sua inconsciência diante de seus problemas tendo mentalidade de pequeno burguês. Neste meio o qual mostramos apenas o esboço procuramos penetrar aproveitando para isso uma organização peculiar que funciona em cada favela que é a união de defesa coletiva. Fundada inicialmente pelo Pe. Lage hoje funciona em quase todas as favelas como meio de congregar os operários em torno das reivindicações comuns principal-

mente a do direito de possuir um teto onde se abrigar o qual infelizmente não podemos chamar uma casa, porque não corresponderia à idéia que temos de casa. Tendo esta função de lutar pelos direitos mais fundamentais a todo indivíduo a UDC tem por isso mesmo uma função politizante.

Nosso trabalho se orientou, pois, no sentido de apoiar as UDCs atuando por meio delas em toda a comunidade. Isto se deu do seguinte modo:

1º CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

Teria os seguintes objetivos:

- . Alfabetização seguida de politização.
- . Adoção em maior escala de uma cartilha editada por nós.

Em primeiro lugar, salienta-se que foram feitos vários cursos preparatórios para os futuros alfabetizadores, mas embora a freqüência inicial desses cursos tenha sido boa, quando partimos para o trabalho efetivo sentimos uma enorme carência de material humano. Segundo uma posterior análise crítica isso se deveu a dois fatores: 1- falta de planejamento concreto - isso significa que não contamos com levantamento do meio social em que íamos trabalhar, qual seria o número de analfabetos e qual seria o método indicado - para eliminar totalmente esse analfabetismo. 2- a não profissionalização dos membros do CPC que trabalhariam segundo sua "boa vontade". Ora, pela experiência que temos podemos afirmar que é impossível conseguirmos continuidade no trabalho não tendo elementos profissionalizados, que não dêem ao trabalho de Cultura Popular apenas as suas horas vagas.

Por isso salientamos a importância de convênios com órgãos competentes, ou mesmo com o governo estadual, pois devemos aproveitar desta estrutura capitalista que vivemos os meios que mostrarem a sua contradição. Concluindo diremos que uma campanha de alfabetização de adultos deve contar com os seguintes fatores:

- Mobilização de pessoal e sua profissionalização;
- Planejamento concreto desde o levantamento do meio onde vai atuar até o levantamento de verbas e escolha de um método que nos possibilite a sua realização.

2° TEATRO E ESQUETE COMO POLITIZAÇÃO NAS FAVELAS.

Um trabalho que consideramos mais profícuo como politização é a realização nas vilas por ocasião de festas locais ou por solicitação da união de Defesa Coletiva de pequenas peças e esquetes que são vividas intensamente pela assistência e atuam assim como meio de conscientização dos mais eficazes. Assim, levamos na posse da diretoria de uma das vilas uma encenação curta de trechos de "Revolução na América do Sul". Sentimos com esta e outras apresentações que seria uma oportunidade a ser aproveitada para debates com o povo, mas não o fizemos por falta de técnica de discussão, isto é, um método.

Também em Assembléias que realizamos em uma das vilas é uma experiência que deve ser repetida. Levamos até eles, deputados e vereadores do povo, para que se iniciasse um debate fora da época das eleições, nos quais os representantes do povo na câmara soubesse quem está representando e iniciar com esse povo um diálogo construtivo e crítico.

Atuação junto aos sindicatos: atendendo às solicitações dos sindicatos dos marceneiros elaboramos cursos de politização que seriam seguidos por debates com os operários. Mas esses debates se ressentem da falta de métodos, de direção das discussões para que se tirasse deles um proveito maior.

CONCLUSÕES:

Essa primeira fase nos mostrou que corremos perigo de nos tornarmos impositores: nós, os privilegiados, estaríamos ensinando a incultos e analfabetos; ora isso não corresponde à nossa perspectiva inicial diante da qual os indivíduos devem ser levados a uma consciência crítica cada vez maior e nos parece uma limitação aos nossos padrões.

Uma outra conclusão é que os métodos de alfabetização por meio de cartilha obedece à mesma linha de imposição: o texto está pronto, a atitude que se espera do indivíduo é que ele receba esta (apreciação) alfabetização. É por isto uma atitude passiva que tem como premissa: nós somos os possuidores da verdade que assim é imposta a eles.

Diante destas conclusões sentimos vivamente a necessidade de um método que corresponda a essas sugestões de respeito

à capacidade de pensar do indivíduo, de apelo a esta capacidade no sentido de que ela pode se desenvolver e se tornar reflexiva e crítica.

PERSPECTIVA FUTURA

O método que nos parece indicado é o método de debate com o povo por meio dos círculos de cultura. Isso só poderá ser feito concretamente se estabelecermos convênios com órgãos que possam financiar essa experiência.

Todo trabalho de Cultura Popular se incluiria nos círculos de cultura porque não só a alfabetização é visada, mas antes de tudo a conscientização. Os círculos de cultura possibilitariam a encenação de peças não só para os seus membros, mas para toda a comunidade.

Não se faria a divisão tão marcada entre a alfabetização e cultura popular, pois a visão que colocamos inicialmente é da prioridade da conscientização, mas na qual alfabetização tem importante papel.

III - Meios e técnicas de comunicação

INTRODUÇÃO

Antes de levantarmos o problema de nossas experiências práticas no terreno de culturalização popular, seria interessante clarificar algumas posições normativas básicas:

1. O CPC é, sobretudo, cultura para a libertação. Assim, apresenta-se com uma mensagem, aliado à tese da impossibilidade de uma cultura autenticamente criadora nos quadros de uma dominação econômica e política. O CPC exige de seus membros e colaboradores um principal compromisso, e não o estético, um compromisso de modificação da estrutura vigente em nosso país.

2. O CPC movimenta-se numa faixa de trabalho até então privilégio dos setores intelectualmente coniventes com as idéias dominantes, que são sempre as idéias da classe dominante. Partindo de um ponto de vista oposto, necessariamente

terá que percorrer caminhos mais dificultosos do que os do comum da intelectualidade, que, vendendo sua habilidade técnica, colocam sob tutela suas idéias pessoais.

3. Outra diferença reside no fato de o CPC ser uma cultura dirigida para a grande massa, necessitando, nesse trabalho de extensão, um complexo aparelho de divulgação e comunicação. Assim, a conformação dessa aparelhagem redundará, logicamente, num decréscimo do valor estético das apresentações, sobretudo se levarmos em consideração que os atuais detentores da aparelhagem cultural não se interessam em ampliar suas ressonâncias junto ao grande público.

O CPC coloca, portanto, em primeiro plano, a comunicação e não a realização. Pois será realmente o esteticismo uma reivindicação do povo brasileiro, no momento atual? Interessaria ao povo uma cultura que, a par de uma libertação de falsos valores culturais, caísse num purismo esteticista? A ambas as perguntas daríamos resposta negativa.

4. Assim, o CPC como órgão cultural da revolução brasileira se coloca na vanguarda, mas não muito na frente, sem fazer abstração daquilo que é a própria realidade do Brasil: a miséria, o atraso, o analfabetismo, a doença etc. O CPC não luta por obras mais belas, luta por dias mais belos, em que o povo afinal possa vir a sentir essa beleza.

FESTIVAL DE MÚSICA POPULAR

Realizamos em dezembro/1962 uma 1ª Feira Popular de Cultura, contando com uma valiosa colaboração musical de elementos de Belo Horizonte.

A mais importante colaboração, sobretudo pelo seu sofrido sentido de reivindicação, foi a de Said Oliveira: um compositor favelado que se iniciou com um samba, "Barros, Suor e Lágrima", onde é apresentado o drama do despejo coletivo da favela em que mora. Composição essa que, inclusive, foi cantada pelos favelados durante as lutas coletivas para a preservação de seus barracos.

Um outro compositor/cantor foi Ponce de Leon que com "Violão Socialista" apresentava as reivindicações dos artistas vindos da pequena burguesia.

Durante toda a apresentação contamos com a colaboração de uma Escola de Samba, dando da tônica de nosso encon-

tro com o popular, dentro do espírito de uma cultura para a libertação, isto é, cultura primacialmente política e conscientizadora.

No aspecto financeiro e propagandístico conseguimos:

- a) o lançamento do CPC de Belo Horizonte;
- b) a adesão de muitos elementos novos;
- c) quase Cr\$ 100 mil (conseguidos com a venda de livros, discos, doces, etc.), base inicial de nosso patrimônio.

TEATRO

Nossas atividades teatrais podem ser assim esquematizadas:

1. Fase de levantamento do problema de um teatro brasileiro participante. Iniciamos uma campanha de esclarecimento e contatos com os meios teatrais de Belo Horizonte a respeito dos propósitos do moderno teatro brasileiro. Tivemos, e muitas, discussões e polêmicas com elementos possuidores de idéias as mais díspares: com o que fecundamos e fomos fecundados.

Foi a partir dessas discussões que abandonamos criticamente o caminho apresentado pela UNE - Volante e procuramos dar início à segunda fase.

2. Encenamos a peça de Guarnieri, "Eles não usam Black-tie". Levamos esta peça em três cidades do interior mineiro: fracassando em duas delas (Uberaba e Uberlândia), onde a população estudantil e suas famílias impediram o contato com as classes mais populares. Todavia, conseguimos levantar alguns problemas políticos relativos à necessidade de uma nova forma de arte brasileira. Em Viçosa, a terceira cidade, contamos com bom público camponês (a peça foi encenada ao ar livre, fora da cidade): mas a falta de preparo para o debate nos impediu que viéssemos a conhecer o pensamento deles com relação a nós.

Por cinco vezes encenamos "Black-tie" em Belo Horizonte, com pequeno público popular, a não ser entre os bancários que nos prestigiaram bastante. Consideramos essa apresentação como uma semente.

3. Devido às precaríssimas condições em que apresentamos "Black-tie", tivemos um refluxo por parte de uma boa metade dos participantes dessa encenação.

Valemo-nos, pois, da apresentação de esquetes informais. Pegamos um trecho de "Revolução na América do Sul", de Boal, e uma peça infantil, "Comino vence o Diabo".

Fizemos apresentações em duas favelas, um Sindicato (dos Marceneiros), e para a JOC. A recepção foi viva e tivemos, pela primeira vez, uma grande participação popular: ainda dessa vez esbanjada pelo nosso despreparo em discussões coletivas após o espetáculo.

De quase todas às vezes, no entanto, os temas dos esquetes foram lembrados pelos oradores que se seguiram, mostrando-nos que tinha havido um bom entendimento daquilo que pretendíamos.

4. Enquanto isso era escrita uma peça, "Emboscada", por um companheiro nosso, Said Oliveira, em que se trata de um problema regional bastante explorado pela nossa imprensa: os pistoleiros do Vale do Rio Doce.

Esperamos que essa venha a ser nossa quarta experiência nesse setor.

A partir da autocritica do esquema acima apresentado, podemos afirmar que é necessário aos grupos de Cultura Popular que agem através do teatro os seguintes requisitos:

a) Um mínimo de condições materiais necessárias à encenação eficiente do espetáculo. A fim de que essa atividade não venha a pecar pelo primarismo e displicência formal, ocasionando queda em sua ação agitativa e panfletária, é preciso que seja preenchido um mínimo de requisitos formais (cenários, iluminação, caracterização e figurinos etc.).

b) Um trabalho de recrutamento de elementos capacitados para as funções teatrais. Em nossa experiência notamos que os elementos "políticos" davam um rendimento inferior aos elementos "artistas", seja no cumprimento de horários e tarefas, sejam na utilização dos efeitos representacionais.

Poderíamos aqui dizer que a participação artística exige dos elementos que a praticam um carinho e um amor que visem compensar suas canseiras e agruras.

c) Profissionalização, se possível integral, do grupo. Deixando de lado teorias abstratas sobre o trabalho profissional e o trabalho diletante, nossa experiência informa que a longa duração da preparação não compensa a curta faixa de apresentação dos elementos amadores (inclusive, levando-se

em conta o abandono de uma grande parte dos integrantes do grupo). Enquanto a profissionalização não se faz possível, preconizamos a apresentação de esquetes informais que, desde que apresentados com carinho e consciência, podem servir de escola para o pessoal do grupo. E, posteriormente, pode-se chegar à formação de dois grupos dedicados a esse trabalho.

d) Necessidade de uma dramaturgia própria. Julgamos que o efeito político do espetáculo terá um maior rendimento desde que a apresentação se ligue (não mecanicamente, é claro) a acontecimentos identificáveis com o cotidiano dos espectadores, e isto devido ao fato de que uma peça distanciada no espaço e/ou tempo alcança um nível de abstração de reflexão cultural muita vez de difícil alcance para as crianças mais desfavorecidas. Isto não devido a uma atitude preconcebida, pois se atentarmos para a incidência do analfabetismo, de semi-analfabetismo, de falta de atividades culturais como leitura, cinema, discussão, participação política e profissionalismo, etc., veremos que é necessário uma como que ginástica cultural para por em funcionamento os elementos de abstração necessários ao pleno usufruir da participação artística.

e) Formação de um grupo ideológico capacitado para a discussão com os espectadores após o espetáculo. Como vimos no item anterior, nossas camadas populares não têm ainda o hábito de participação cultural nos acontecimentos. A fim de conscientizar o espectador dos valores apresentados, é necessária uma instigação ativa sobre o visto. Mas, é importante frisar, também os espectadores podem assim nos ensinar a dirigir nossos caminhos para que não idealizemos uma determinada realidade, pois no teatro participante a comunicação é essencial.

UMA EXPERIÊNCIA

Em princípios de agosto/1963, 93 famílias de Belo Horizonte invadiram terrenos de propriedade de um Deputado Federal - Antônio Luciano, PSD - dono de 19 áreas urbanas de grande extensão, e deram início a uma favela com o nome de Frei Josaphat.

Iniciou-se, então, um movimento inédito em Belo Horizonte: a invasão em grande escala de terras e a construção de barracos rudimentares no local. O CPC, desde as primeiras horas, participou ativamente dessa invasão.

Posteriormente, foram convocadas pelo proprietário tropas da PM e agentes do DOPS, que se colocaram em pontos estratégicos a fim de impedir o aumento dos invasores - que já atingiam 300 famílias e passaram a espancar estudantes e favelados, visando à intimidação.

O CPC descobriu nessa primeira experiência de massa, lutando concretamente ao lado do povo, que o desconhecimento de suas reações e da condição real de sua atitude para com o mundo prejudica qualquer movimento para desperta-lo do adormecimento em que se encontra.

À procura de uma forma de resolver os problemas concretos do local - habitação, água, instalações sanitárias, etc. - o CPC se propôs a descobrir com os favelados sua capacidade para resolvê-los, independentemente das entidades assistenciais.

Concluindo que só o agrupamento em torno de seus problemas vitais poderia preparar o campo para uma posterior politização, desenvolvendo ao mesmo tempo o espírito de iniciativa e o sentimento de solidariedade e união, o CPC sentiu a necessidade de motivá-los através de debates em torno do conteúdo de uma apresentação teatral, que abordaria vivências e fatos da própria invasão.

O problema que se enfrentará é o próprio debate, e em sua resolução devem ser empregadas técnicas de discussão em grupo até então desconhecidas pelos integrantes da equipe do CPC. A função principal dos debates é despertar os favelados para a resolução de seus problemas vitais, numa tentativa de trabalho em comum, e a criação de grupos de debates que funcionarão nas diversas regiões da favela.

Numa primeira reunião foi feito o levantamento dos problemas vitais existentes na favela e enumerou-se: fossas, água, material de construção e escolas. Tendo sempre em vista o desenvolvimento no favelado do espírito de comunidade e iniciativa, o CPC ofereceu o seguinte plano: a construção de fossas como ponto de partida para todo um trabalho de círculos de cultura, alfabetização e politização.

Para isso convocou-se uma assembléia-comício em que o funcionário do DNERu explicou aos moradores os problemas técnicos de construção, bem como o oferecimento pelo DNERu de materiais e técnicos necessários. Os favelados que estão desempregados e também algumas mulheres se propuseram a fazer este trabalho de construção para a comunidade.

Tivemos, portanto, uma experiência positiva de diálogo nessa favela, e considerando-se que ainda existem outros problemas urgentes, vão se realizarem todos os sábados esses encontros. Esperamos iniciar, dentro em breve, uma experiência já feita com bons resultados em outras favelas: círculos para a discussão de problemas sanitários.

A equipe de saúde do CPC considera os diversos problemas sanitários (fome, doença, morte, etc.) dentro da visão global de toda a estrutura que envolve a classe operária. O plano de trabalho consta de:

1. Noção de cultura - o homem como agente transformador da realidade.

2. Série de debates motivados por fotografias. Em nossas experiências notamos que essas fotografias despertam no grupo umas séries de assuntos, chegando-se a conclusões espontâneas, dentro de uma técnica de discussão não dirigida. Nesta fase, as discussões, embora com motivações de saúde, são as mais livres possíveis e têm como finalidade principal a conscientização em torno do assunto. Os debates são coordenados habilmente, de modo a não impor soluções, mas fazer - sempre lançando de novo ao grupo o problema levantado - com que os participantes elaborem eles mesmos as soluções.

3. Depois que o grupo atingir nível razoável de politização, passa-se à seleção dos problemas de saúde que serão desenvolvidos, e à discussão do tema selecionado. É usada a técnica de discussão dirigida, onde o papel do coordenador do CPC será: disciplina, direção, informação e síntese. A motivação passa, então, de uma situação exposta em fotografia ao relato de experiências de vida que são jogadas ao grupo.

CONCLUSÕES

Como se depreende do tipo de experiências que apresentamos (ver também as experiências em alfabetização e politização sindical) temos como norma o afastamento paulatino do CPC da órbita estudantil, o que não é fácil - mas merece ser tentado, uma vez que situando-se o CPC dentro da classe estudantil estamos limitando suas ressonâncias sociais. Para tanto temos, também, procurado fazer modificações na composição social de nossa Diretoria e Conselho.

Outra conclusão importante é a necessidade de conseguirmos uma base financeira sólida para o trabalho de extensão de nossas atividades (nosso atual patrimônio se limita às contribuições dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades, de uma taxa cobrada das carteiras de cinema do DCE, do espetáculo teatral e da venda de livros e discos do CPC-UNE). Neste sentido, temos entrado e ligação com os Governos estadual e municipal, ultimando-se o reconhecimento do CPC como órgão de utilidade pública - para efeito de recebimento de verbas.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 1963.

CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

1. Centro Popular de Cultura, da UBES.
2. Estado da Guanabara, praia do Flamengo, 182 (UBES)
3. Movimento de âmbito nacional, atingindo a classe estudantil de grau médio.
4. Agosto-Setembro de 1963.
5. A necessidade de se criar um organismo que satisfizesse, na medida do possível, as exigências de uma militância totalmente voltada à Realidade Brasileira, deu origem à criação do CPC da UBES. Os planejamentos muitas vezes feitos apenas no plano teórico encontram sua prática através do CPC, meio com o qual a UBES procura cumprir a sua missão dentro da História. O CPC é a expressão de trabalho revolucionário da entidade. Através dele a UBES atingirá seus objetivos mais práticos numa visão atuante das soluções para os problemas de fazer brotar a CULTURA POPULAR e as manifestações de PENSAMENTO DO POVO.

Assim é que no contexto social de nossos dias, o CPC é hegemonia de Revolução porque parte do povo para o próprio povo. Queremos crer que é hegemonia de Revolução se faz FAZENDO REVOLUÇÃO. Queremos crer que o CPC é órgão revolucionário por excelência e só tem sentido se funciona como militância constante. O CPC e, sobretudo, um elo de ligação entre a cultura e o povo. Ao mesmo tempo canta e transmite a Cultura Popular.

6. Objetivos

6.1. Caravana de Inauguração

20 de outubro a 28 de novembro - apresentação de Teatro Volante aos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. O Norte e Nordeste para o princípio de 1964.

- 6.2. Encontro de Alfabetização e Cultura Popular
Março de 1964 - Âmbito Nacional
- 6.3. Exposições de Cultura Popular
- 6.4. Publicações
- 6.5. "Caderno de Cultura Popular".
- 6.6. Frente Nacional De Alfabetização
- 6.7. Estatutos anexos
- 6.8. Organograma anexo
- 6.9. Anexo

Recursos Humanos Materiais e Financeiros

1. O número de atuantes ainda à casa dos 11 (onze) elementos com funções várias não estando, por ora, estruturalmente distribuídos. Isto porque o CPC UBES achase em fase de formação.
2. Abertura de inscrições em Plano Nacional.
 - a) Através das apresentações do grupo teatral que arregimentará elementos para a CPC VOLANTE.
 - b) Através dos Grêmios que atuam sob indireta interferência da UBES.
 - c) Através de intensa rede de propaganda
3. Sim. Há uma grande preocupação com a formação de quadros. CPC é órgão de trabalho e trabalho e trabalho consciente. Os diversos quadros formados deverão possuir características nitidamente objetivas e atuantes.
4. Por ora apenas por estudantes de grau médio.
5. Não.
6. O CPC da UBES reconhece que o voluntariado é a forma, no momento, mais conveniente. O Teatro é feito por elementos que trabalham SEM REMUNERAÇÃO FINANCEIRA.
7. O trabalho profissional atuaria melhor devido ao fator dever, mas o voluntariado ainda é a forma melhor de atuação.

8. Sim. Dispõe de sede própria, funcionando no próprio edifício da UBES. Está sendo mantido através do esforço e da dinâmica dos atuais dirigentes da atual Diretoria da UBES. E mantido, por ora, pela própria tesouraria da UBES, uma vez que não pode ainda se manter financeiramente.
9. Teatro, vestuário, palco cedido pelo CPC/UNE para os ensaios, material de propaganda e maquiagem obtidas pela tesouraria da UBES. Os demais setores ainda não foram mantidos.
10. Por enquanto não recebemos auxílio financeiro a não ser da própria UBES. Foram pedidas verbas e elaborou-se um plano de cobertura financeira para as atuações (ANEXO).
11. Sim. Com o CPC da UNE
12. Da Tesouraria da UBES
13. -
14. Relatório

Atividades em Desenvolvimento

1. a) Setor estudantil grau médio. Pretende-se ampliar para setor camponês.
b) Razões: Primeiro porque a própria estrutura da sociedade á qual está ligada a CPC e estudante pede por isso. Segundo porque o CPC é meio de politização da grande massa estudantil alienados. Ao ampliar para o setor camponês queremos crer estarmos atingindo uma classe em revolução. O camponês é hoje a grande massa que se acha marchando dentro do fenômeno revolucionário brasileiro e suas manifestações são as de uma classe que, aos poucos, vai tomando consciência do seu papel no fenômeno da Pré-Revolução Brasileira.
2. Atualmente o CPC da UBES está voltado para o setor artístico, em particular para o teatro volante.
3. O PLANO DE ALFABETIZAÇÃO ACHA-SE EM ESTUDO E ELABORAÇÃO.

4. Sim.
- a) Fomentar a cultura com necessidade e direito universal ao qual todos os homens têm acesso. Trazer à tona todas as manifestações de cultura popular. Através de festivais, exposições de arte popular, etc.
 - b) Elementos já radicados na UBES, uma sala com o material necessário, recursos da UBES e promessas de verbas.
 - c) Teatro - Imprensa - Caderno Cultura Popular. O Teatro ensaia uma peça, a ser montada durante a Caravana de Inauguração, intitulada "Terra Seca".
5. Não. Isto é, durante a realização do III Festival de Cultura Popular da Guanabara (UNE), o CPC da UBES deu efetiva colaboração mantendo exposições, cartazes, etc.
6. Sim. Elaboraram-se planos de propaganda.
- a) Cartazes - Rádio - TV - Jornais
 - b) UBES
 - c) amadores e profissionais
 - d) -
 - e) ao setor estudantil e ao povo em geral.

Planejamento para Ação Futura

1. ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR
A realizar-se em março de 1963, em local a ser marcado.
2. a) A necessidade de um estudo metódico e consciente de Cultura Popular, ampliação das resoluções do Encontro de Recife.
b) A necessidade de uma linha nacional de alfabetização.
c) Planejamento para o ano de 1964.
3. Nenhum, por ora, a não ser do ponto de vista humano e talvez material. Financeiramente teremos de ser bastante auxiliados

4. Para o Encontro de Março necessitamos:

- a) Uma verba de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).
- b) Hospedagem e passagem para os representantes dos CPCs estaduais.
- c) Intensa propaganda de camponês para o Encontro.

Relatório e Plano de Ação para a formação do CPC da UBES

- 1. Situação nacional e necessidade premente do CPC UBES
- 2. Elaboração do Plano Geral
- 3. Plano de Emergência
- 4. Relatório das necessidades materiais para o funcionamento do CPC UBES
- 5. ESTATUTO DE CPC UBES

1. NECESSIDADE PREMENTE DO CPC UBES E A REALIDADE BRASILEIRA

A realidade brasileira, cada dia mais angustiante, se nos apresenta de forma bastante heterogênea, onde a disparidade e a injustiça social caminham a passos largos, numa metamorfose nem sempre condizente com a realidade do momento, fenômeno, aliás, comum a qualquer período pré Revolucionário. Debates intermináveis e plataformas inúmeras tornaram-se motivo de todas as tribunas do país. Debates nem sempre transpostos para os objetivos, plataformas nem sempre possíveis de práticas, quase sempre passíveis de paliativismo comum à chamada burguesia progressista. Os problemas se nos apresenta numa inenarrável ladainha de considerações demasiadamente alongadas e nem sempre praticáveis. Os problemas nacionais atingem cifras espantosas e as estatísticas, uma vez constatadas, chegam a espantar. Resolve-los de uma só vez é utopia. No entanto, há problemas que, por possuírem o caráter sociológico da origem, merecem a nossa atenção e urge ser solucionados o mais rápido possível. São problemas que se coloca em termos de resoluções radicais, que já de há muito deviam estar solucionados e para os quais qualquer solução impraticável e por demais idealísticas é, de início, recusada. Queremos crer estarmos vivendo uma autêntica fase pré-revolucionária e sabemos que hegemonia de Revolução se faz

fazendo revolução. O fenômeno anti-social alastrado por todo o país tem suas raízes mais profundas dentro de um contexto histórico-sócio-econômico, onde a explicação teve início com a então decantada "obra de Colonização" cujas conseqüências desastrosas são sentidas até nossos dias.

É dentro desta realidade que situamos o papel desempenhado pelos diversos CPCs já existentes, de nível universitário.

No setor de estudantes de grau médio queremos entender que a criação de um CPC da UBES é algo urgente e mais do que necessário. Diante da realidade brasileira, a UBES não mais resume seu campo de ação a um setor econômico e socialmente privilegiado, ou seja, os estudantes. Tal seria ridículo o fruto do academicismo formalista, oriundo de um conceito falso. Na idade média é para nós transportado pela civilização portuguesa que vinha de um aprimoramento barroco onde a Cultura era propriedade de mosteiros e Academias Reais. Infelizmente, tal modalidade, seguindo uma evolução, proporcionada às Elites, ainda hoje é uma glória em diversas partes do país, onde o estudante vive completamente fora da realidade nacional o pachorrentamento descompromissado com fenômeno popular, constituindo-se, por isto, um grave passo na contra revolução brasileira. A gestão 62-63 apresentou ao Ministério da Educação e Cultura uma plataforma de contribuição á Alfabetização. Ao selarmos a tese-relatório (1) ficamos cientes de que o processo revolucionário cada dia tomava mais corpo na mente dos dirigentes da entidade superior de representação e na coordenação dos estudantes do grau médio do Brasil, ou seja, UBES. Continuando na marcha para a nossa valiosa contribuição á causa do povo, uma vez que é valiosa qualquer colaboração efetiva, a criação de um CPC de UBES, visando à concretização urgente e objetiva de uma plataforma de ação previamente elaborada, viria ligar, definitivamente, a Entidade à sua missão de transformar o Brasil numa só Pátria onde a justiça não fosse uma balela, mas um fato. A situação social do Brasil dá-nos, e nos parece acertada, a visão de um povo em marcha para a Liberdade. Ora, sabemos e temos plena consciência da quase total alienação por parte de grande maioria dos estudantes brasileiro à realidade de nossos dias. No setor secundarista esta alienação é notória: os Colégios fechados ao povo, o ensino tornado rendoso comércio e estudo definido como privilégio, as escolas do governo nem sempre cumprindo sua real finalidade, etc. Por outro lado, um povo espoliado, sofrendo os horrores da fome, da peste, da

injustificável falta de recursos mínimos exigido pelo homem. O CPC da UBES seria, antes de tudo, este grande elo de ligação entre o povo e os estudantes, formando uma aliança triplíce: povo-cultura-estudante. À medida que levasse a cultura ao povo traria o povo ao estudante. Aqui queremos expandir a palavra povo em toda a sua dura chocante realidade; fome, miséria, peste, espoliação, etc. O CPC UBES não foge à sua origem, será sempre uma realização concreta para o povo, quer através de seus meios de divulgação, teatro, cinema, poesias, músicas, etc., quer através de suas campanhas de alfabetização ou semelhantes. Este, não outro, queremos crer é o modo autêntico pelo qual a UBES cumprirá, em dados concretos, a sua missão dentro do contexto revolucionário brasileiro.

Desde já colocamo-nos diante desta necessidade premente e este o motivo principal da apresentação do presente Relatório.

2. ELABORAÇÃO DE UM PLANO GERAL

Toda e qualquer concepção do mundo implica uma ação. A nossa, por ser revolucionária, implica, racional e textualmente, uma ação revolucionária. Não se age sem que se tenha antes elaborado o modo de se desenvolver esta ou aquela ação. Assim como não basta colaborar, também agir sem planificação é infrutífero. Plano e Ação se completam. Apresentaremos, primeiro, uma planificação GERAL e embora saibamos que é impossível de ser concretizada.

Para se fundar um CPC necessita-se, antes de tudo, de espírito de luta que motiva esta entidade de caráter estritamente revolucionário. Arriscadamente chamaríamos de mística revolucionária esta necessidade que cada ubesiano vê pulsar dentro de si quando se depara com a realidade nacional. Portanto, sendo o CPC um órgão a serviço da Revolução, e sendo a UBES um meio idêntico, o espírito necessário para esta formação já existe. Passa-se, portanto, aos meios de, elaborando uma plataforma de ação, atingir a UBES as suas reais finalidades no Brasil do hoje.

Além de urgente necessidade de salas, papéis, máquinas, enfim, de material para que se possa concretizar a ação o CPC visa uma obra de valorização do povo, por isso, tal ação estará sempre voltada ao povo, a ele dirigida e por ele fomentada. A criação de elementos, ou quadros, que formam qualquer CPC bases, se fará na medida do possível.

3. PLANIFICAÇÃO GERAL DO CPC DA UBES

a) uma sala - uma sala localizada, de preferência, na própria sede da UBES. Praia do Flamengo, 132 - Guanabara. Esta sala se destina às reuniões das várias comissões e dos vários quadros que compõem o CPC. Sala o mais completa possível, com uma máquina de escrever, um armário para guardar materiais, cadeira, duas mesas, cinzeiros, etc., sendo dispensável um telefone.

b) Composição geral do CPC da UBES:

1. Direção: um coordenador geral do movimento, em contato direto e constante com a Diretoria da UBES.

2. Dep. Secretaria: um Secretário encarregado da correspondência do CPC, dos ofícios, das respostas às cartas recebidas, exercendo cargo semelhante às Secretarias das diversas entidades no gênero.

3. Dep. Artístico: com Coordenador ou Diretor Artístico para dirigir os quadros de atuação do CPC. Este departamento é subdividido em:

a) Teatro - com número limitado de atuantes, com um diretor e encarregado das peças, montagens, esquetes, etc.

b) Cinema - um elemento encarregado da escolha de filmes, local, hora, aluguel dos mesmos, etc.

c) Poesias - um elemento encarregado de promover os recitais de poesia revolucionária.

d) Música - um elemento encarregado do setor musical.

4. Dep. Alfabetização - um coordenador ou diretor.

O Dep. Alfabetização se comporia quase que à parte devido à sua importância capital. Este departamento estaria encarregado de elaborar um plano de ação alfabetizante, de traçar as diretrizes em plano nacional, documentar e historiar o andamento dos trabalhos. Elaboração de uma cartilha.

5. Dep. Propaganda: um Diretor ou Coordenador. Este Departamento estaria diretamente ligado a todos os setores do CPC e se encarregaria da propaganda e cobertura de toda e qualquer ação do movimento, quer através de jornais, rádios, revistas, televisões, cartazes etc.

6. Departamento de Imprensa e Divulgação de Cultura Popular: um Diretor ou um Coordenador. A este Departamento competiria à arregimentação das várias manifestações da cultura popular, a fim de torná-las públicas através de edições de livros, manifestos, cadernos, etc. a este departamento compete à criação e manutenção de um jornal que, para facilidade de todo o trabalho, seria como JORNAL da UBES constituindo-se num CADERNO DE CULTURA POPULAR.
7. Compostas as bases do CPC partiremos para a concretização dos mesmos.
8. CPC em ação

Por ser a UBES uma entidade de caráter nacional, o CPC também o será. Uma vez tornado realidade dentro da Entidade, partirá, imediatamente, para a fundação dos CPCs estaduais diretamente ligados e subordinados à COORDENAÇÃO NACIONAL.

A - Plano Geral de Ação

Teatro - uma peça por trimestre (no mínimo) com visitas às capitais do país e ao interior dos estados mais afetados pelos dramas.

Visitas imediatas ao nordeste, centro e sul do país.

O Teatro será motivo de lançamento de novos CPC espalhados pelos Estados da Federação.

B - Plano de Emergência

1. De princípio, o CPC necessita de uma sala que possua as mínimas condições de trabalho.
 - Uma máquina de escrever.
 - Duas caixas de papel estêncil para mimeógrafo.
 - Um milheiro de papel rascunho.
 - Um milheiro de papel em branco, tipo ofício.
 - Dois carimbos, onde se lerá, respectivamente:

CPC UBES COORDENAÇÃO NACIONAL

CPC UBES DEPARTAMENTO ARTÍSTICO

2. Também de princípio, deverá ter, pelo menos, os seguintes quadros:

- Teatro
- Imprensa
- Propaganda

Estes três quadros deverão iniciar suas funções o mais breve possível.

3. Portanto, como material humano, para iniciar os trabalhos, precisamos de:

- Teatro - 11 elementos
- Imprensa - 3 elementos
- Propaganda - 4 elementos

4. Nota-se que já contamos com uma peça, com nove personagens, de autoria deste amigo que escreve, intitulada TERRA SECA, cuja ação se passa no sertão de Pernambuco e visa à espoliação do camponês daquela região. Esta peça está na dependência da aprovação da Diretoria da UBES.

5. Como plano de ação de emergência, achamos interessante citar:

a) Apresentações teatrais da caravana acima discriminada, ou seja, composta pelo teatro, pela imprensa e pela propaganda, no Estado da Guanabara, Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Uma vez feito este roteiro, que seria a abertura oficial do CPC UBES, estudar-se-á a possibilidade da visita urgente ao nordeste do país, ou seja, Alagoas (Maceió), Pernambuco (Recife), Rio Grande do Norte (Natal), Ceará (Fortaleza).

Por ora, queremos crer que o CPC UBES deveria visitar apenas as capitais do sul porque possuem melhor acesso e maior campo de fundação de CPC estaduais.

Estatutos do CPC da UBES

Art. I - A União Brasileira dos Estudantes de Grau Médio (UBES), usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, entidade de máter de coordenação e representação dos

estudantes secundários do Brasil, com sede no Estado da Guanabara, Brasil, reconhecida como órgão de utilidade pública, torna oficial e válido o CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES.

Art. II - O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES tem sede na entidade acima referida, ou seja, Praia do Flamengo, 132 - Guanabara,

Art. III - Todo poder regular por este estatuto emana das necessidades do povo brasileiro e em seu nome será exercido.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Do Centro Popular de Cultura da UBES

Art. IV - A Capital Federal é a sede do CPC UBES.

Art. V - Compete ao Centro Popular de Cultura da UBES:

1. Manter a unidade entre os estudantes e o povo, fomentando e fortalecendo a Aliança Operária Estudantil Camponesa.
2. Defender os interesses populares através de seus quadros competentes.
3. Lutar pela emancipação cultural do povo brasileiro, e defender a Escola Pública.
4. Cooperar com os CPC universitários já existentes no país e com todas as organizações reconhecidamente populares ou estudantes que visem à cultura popular.
5. Transportar a Bandeira do Povo, fomentando a necessidade de uma autêntica cultura popular.
6. Transmitir, captar e ser veículo dos anseios populares através de seus diversos quadros.
7. Apresentar-se publicamente não fazendo distinção do local, seja em teatros fechados, dotados de palco, seja em teatros de arena, seja em cima de caminhões, nas ruas ou praças públicas, seja através do rádio, televisão, cinemas, etc.

Art.VI - Terá direito ao ingresso no CPC, como membro colaborador, todo estudante secundário filiado à UBES.

CAPÍTULO SEGUNDO

Dos Membros

Art.VII - São membros atuantes do CPC UBES os estudantes nomeados pela Diretoria da UBES ou requisitados pelos diversos departamentos do CPC da UBES.

Art.VIII- Os CPC estaduais fundados pelas entidades estudantis filiadas à UBES constituem-se em membros efetivos com estatuto e método de trabalho à parte, de acordo com a realidade estadual, estando, todavia sujeitos à planificação Nacional do CPC UBES.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos Poderes

Art.IX - São Poderes do CPC:

1. Coordenação Nacional
2. Setores
3. Departamentos

Art.X - O CPC responderá, oficialmente, pelo movimento de cultura popular no âmbito nacional de grau médio.

CAPÍTULO QUARTO

Das atribuições

Art.XI - À Coordenação compete:

- a) Responder pelo Movimento perante a Diretoria da UBES.
- b) Coordenar, em plano nacional, a ação dos diversos departamentos.
- c) Constituir ou destituir cargos.

d) Elaborar, junto com os departamentos, em reunião geral, os planos de ação.

e) Os planos de ação estão sujeitos a debates e aprovação da Diretoria da UBES.

Art.XII - Aos Departamentos compete:

a) Cumprir e fazer as tarefas traçadas.

b) Apresentar relatórios quinzenais à Coordenação Geral.

c) Mediante aprovação da Coordenação Geral, nomear ou requisitar membros colaboradores.

d) Participar de toda manifestação do CPC.

CAPÍTULO QUINTO

Da Coordenação Nacional

Art.XIII- A Coordenação é exercida, auxiliada pelos Departamentos, pelos seguintes cargos:

a) Coordenação Nacional

b) Vice-Coordenação Nacional

c) Secretário Geral

d) Tesoureiro Geral

Art.XIV - Ao Coordenador Nacional compete:

a) Representar o CPC perante a Diretoria da UBES, assistir da Entidade Mãe e manter contato direto com a mesma.

b) Responder pelo CPC em juízo ou fora dele.

c) Presidir as reuniões com os setores e as reuniões da Coordenação Geral.

d) Convocar as referidas reuniões.

e) Apresentar relatório à Diretoria da UBES.

f) Responder pelos destinos do CPC.

g) Designar ou destituir cargos.

h) Dar cumprimento às finalidades do CPC.

- i) Manifestar-se em nome do CPC UBES em todos os Estados da Federação.
- j) Receber verbas que se destinam ao uso do CPC.
- k) Assinar cartas, documentos, ofícios ou qualquer correspondência do CPC.

Art.XV - Ao Vice compete substituir o Coordenador Nacional com todas as atribuições.

Art. XVI - Ao Secretário Geral compete:

- a) Organizar e dirigir a Secretaria do CPC UBES.
- b) Substituir com as mesmas atribuições do Coordenador Geral o mesmo, em caso de ausência ou doença.
- c) Expedir recomendações, informes e sugestões aos membros do CPC UBES
- d) Assinar, com o Coordenador Geral, todo e qualquer ofício, carta, documento, credenciais etc.
- e) Superintender os trabalhos das Secretarias Auxiliares.

Art.XVII- Ao Tesoureiro Geral compete:

- a) Ter sob sua guarda os recursos monetários, as verbas destinadas ao CPC UBES, todos os bens e valores do Movimento.
- b) Receber, em nome do Movimento, quando para isso autorizado pelo Coordenador Geral, as verbas destinadas ao CPC UBES.
- c) Conservar em depósito em estabelecimento bancário, as verbas destinadas ao CPC UBES.
- d) Conceder, mediante aprovações da coordenação Geral, verbas aos diversos departamentos, exigindo comprovante de gastos.
- e) Relatar à direção geral toda entrada e saída de verbas.
- f) Em reunião com a Diretoria da UBES publicar os balancetes realizados.

Art.XVIII - Fora desses não existem outros cargos para a Coordenação Geral do CPC da UBES.

CAPÍTULO SEXTO

Dos Departamentos

Art. XIX - O CPC UBES possui os seguintes setores:

- a) Artístico
- b) Frente Nacional de Alfabetização
- c) Propaganda
- d) Imprensa e Divulgações
- e) Setor Camponês

Art. XX - O Setor Artístico é composto de:

- a) Departamento Teatral
- b) Cinema
- c) Poesia
- d) Música

Art. XXI - O Setor Artístico possui um chefe ou diretor, que manterá ligação com a Coordenação Geral do Movimento.

- a) Ao Departamento Teatral compete encenar as peças aprovadas pela Coordenação Geral.
 - Ensaiar com afinco e prontidão.
 - Percorrer o CPC em todas as suas apresentações
 - Manter contato com demais teatros populares
- b) Ao Grupo de Cinema compete escolher filmes de caráter politizante, marcar local de hora para essas filmagens, alugar os referidos filmes.
- c) Ao Departamento de Poesia compete promover recitais de poesia revolucionária.
- d) Ao Departamento de Música compete confeccionar discos e fomentar a música popular brasileira ou de caráter politizante.

Art. XXII - A Frente Nacional de Alfabetização possui um chefe ou diretor, que manterá relações diretas com a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) fomentar a alfabetização no país através de todos os meios de propaganda.

- b) Elaborar uma cartilha padrão.
- c) Planejar e estruturar campanhas de alfabetização em caráter nacional.

Art. XXIII - O Setor de Propaganda possui um chefe ou um diretor que manterá ligações diretas com a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) Propagar o nome do CPC UBES em plano Nacional
- b) Cobrir toda e qualquer ação do CPC UBES
- c) Criar meios de propaganda ou usar os já existentes
- d) Anteceder em propagar as apresentações do CPC UBES

Art. XXIV- O Setor de Imprensa e Divulgação terá um chefe ou diretor que responderá perante a Coordenação Geral.

Compete a este Setor:

- a) Publicar livros de cultura popular
- b) Manter um jornal "Caderno de Cultura Popular" que sairá com o jornal da UBES.
- c) Manter correspondência com jornal reconhecidamente colaborador do povo brasileiro

Art. XXV - O Setor Camponês, etc.

CAPÍTULO SÉTIMO

Das Disposições Gerais

Art. XXVI- O patrimônio do CPC UBES será formado:

- a) pelos bens imóveis que venha possuir
- b) pelas subvenções e legados recebidos
- c) pelos juros e rendimentos de seu patrimônio

Art. XXVII - O CPC UBES fundará CPCs estaduais, não se responsabilizando, sob pretexto algum, pelas obrigações contraídas por estes CPCs estaduais, sem autorização expressa.

Art. XXVIII- Os CPCs estaduais possuirão regime próprio, devendo entretanto obedecer ao Plano Nacional traçado pelo CPC UBES.

Art.XXIX- O CPC UBES não reconhecerá como oficial todo e qualquer CPC estadual que não seja por ele fundado e a ele filiado. Não manterá, todavia, sob hipótese alguma, o regime de secretarismo ou divisionismo.

Art.XXX - As apresentações interestaduais do CPC UBES correm por conta da UBES, ou das entidades a ambos filiados.

Art.XXXI- Só poderão fazer parte do CPC estudantes secundários. Em casos esporádicos, mediante aprovação da Coordenação Geral, é permitida a participação de não estudantes como colaboradores necessários. Cite-se, por exemplo, casos em que, numa peça teatral, haja necessidade de um personagem idoso.

CAPÍTULO OITAVO

Das Disposições Transitórias

Art.XXXII - A sede do CPC UBES é o Estado da Guanabara até que a UBES, através de seu Congresso Nacional, julgue conveniente a sua mudança para Brasília.

Parágrafo Único - Até então, revogam-se as disposições em contrário.

GUANABARA, 31 de Agosto de 1962.

Eu, José Madureira Vasconcellos, usando das atribuições a mim conferidas pelo Senhor Presidente em exercício, cola Roberto Martins, dou por findo este trabalho, o qual afirmo e dou fé.

JOSÉ MADUREIRA VASCONCELLOS

Diretoria e Setores do Centro Popular de Cultura da UBES

Coordenador Nacional José Madureira Vasconcellos
(Minas Gerais)

Secretaria Geral Devanniltom V. Portella
(Alagoas)

Tesouraria Geral Hélio Jovino dos Anjos

SETORES

Setor Artístico Marco Aurélio Borba
(Paraná)

Setor Imprensa José Salosido Oliveira
(Amazonas)
Silas José da Silva
Espírito Santo)

Setor Propaganda Rosália Cabral
(Rio de Janeiro)
Maísa
(Rio de Janeiro)

Departamento Teatral José Cícero Sarmento
(Alagoas)

Departamento Relações Neuza
(Alagoas)

Setor Camponês e Operário José Sales de Oliveira

Departamento Folclórico Claudionaor Machado
(Rio de Janeiro)

SETORES AUXILIARES

Vice Coordenação Nacional Gilson Menezes
(Minas Gerais)

Setor Teatral - Para a peça *Terra Seca* são participantes: José Cícero Sarmento, Devannilton Portella, Rosália, Neuza, Marco Aurélio Borba, Jélio J. Anjos, Direção de José Madureira Vasconcellos e supervisão de Gilson Menezes. Vestuário com Hélio Jovino, cenários com Madureira, montagem Marco Borba.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UGES - RIO GRANDE DO SUL SE APRESENTA AO I^o ENCONTRO NACIONAL DE CULTURA POPULAR

Uma angústia comum a todos, apossou-se de nós, quando, após um Congresso Estadual, onde excelente fora o nível de politização, sentimos que era mister, urgentemente, abrir uma nova perspectiva, um novo horizonte em todo o Estado, para uma firme tomada de posição dos estudantes gaúchos.

Uma vez cōncios dessa realidade e dessa necessidade, que se nos afigurava como obrigação, passamos a difundir, com amor e entusiasmo, em todos os quadrantes do RGS uma nova idéia: A Cultura Popular.

Os Jograis da UGES, com suas poesias revolucionárias e encenando peças teatrais populares, percorreu o maior número possível de cidades, apresentando este novo condutor de conscientização e politização. Nós buscávamos o povo, com quem temos um compromisso verdadeiramente sagrado.

Seguiu-se uma assistência permanente de material artístico para os grupos pioneiros, que aos poucos iam se formando e pediam os nossos subsídios. E nós ficávamos vibrando cada vez cada vez que surgia um desses pedidos.

Uma vez solidificada a idéia de uma Cultura Popular, que partia e retornava de encontro às aspirações do povo, sentimos que era chegado o momento de avançar, dar um passo mais além. Houve uma reviravolta nas realizações da Equipes de Trabalhos, pois todas elas, nos mais diversos setores, foram devidamente enquadradas dentro do esquema mais amplo de Cultura Popular.

Entretanto, fazia-se necessário a criação de um grupo especializado, que se dedicasse exclusivamente ao planejamento e coordenação deste setor. Surgiu, então, o Centro Popular de Cultura da UGES, baseando sua ação nos princípios básicos que regem esta entidade.

Criação do Centro Popular de Cultura

Em consonância com as diretrizes ideológicas da UGES, dedicamos quase toda a atividade da UGES na Cultura Popular. À luz do que ficou dito, Cultura Popular, para nós, tem a amplitude de politização do povo. Não se trata de levar ao povo alguns ensinamentos colhidos nos bancos escolares, mas sim, de propiciar, ao povo, meios que lhe permitam promover-se a si mesmo e por si mesmos. Foi isto que procuramos fazer, num contato vivo e constante com o povo, de conscientizar a expressão adequada do que se encontrava, em seu espírito, ainda informulado e indefinido. Principalmente, demos ensejo, em debates sobre fatos e idéias, a que se assumisse a consciência de sua própria situação histórica. E, a partir da realidade vivida, procuramos abrir as vias, através das quais pudesse ele reencontrar os rumos ideológicos de sua libertação.

Tentando desenvolver suas virtualidades humanas, através das mediações e dos condicionamentos socioeconômicos, o povo há de sentir e tornar lúcida a urgência de transformação estrutural da sociedade em que vivemos. A revolução brasileira é, substancialmente, processo de cultura popular.

Não fazemos cultura popular para operar a revolução. Mas, ao promover-se cultura popular, o povo há de esbarrar com as estruturas atuais, que o impedem de personalizar-se ao nível da igual dignidade de todos os homens.

Por isto, a cultura popular, num regime de classes dominantes e dominadas, só se pode entender como revolução social, isto é, como transformação qualitativa das estruturas sociais.

Não esquecemos de oferecer ao povo um dos meios mais poderosos de expressar sua situação, expressando-se: a arte. Arte também popular e engajada, isto é, comprometida com a causa do povo. Não levamos ao povo os refinamentos de artistas dele desligados. Também não queremos reduzir a arte à militância ideológica. Como em toda cultura popular, a arte deve emergir do coração do povo e ser a maneira de manifestar seus sentimentos e suas idéias. E, ainda, e sempre, arte em íntima ligação com o povo.

UGES volante

A idéia cada vez tomava mais vulto e ia encontrando mais receptividade. Recrudescia nosso entusiasmo, à medida que víamos os horizontes se tornarem mais largos e objetivos. Sentíamos que cada vez mais devíamos nos enfronhar no terreno da prática.

Inicialmente a gente pensou, numa primeira etapa, de levar para o interior o nosso grupo de Jograis e Teatro. Nasceu então o UGES VOLANTE. Moviam-se dois propósitos de fundamental importância. O primeiro deles era em contato com o povo, através de apresentações não apenas para estudantes, mas para ele. Desejávamos suscitar um debate aberto, um diálogo franco e honesto, através do qual nos comprometeríamos - ainda mais com ele e sua causa.

O segundo deles era fazer nascer no meio estudantil do Rio Grande do Sul, o Movimento de Cultura Popular. Era preciso que o pessoal do interior despertasse, efetivamente, para a necessidade da reformulação da cultura, tendo em mira a sua democratização. Era importante que ele acordasse para a premência de uma cultura engajada.

Assim, no primeiro período de nossos trabalhos, foram visitadas cidades em grande número. Em todas as apresentações, a nota dominante foi o entusiasmo que se fazia patente no pessoal, quando surgiam os debates. Contudo, era para as férias de fim-de-ano que se planejava um roteiro muito mais extenso e bastante concreto. Os percalços que antecederam nossa ida foram amplamente compensados pelo sucesso que nos acompanhou em todo o roteiro. Roteiro que, diga-se de passagem, teve que ser interrompido devido à convocação do Conselho Extraordinário, que se reuniu para deliberar sobre o escandaloso aumento das unidades escolares no presente ano letivo.

Como a gente frisou acima, o nosso giro foi muito produtivo. Tivemos uma participação fabulosa de parte do povo, por meio de debates honestos e de diálogos abertos e esclarecedores, que tiveram um excelente resultado de unificação. Foi percebida, e clarividente, a fortificação e as dimensões sempre crescentes que vai assumindo, de maneira irrefutável, a nossa Aliança Libertadora: A aliança-operária-estudantil-camponesa. Estas visitas acompanhadas de apresentações não sofreram solução de continuidade, persistiram, ainda, na se-

gunda parte de nossa atuação. Entretanto, o acordar, a pronta reação do interior, e a disseminação dos núcleos de cultura popular, pela criação de novos CPCs, exigiam de nós uma nova atitude, uma nova posição.

Descentralização dos CPCs

Como a gente colocou acima, despertou o interior para a importância vital dos CPCs, e foram nascendo novos núcleos, nas mais diversas cidades. A cultura engajada encontrava um eco cada vez mais vibrante. A gente sentiu, então, que já era ocasião do nosso CPC sair de circulação, dando lugar aos do pessoal do interior. Os motivos eram vários. Em primeiro lugar, porque a gente continuando, fatalmente estaria agindo de uma maneira paternalista. Paternalismo que sempre condenamos com veemência. Em segundo lugar, porque se viu uma vez mais, que o interior estava demonstrando sua capacidade criadora, e esta sempre mereceu de nós a mais irrestrita confiança. Em terceiro lugar, porque nem no aspecto funcional e material víamos vantagens em continuarmos, pois nunca poderíamos atender todas as cidades e porque também os gastos em viagens seriam muito grandes. Assim, dentro desse critério, resolvemos criar os CPCs regionais. Foram divididas as regiões e estabelecida uma sede regional, que teria a função de coordenar o momento de cultura popular em determinada região. Frisa-se que a existência da sede regional não implicaria no fato de outras entidades (cidades) deixarem de criar seus CPCs. Muito ao contrário, pois esta criação ocasionaria um intercâmbio fabuloso e uma troca de experiência muito proveitosa. Desta maneira, a Sede Regional ficou obrigada, dentro de sua função de coordenadora, à uma série de iniciativas e posições.

Deveria a sede regional promover encontros de cultura popular, que teriam coisas novas, novas concepções, e, o mais importante, junto com o entrosamento com o estudante, com o povo, uma consciência mais clara ainda da importância crucial de uma arte engajada e verdadeiramente democrática. Igualmente, a ela competiria a distribuição de material para as outras cidades. Inclusive, seria de real produtividade o intercâmbio de material com outras regiões.

E não só este intercâmbio, mas também de apresentações. Outra incumbência da sede seriam as visitas mais constantes

possíveis às cidades. Enfim, a gente via e sentia-se feliz com o fato de que o Movimento de Cultura Popular estava no terreno prático, e crescendo dia a dia.

Uma experiência inédita no UGES: a alfabetização

Vínhamos de uma fase na qual se procurou "acordar" o pessoal para as nossas realidades, tanto econômicas, como sociais, políticas e educacionais. Mas, não poderia ficar nisso apenas. Era preciso ir mais longe, descobrir novos horizontes. E estes novos horizontes eram, precisamente, as experiências que víamos quando engajados no terreno prático. Nossa meta principal era um efetivo entrosamento na Aliança-operário-estudantil-camponesa. Como a gente disse, já havia sido lançada a semente e pronto estava o solo. Necessário se fazia arregaçar as mangas e entrar no terreno prático.

A poesia e o teatro já haviam, de sobra, mostrado suas qualidades praticamente insuperáveis, para um trabalho de conscientização, de transformar a massa em povo. Realmente, a poesia e o teatro possuem um poder muito grande de penetração. Procuramos, então, a cada passo, mais e mais aperfeiçoada a cultura popular, torna-la mais dinâmica e, principalmente, mais próxima do povo. Todavia, a cultura popular não se resume em apresentação de um conjunto de jograis ou de teatro. É mais. É, entre outras coisas, alfabetização também. A gente se angustiava e via que algo devia ser feito quando sabíamos que 54% de nossa população é analfabeta. Daí nasceu, ou melhor, ainda, amadureceu a idéia de uma campanha de alfabetização. Ela foi batizada com o nome de Cruzada Estudantil Gaúcha de Alfabetização. E para ela, através de uma explícita circular, de contatos pessoais, de palestras e outros meios, íamos comprometendo o pessoal do interior com a idéia. Algumas cidades mesmo já possuíam estes cursos. Entretanto, nós sentíamos que jamais poderíamos falar para o interior, com propriedade, se não tivéssemos sentido, vivido, experimentado o que era alfabetizar.

A experiência é a melhor orientação. Então, ficamos aguardando uma oportunidade para vivermos o que era ministrar aulas, especialmente para adultos. Resolvemos um problema de casas para eles. Aproximava-se o Natal, e o pessoal lá da vila queria fazer uma festa para a criançada. Começamos a

cooperar e dar sugestões. Junto com eles saímos com “livros de ouro”, para conseguir fundos para a festa. Mostramos para eles a necessidade de viverem em comunidade, para resolverem seus problemas comuns, pois a união faz a força.

Daí houve a fundação de uma sociedade, com eleições livres, nas quais todos os presentes votaram. Muitos não sabiam o que escrever, e desde aí, começou-se a motivação para o curso. Falávamos com uns e outros. Alguns se mostraram interessados e outros descrentes, em virtude de promessas anteriores feitas por políticos, não cumpridas. Enfim juntou-se um grupo decidido, e começaram-se as aulas, dois da equipe passaram a ministrar estas aulas. Sem cartilha especializada, sem conhecimentos de didática, sem muita técnica. Cada dia dávamos uma lição e recebíamos outra. Os problemas de disciplina eram grandes e como as aulas eram com adultos e crianças, estes se tornavam mais graves, pois, os adultos frequentavam as aulas com sacrifício, até em jejum, e, naturalmente, não toleravam a indisciplina, ameaçando até deixarem de frequentar. Venceu-se este problema fazendo-se novas separações. De início, feito um exame de equilatamento de conhecimentos, visando constituir turma homogênea. E esta homogeneidade era necessária, pois observamos que o ciúme era uma característica bastante notável, e com isto havia, naturalmente, um espírito de superar o outro a qualquer custo. Ora, se numa turma houvesse gente com mais conhecimento que os outros, que se destacasse, poria todo o trabalho a perder, pois aqueles que sabiam menos, provavelmente deixariam as aulas de lado. Procurávamos não tornar as aulas monótonas. Variávamos sempre.

O pessoal sempre participava das aulas, ora fazendo exercícios, ora interpretando as lições. Intercalávamos comentários de acontecimentos do presente ou mesmo do passado, visando politizar. Foram ministradas, inclusive, aulas ao ar livre sobre assuntos gerais sempre com o pensamento voltado para a politização. Nelas sentávamos até no chão, junto com o pessoal, e conversávamos assuntos que eles mesmos participavam, coisas que lhes interessavam.

Jamais procuramos assumir a atitude sisuda de professor, procurávamos sempre que eles nos encarassem como companheiros, mas, não permitindo que a disciplina nas aulas sofresse com isto. Assim mesmo, a disciplina foi sempre um problema constante. Tínhamos lápis e caderno para dar, contudo, preferimos vendê-los, baixo preço, para que eles valo-

rizassem o que usavam. Aqueles eram objetos "deles", comprados com seu esforço. Continuávamos a freqüentar as casas e, com isto, angariávamos novos alunos. Naquele grupo escolar, cedido pela Prefeitura Municipal, nasceu um movimento comunitário na vila.

Notava-se que o pessoal ia evoluindo o suficiente par, há algum tempo atrás, quando da visita demagógica de alguns vereadores, com eles discutirem e mostrarem que aquela visita tinha apenas fins de angaria votos.

Começou o ano letivo. E os trabalhos da UGES não nos permitiam continuar na vila. Entregamos, então, a alfabetização para um grupo que já tinha entrado em contato com o povo de lá.

Esta experiência nos permitiu tirar algumas conclusões:

Conclusões Gerais

Era preciso descobrir um vocabulário peculiar ao grupo (o que Paulo Freire chama de universo vocabular), que era preciso dialogar com eles no mesmo nível, que era preciso suprimir o ciúme e mostrar que, em comunidade, um depende do outro, que cada um é indispensável em seu lugar.

Que era preciso manter a disciplina em aula, para ser respeitado e para que as aulas fossem realmente proveitosas; que era preciso descobrir os gostos de cada grupo e "abrir" o diálogo, conversando sobre aquilo.

Por exemplo, com o pessoal do time de futebol não poderíamos falar de corridas de cavalo e vice-versa. Que é importante visita às casas dos alunos para conversar com os pais; que as aulas devem ser variadas e não muito extensas, para não cansa-los e evitar que se tornem monótonas. Que é ideal mudar os locais das aulas, de vez em quando (aulas ao ar livre, por exemplo, são muito proveitosas). Que não é preciso uma aula especial de politização, politiza-se com os mais variados assuntos e a todo o momento; que é indispensável figuras com o fito de haver associação e penetração das aulas; que é preciso paciência para repetir a mesma coisa até meia dúzia de vezes seguidas. Que é preciso jamais mostrar preferência entre uns e outros; que é indispensável a valorização de cada trabalho do aluno, isto é, um gesto de aprovação, um "muito bem", tem uma significação profunda. Enfim, todas as

nossas experiências que nós transmitimos no interior na circular sobre a campanha.

A partir de algum tempo atrás, quando tomamos contato com o método Paulo Freire, baseado nas experiências acima relatadas, foi-nos fácil reestruturar o movimento de alfabetização. E a partir de outubro, a UGES Volante será enriquecida com 5 grupos de especializados no método que o retransmitiram ao interior. Por enquanto é só.

I Encontro Gaúcho de Cultura Popular

Cabe-nos, primeiramente, salientar a necessidade de concretizarmos este Encontro, em cima da hora, dias 2 e 3 de julho, ou seja, 3 dias antes do Congresso Estadual. Após uma série de experiências (pois o nosso trabalho não passou de estudos referentes à cultura popular), vimos que era chegada a hora de concretizarmos a aliança com todas as entidades que movimentam-se nesse objetivo, para que uma complete o trabalho da outra, e para que o apoio seja mútuo. Constatamos movimentos populares no RGS; vimos que uma série de grupos artísticos e de alfabetização estavam se formando e trabalhando da melhor maneira possível. Porém, fora de um esquema geral.

Vimos que o plano de alfabetização precisava ser, urgentemente, remodelado, em vista de ter surtido pouco efeito, em alguns locais, por não ter havido, antes, uma preparação para aqueles que ocorriam para os bancos escolares. A equipe de cultura procurou elaborar um plano, que tivesse seus primórdios em uma vila ou qualquer parte de uma comunidade, onde não existisse na. Absolutamente nada de comunidade, alfabetização ou qualquer centro de comunidade. Partindo desta situação, fomos alastrando o plano, com uma série de organizações que se pode criar, ou motivar o povo para que crie, para, uma vez começada a alfabetização, pudesse o CPC daquela comunidade iniciar um trabalho de politização. Vimos, igualmente, que outras entidades, como a UEE e a divisão de Cultura estavam em vias de desenvolver um plano para o estado. Era necessário reunirmos para entrosar um plano no outro e trabalharmos unísono. Para este encontro foram convidados representantes das sedes regionais de CPCs, UEE e a Divisão de Cultura. Reservamos o primeiro dia para situarmo-nos dentro da cultura popular em teoria, tendo a UGES colocado,

inicialmente, o tema: NECESSIDADE HISTÓRICA DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR, cabendo à Divisão de Cultura expor sobre os temas: O QUE É CULTURA POPULAR E TEATRO MODERNO. O dia 3 foi destinado, exclusivamente, para estudos e planejamento. Faltou-nos dizer que, abrindo o encontro, a UEE colocou o seu programa de ação.

A mais rica das experiências

I FESTIVAL GAÚCHO DE CULTURA POPULAR

Não se podia deixar de reconhecer que a Arte engajada estava em processo de franca ascensão. Por isso mesmo, sentíamos a necessidade de dinamizar, ainda mais, de comprometer ainda mais, o pessoal com os CPCs, de aproxima-los mais do povo, através de uma vivência contínua, de um diálogo mais estreito. E este Festival se realizou e, ao que se sabe, foi o primeiro do Brasil no gênero.

Foi escolhida a cidade de Ijuí. E escolhemos Ijuí porque vimos que era ela, junto com a região, que, no momento, melhores condições apresentava para a sede de um Festival desta ordem. Uma das razões era que Ijuí possuía um movimento e uma consciência comunitária já bastante desenvolvida.

Desta maneira, de 27 de abril a 5 de maio, Ijuí abriu suas portas para todos que lá se dirigiram em busca de maior vivência, de maior testemunho e de novas experiências.

E, sob todos os pontos de vista, isto tudo lá encontraram. E, mais ainda, a hospitalidade e o senso comunitário daquele povo.

Elaborou-se um temário vasto com o fito de atingir a todos: os operários, os camponeses e o povo em geral (considerando estudante como membro deste povo). E, realmente, lá em Ijuí, deu-se um passo a mais, e bem substancial, no nosso objetivo de aliança-operário-estudantil-camponês.

Um dos aspectos mais notáveis dos muitos que caracterizaram o Festival foi precisamente aquela da participação de todos, participação em massa de toda a sociedade. Participação que fazia a gente "vibrar", fortificando-nos com a certeza de que o nosso compromisso é unicamente com o povo, o que nos fazia compreender que os dados estavam lançados, e nada mais no poderia deter!

As reuniões principiavam de manhã cedo e entravam madrugada a dentro. O cansaço foi o grande ausente. O entusiasmo o grande e constante presente.

A seguir, numa seqüência de tópicos, a gente colocará, resumidamente, os aspectos primordiais do Festival. E dizemos resumidamente porque se narrássemos o que sucedeu em Ijuí naqueles dias memoráveis, seria preciso a publicação de um pequeno livro.

- No colégio evangélico Augusto Pestana, tivemos a abertura do Festival. Ouviu-se a saudação da UGES e da UGEI. Logo após tivemos a cargo do Frei Eugênio uma palestra versando sobre cultura popular.
- O pessoal de Ijuí e das cidades visitantes estiveram no núcleo da Esquina gaúcha, onde o Frei Matias proferiu uma palestra sobre "Comunitarismo". Depois houve uma apresentação, em esquete, do quadro de Augusto Boal, "Não há imperialismo no Brasil". Após, foi aberto um debate com os agricultores que lá estavam. A estudentada que lá esteve teve oportunidade de ouvir sobre os problemas da terra, e da maneira que aquela gente encarava as soluções.
- No dia 1º de maio - "dia do trabalho", em frente à Matriz de São Geraldo, chamado "Largo São Geraldo", houve uma grande concentração operário-estudantil. Na oportunidade, representantes das diversas camadas sociais manifestaram suas opiniões, dissertando sobre a necessidade da Concretização da Aliança-operária-estudantil-camponesa, como solução de capital importância para a problemática que aflige nosso povo.
- Na tarde do mesmo dia, num dos cinemas, foi feita a apresentação do filme sindicato de Ladrões. Desta apresentação participaram aproximadamente 1.200 pessoas, em grande maioria operários de vilas vizinhas. Número quase igual ao de concentração anterior. Depois, houveram debates sobre o tema Sindicalismo.
- Na Sociedade Ginástica de Ijuí apresentaram-se para o povo em geral os seguintes grupos: CPC da Faculdade de Filosofia de Ijuí, teatro e Jograis de S.Ângelo, Teatro do Col. do Rosário (Porto Alegre), Jograis de Caxias do Sul, Jograis de Passo Fundo, CPC da UGES. Seguiam destas apresentações, debates que "pegavam fogo" e que fazia o pessoal todo se esquecer das ho-

ras. A gente procurou dirigir os debates de uma maneira diferente, e os resultados foram espetaculares, pois a honestidade e franqueza foram características notáveis nos mesmos.

- Os estudantes tiveram participação em todos os momentos do Festival, visto que para eles estava elaborado um programa intenso. Durante as manhãs, visitas à Escola Industrial e Técnica, à Cooperativa, aos colégios da cidade, além de duas palestras a cargo da Divisão de Cultura, sobre teatro popular.
- Durante as tardes, uma série de palestras, com círculos de estudos posteriores. Foram as seguintes as palestras que tiveram o fito de preparar os estudantes para os debates das noites.
- Espírito farisaico (mostrando a deturpação que fazem do evangelho para defender interesses pessoais).
- Emancipação do aluno, escola e comunidade, escola comunitária e emancipação do homem.
- Finalmente, dia do encerramento. Princípio da saudade que a gente sente daqueles dias fenomenais. Mas, a par desta saudade, está a lembrança do que se debateu lá, servindo como um incentivo para novas conquistas. Pela manhã houve uma passeata estudantil espontânea, com faixas alusivas ao Festival. De tarde, após a entrega dos prêmios (que teve caráter meramente incentivador), os Jograis da UGES novamente se apresentaram com repertório ensaiado na madrugada anterior. Para termos uma idéia de como foi grande a repercussão do Festival, basta ilustrar com o fato de que nos dias subseqüentes ao encerramento havia, diariamente, debates através do rádio, com ativa participação. Além disso, 15 dias mais tarde, fomos chamados para lá, a fim de participar de um debate que tinha o objetivo de dirimir certas dúvidas e deixar claras várias posições.

Isto tudo o que foi lido, era o que a gente desejava colocar com respeito ao que foi realizado dentro do plano de Cultura Popular. Dessa cultura que, perante a nossa realidade social, econômica e política, representa um marco fundamental para a conscientização, para a libertação do homem brasileiro, a grande vítima de nossa estrutura anti-humana que lhe nega, a cada momento, as oportunidades mínimas de usufruir

dos direitos que o conduziriam a ser realizar como homem, como criatura humana.

A gente finaliza aqui, felizes porque temos a certeza que realizamos todo o possível, e da maneira mais autêntica, no campo da cultura popular, que foi, na realidade, a essência de nossa gestão.

Já temos enviado muito material para todas as entidades estaduais, e agora gostaríamos de fazê-lo para os movimentos de CPC, por isso, pedimos que nos seja enviado seus endereços bem como todo o material que possuem.

Centro Popular de Cultura da UGES
Endereço: Andradas, 1155, 15° andar
sala 1506, Ed. Chaves
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

CENTRO POPULAR DE CULTURA

SALVADOR - BAHIA

INTRODUÇÃO

Como nasce o Centro Popular de Cultura não é uma questão que se responda colocando senão a afirmação de que uma situação específica condicionou seu surgimento, determinando características e problemáticas do mesmo. Essa situação específica não é mais que um estado de realidade que, por reunir qualidades determinadas por um tempo e lugar, enquanto caracterizadoras dessa realidade, permitiu a deflagração de um dos instrumentos de maior capacidade para empurrar o processo histórico brasileiro, enquanto lhe preocupava, imediatamente, a dinâmica de seu processo cultural.

Assim, o movimento de cultura popular, em suas diversas manifestações no Brasil, guardando cada uma sua propriedade na forma de existir, nunca na preocupação social e responsabilidade, não é mais, digo, não é em nada espontâneo ou fruto da iniciativa particular de quem quer que fosse. Representa, sim, a necessidade de um povo, da tomada de consciência de sua própria história.

Nenhum fenômeno, fato ou questão, defende seu isolamento de uma série de outros. O mundo é uma interação de relações com leis que a organizam e desenvolvem, fazendo o eixo principal dessas transformações, o homem, sujeito nesse complexo de reflexo e reflexões. Assim, é preciso compreender o Brasil em mundo, explicando e agindo sobre o que nos sobrar dessa aprendizagem. Hoje, se tentamos ver a realidade de uma nação, é imperativo ligá-la à realidade de outras, responsabilizando historicamente o conteúdo de uma como razão da persistência de outras, em fases primárias da história. Daí o esquema mais geral de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, caracterizados os segundos pela dependência que aos primeiros é vantajosa - política, econômica e culturalmente - manter. Nesse quadro quem é o senhor Brasil? O Brasil é um país na América Latina e historicamente pertence ao território que

tem por limites as idéias de "América para os americanos". Ninguém se opõe à sua classificação de subdesenvolvido. A muitas coisas aceitaríamos acusar por esse estado de subdesenvolvimento, reconhecendo a característica de que enquanto são as causa são o próprio fenômeno:

1. Sistema arcaico, fazendo subsistir em seu contexto, formas superadas de relações de produção. (a sobrevivência feudal no latifúndio)
2. Por não ter suportes próprios para sobreviver, o latifúndio se obriga a aliança com o imperialismo, o que implica em entraves ao nosso desenvolvimento.
3. As obrigações de colônia que ao nosso povo são impostas e explicadas pela situação de dependência em que nos colocamos em relação aos países desenvolvidos, ou país desenvolvido.

Tais relações não deixam de significar o comprometimento do esforço de um povo por se fazer historicamente, muito menos a cultura desse povo deixa de estar condicionada por esses fatores, ocasionando inclusive que se desvirtue a sua capacidade de exprimir os anseios dele mesmo responder às exigências de uma cultura nacional. Vale dizer que esse reflexo devolve dialeticamente, agindo sobre essa realidade. Aqui se pressupõe a consciência e tomada de posição, aqui o reconhecimento do homem no que se envolve e sua resolução diante disso. O camponês coloca-se frontal ao latifúndio quando percebe, quando identifica esse com sua exploração, sua miséria, seu analfabetismo. O operário coloca-se em inimigo do imperialismo, quando se conhece explorando, mão de obra barata para a exploração do capital estrangeiro. Um povo adquire personalidade histórica quando se auto-afirma contra as obrigações coloniais por auto determinar-se, fazendo sua história em seu nome, em nome de um mundo mais largo ao homem.

E agora, a quem caberia realizar a preocupação cultural desse povo? Ele próprio tem o aparelho? O camponês, o operário, esses a quem fora negada uma formação de cultura? Eles após consciência e tomada de posição de habilitam à tarefa de uma cultura em seu nome? Não. Aqui é que é devido, por sua condição de classe com privilégio de adquirir cultura, aos intelectuais e artistas tomarem a posição que os qualifique quadros válidos de uma tarefa histórica. Aqui o CPC, organização de nosso empenho, nossa participação, como coisa de precedentes e determinações históricas.

É quando não permitimos que a cultura de um povo, nosso povo, esteja alienada de suas preocupações, ou quando essas preocupações do povo não permitem que essa cultura as ignore, fazendo-se refletida aonde essa cultura se elabora na supra-estrutura ideológica.

Não nos deteremos em explicar ou cultura. São pacíficos seus conceitos fundamentais. Não discutiremos que enquanto fazemos cultura popular somos responsáveis pelo que conceituamos CULTURA PELO POVO - que não é senão informar a todos os componentes humanos de uma sociedade o tempo e lugar em que sobrevivem, em existência e subsistência, caracterizando essa cultura popular não a preocupação de apenas falar ao que se conceitue povo, na linguagem mais própria à comunicação com esse, mas a toda sociedade, aqui brasileira, colocando a problemática humana que ela determina - fazendo, em cada vez dessa tentativa de informar, o uso da linguagem que assegure a comunicação com aquele específico espaço social a que nos dirigimos.

Vale que não esqueçamos que não é devido a somente o artista a consciência de sua determinação, mas também a consciência de que lhe preocupa determinar. É a sua responsabilidade social que o vai validar, colocando-o além dos limites propostos pelo seu fazer. Não haveremos de discutir o artista - é anterior a qualquer caracterização, a qualidade HOMEM, bastante para o tornar envolvido e não isento dos problemas e tarefas como ser social e político.

Centro Popular hoje no Brasil é a tomada de consciência de um povo, refletindo, enquanto coloca aos participantes da supra-estrutura ideológica uma escolha: ganhar com ele o lugar a que se projeta o homem - sua história. É a posição de intelectuais e artistas, os quais se mostraram preocupados com a miséria, com o analfabetismo, com a exploração em suas formas mais primárias, mais precisamente, com o que chamamos CULTURA PELO POVO E ARTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA.

TEATRO

O fato de que o teatro seja um dos setores que mais marcou a atenção do CPC da Bahia, como de resto também ocorreu em outros CPCs espalhados pelo Brasil, não é gratuito nem acidental. O teatro sempre foi, no correr da história, uma arte eminentemente popular. Nessa época, entretanto, reduziu implacavelmente a uma arte exclusiva das classes sociais mais abastadas. A comercialização que hoje vitima o teatro, cor-

tando-lhe as possibilidades de desenvolvimento expressional, e sua redução a uma arte de elites, cortando-lhe as possibilidades de desenvolver os seus recursos de comunicação com todos, são dois fenômenos que possuem uma fonte comum. O objetivo fundamental do CPC, no que se refere ao teatro, é restituí-lo ao povo, tanto para efetivar um direito legítimo deste último, quanto para salvar o próprio teatro do emudecimento do qual ele sofre no seu isolamento atual, limitando-o a falar para a minoria. O teatro pertence como a cultura ao povo, e só no seu contato com o povo poderá readquirir sentido. Esse sentido está, hoje, perdido, porque o teatro, nas salas comerciais, limita-se a ser um mero digestivo reservado aos privilegiados. E, se hoje, no Brasil o povo desperta para a reivindicação decidida dos seus direitos, o teatro desperta para a necessidade de ir ao encontro de sua verdadeira platéia.

Também, no que diz respeito ao teatro, como de resto às outras atividades, o CPC está livre de qualquer paternalismo. Não se trata de tentar impor os mesmos digestivos dos privilegiados ao povo que por eles não se interessam - e com toda razão. Não pretendemos, portanto, popularizar o teatro comercial. Esta seria uma idéia radicalmente falsa do teatro popular. O único teatro que pode e deve ser aceito pelo povo é um teatro que signifique algo para ele, para sua tomada de consciência e para suas lutas. O teatro popular que é a meta do CPC é um teatro que fala dos problemas do povo, de suas angústias e de suas perspectivas.

O CPC iniciou o seu trabalho teatral a partir dessas evidências indiscutíveis. Esse trabalho resultou uma experiência extremamente proveitosa. Em primeiro lugar provou a correção de seus supostos. A possibilidade de um teatro popular existe na razão de sua aliança com o povo, com a platéia a que é endereçado. Em segundo lugar, as características concretas com que se revestiram o seu trabalho, deixaram claras para o CPC suas deficiências e suas próximas tarefas. Essa lição pode ser esquematizada da seguinte maneira:

1. O CPC funcionou como um teatro amador, em virtude de suas deficiências financeiras. Esse amadorismo impossibilitou uma atividade mais constante e profunda.
2. A absolutização do critério de utilização dos espetáculos para as reivindicações populares, fez com que o teatro do CPC perdesse de vista, muitas vezes, a perspectiva cultural da tradição teatral, limitando-se

artisticamente, embora provando a intenção de estar adiante dessas limitações.

3. O desenvolvimento de uma idéia de um teatro popular, cultural e artisticamente conseqüente, só é possível com a superação das duas limitações descritas nos dois itens precedentes.

O programa de teatro do CPC decorre, portanto, diretamente do que foi verificado em sua experiência. Aqui temos de citar como um tipo de trabalho teatral do qual temos a experiência de boa comunicabilidade com as platéias populares a que foi levado, é o "Bumba Meu Boi". Um trabalho elaborado em cima da dança dramática feita pelo povo. Cremos que esse tipo de trabalho deva ser continuado e que ofereça ótimas perspectivas para um caminho a ser seguido. A "Chegança" será a próxima experiência que levaremos a efeito seguindo essa linha teatral.

O teatro didático não deve desaparecer, mas, simplesmente, deve ser posto a serviço do setor de educação. Bem como o teatro circunstancial, usado para a colocação de problemas políticos imediatos. Sem necessidade de montagens elaboradas, destinam-se à ilustração como um dos vários meios didáticos e de divulgação de fatos circunstanciais.

A nova tarefa a ser executada diz respeito a um teatro, senão profissional, semi-profissional que ofereça condições mais amplas do trabalho e, dessa maneira, permita o desenvolvimento de um teatro de alto nível artístico, que, pelas suas características populares, possua uma significação cultura em profundidade.

Resta assinalar que o setor de teatro do CPC pretende desenvolver atividades internas, com vistas ao preparo de seus membros. Essas atividades envolverão:

1. Laboratório de interpretação. Preparo técnico e exercício dos atores do CPC, sob a direção de um diretor artístico.
2. Seminário de dramaturgia. Discussão e trabalho comum executados com a equipe de textos, visando à produção de peças.
3. Seminários de estudos teatrais. Discussão e trabalho comum nos diferentes aspectos do teatro, como: cenografia, figurinos, iluminação, direção, etc.

CINEMA

O Departamento de Cinema do CPC, só agora tem condições efetivas de realização. Assim, reuniram-se os seus membros, num Seminário e discutiram as linhas do seu trabalho. Neste encontro, transcrevemos o relatório desse seminário que foi o ponto de partida para a prática dessa atividade no CPC, daqui por diante. Ei-lo:

O 1º Seminário de Cinema do CPC da Bahia, instalado no dia 23 de novembro de 1963, reuni-se nos dias 24, 26 e 30 do mesmo mês e 4 do mês de dezembro, com um total de 7 sessões, e convocado pela Direção do Centro Popular de Cultura, com os objetivos explícitos de reestruturar o Departamento de Cinema do CPC, e a partir dos princípios explícitos que informam o movimento cinematográfico denominado "Cinema Verdade" e da discussão das teses centrais dos principais teóricos e realizadores desse movimento, elaborar métodos adequados às condições apresentadas pelo movimento de cultura popular e pelas limitações de toda ordem que se antepõe à cinematografia brasileira. Foram escolhidos para coordenador das discussões e relator da mesma os Srs. Wladimir Carvalho e José Carlos Capinan, respectivamente. De início, Álvaro Guimarães relatou sua experiência em "Moleques de Rua", dizendo que quis fazer um filme a partir da realidade, admitindo a ficção como elemento necessário a ordenação lógica da realidade documentada.

Foi narrada a estrutura de "Un coeur gros comme ça", um filme de Reichenbach: elaborado a partir de um documentário de box e dezenas de horas de conversação gravada com um boxeur residente em Paris.

A multiplicidade de opiniões impunha a busca de conceituação do "Cinema-Verdade". Um conceito munido do qual pudéssemos fazer frente às várias correntes denominadas "Cinema-Verdade" e que já fosse o primeiro sinal de união de todos os que ali reunidos se propunham a fazer cinema em conjunto. O cinema verdade seria o puro documental? Admitiria elementos de ficção? Como, a partir de Vertov e Rouc elaborar princípios e métodos que atendessem a nossa realidade objetiva? E os problemas que decorrem da relação cinema e mundo real (realidade): a câmera não transforma a realidade a captar, na medida mesma em que o observador modifica o objeto observado? O ângulo escolhido da câmera não implica já em uma atitude frente a realidade? Como entender o que se poderia chamar de purificação da realidade, ou seja, trabalhar a realidade a ser

documentada de modo que a técnica (câmera, iluminação, etc.) possa registrá-la da maneira mais fiel a si mesma (documentário bela sobre alimentação)?

Não esquecer que o Cinema se distingue da vida (real) na mesma medida em que a palavra se confunde com a coisa.

Orlando Sena propõe definição: Cine-Verdade é a documentação de uma realidade sob o ponto de vista crítico do autor.

Inicia-se então a crítica à definição proposta. (Capinan) quando o autor realiza não o faz independente de um contexto que já formulou objetivamente a crítica à realidade escolhida. "Cinema-Verdade" seria determinado pela aproximação que tivesse o ponto de vista crítico do autor com a verdade história, objetiva. E a conceituação não está na intenção do filme, mas no seu resultado, na medida exata em captar a realidade em suas contradições, toda sua complexidade e em sua evolução histórica. (Fidelis Sarno e Álvaro Guimarães) "Cinema-Verdade" seria a documentação da realidade a partir de um ponto de vista crítico marxista e mais: por documentação entende-se não apenas a mera descrição ou constatação, mas, sobretudo, a interpretação, análise, ênfatização. Este o conceito admitido.

QUESTÕES:

"Vidas Secas" é filme de ficção, "Aruanda", reportagens. Um possui jogo dramático, o outro não. Qual se define como Cinema-Verdade? Sendo ambos válidos, notar que a história (o romance) do primeiro filme é elaborada a partir de profundo conhecimento da realidade e farta documentação, (sendo a obra prima do realismo na literatura brasileira). O fato, o fenômeno tem existência real, objetivo; as interpretações não seria a deturpação desta realidade? Um marxista pode errar na captação do real na mesma medida em que quem não o é pode captá-la.

O que é imprescindível é a utilização do método marxista de interpretação. Carlos Eduardo propõe análise dos métodos de Vertov, Jean Rouch e Leacock.

Dziga Vertov, breve síntese:

- Cinema olho, pintura de fatos - movimento pelo filme sem jogo dramático.
- O cinema olho é a decifração documental do mundo visível.

- Nós não podemos aperfeiçoar os nossos olhos, porém, com a câmera, podemos aperfeiçoá-los sem fim.
- O cinema olho é um movimento que se estende progressivamente e que tem por objeto exercer influências através dos fatos opondo-se à influência da pura ficção.

Em resumo, Vertov concebia o cinema como sensação do mundo propugnava pela liberação da câmera e rejeitava a ficção; com os elementos captados da realidade trabalhava livremente na montagem, obedecendo apenas a um critério de grande realismo, fazendo "Cinema-Verdade", Kino-Pravda, que perseguia a verdade histórica militante, e não um respeito medíocre a um naturalismo inconseqüente.

Jean Rouch, síntese:

Admite subjetivismo na montagem. Seu objetivo (é o grande mérito que encontra em toda sua larga busca): fazer ficção a partir da realidade.

- Os dois caminhos que encontrava possíveis para o cinema verdade: um, no qual preponderaria a montagem na criação, se daria com nítida adesão do autor aos elementos que busca, e um segundo caminho que seria montar alguma coisa a partir do filmado; neste segundo caminho-experiência interessante seria fazer filme de uma hora, para a TV, onde a fim de não estar limitado por fantasiosas concepções de montagem e de duração de seqüências e de cenas esgotaria um só personagem em cada um desses filmes.

As principais críticas a Jean Rouch se sintetizaram nos seguintes pontos:

- ele trata situações e personagens particulares, não criando situações nem personagens típicos, fugindo, portanto, ao realismo.
- sua experiência é válida enquanto limitada a um grupo muito particular de seres humanos aos quais cabe a câmera observar.
- ao confessar sua dificuldade de comunicação com a equipe que o acompanha, dado que ele mesmo não sabe o que será o filme e sua extensão, etc.

Denuncia um critério extremamente subjetivista de aproximação da realidade, mesmo levando-se em conta o grau possível

de indefinição da imagem que o autor tem da obra. Os métodos estudados do Vertov e Rouch foram por eles elaborados a partir de concisões concretas de trabalho e de objetivos definidos que se propuseram a atingir. Daí porque se passou a analisar as nossas condições atuais de trabalho estabelecendo-se o que se segue:

- estabelecer sistema de trabalho que permita a equipe entender-se já que as experiências iniciais serão coletivas;
- entendimento claro do que se deseja em termos de cultura popular e em termos de formas populares de comunicação;
- estabelecer como política do departamento de cinema: empregar curtas-metragens e produzir longas-metragens.

Quanto à organização do departamento:

- serão indicados os nomes dos Srs. Fidelis Sarno e Wladimir Carvalho para a Direção e Vice Direção, respectivamente, do departamento;
- recomendar a compra do seguinte material permanente para o departamento: câmera, moviola, fotômetro, tripé com cabeça móvel, zoon, e filme virgem.
- recomendar estabelecer em conjunto com o departamento de artes plásticas um setor técnico de fotografia;
- recomendar a criação dos seguintes setores no departamento: produção, realização, técnico (fotografia), divulgação.

MÚSICA

A música é das manifestações artísticas populares, a mais difundida. O veículo pelo qual a mensagem política tem a melhor receptividade. Principalmente quando, com uma temática popular, a música que é feita pelo Departamento de Música do CPC procura aproveitar essas formas.

Para sermos práticos, diremos que a experiência do CPC, neste setor, é a de que, aproveitando manifestações folclóricas do nosso povo, temos feito um trabalho de dinamização e engajamento social dessa música, obtendo os melhores resultados de comunicação. O folclore, por si só, apresenta características pouco dinâmicas, quando não totalmente estáticas.

Não podemos, portanto, reproduzir simplesmente estas formas. O que fazemos é dar-lhe nova forma e conteúdo, fazendo que ela ganhe nova dimensão. Essa nossa atividade, tem-se feito ao lado do trabalho de teatro, que tem íntima ligação.

Num trabalho com grupos sociais, temos desenvolvido no DM a organização de uma batucada, que tem sua sede num dos bairros de Salvador (Barris) e que conta com a participação de operários e domésticas, além de reunir os compositores jovens de nossa Cidade, que mais participam dessa nova mentalidade musical. Aqui tem sido possível usar o samba, que é uma das mais populares formas de expressão, para conseguir a participação efetiva do povo na sua elaboração. Temos já compostos 7 sambas que serão cantados pela nossa batucada no próximo carnaval. Todos eles tratando temas sociais do Brasil atual. cremos que esse novo tipo de trabalho terá de se estender a outras atividades, pois os grupos sociais, as camadas populares, devem participar com sua presença, nos nossos trabalhos, para que aprendamos melhor suas necessidades e aptidões.

ARTES PLÁSTICAS

O Departamento de Artes Plásticas oferece no momento condições de se organizar como unidade produtiva, realizando trabalhos remunerados. Isso surge da necessidade que têm os movimentos de cultura popular de autofinanciarem suas atividades, já que uma das muitas dificuldades com que contam é a financeira.

Assim o DAP se organiza para produzir recursos, profissionalizando um grupo de artistas que estarão ao mesmo tempo fazendo um trabalho de formação de quadros no setor das artes plásticas, com garantia de continuidade, e aperfeiçoando sua forma e conteúdo popular, através de um trabalho ao lado de outros departamentos como Teatro, Educação, Cinema, Fotografia.

Esperamos, assim, que o trabalho neste departamento deixe de ser ocasional e passe a ser constante, de pesquisa e formação.

Com fundamento numa orientação básica da cultura popular, entendemos que a participação dos artistas plásticos haverá de ser no sentido de, apoiando-se na criação do povo, nas suas formas de trabalho artístico, tentar uma superação do nível de suas produções, bem como desenvolver o espírito de equipe, dando nova visão social a esse trabalho.

No setor de Seminários, pretende o DAP realizar debates e cursos relacionados com suas atividades, pois só esse laboratório pode permitir uma integração de idéias e encontrar o caminho para uma arte popular autêntica.

EDUCAÇÃO

O Departamento de Educação do CPC procurando acompanhar a experiência dos CPCs em outros Estados, enquadrando-se assim no esquema daqueles que acompanham e colaboram dinamicamente nas transformações que se processam na estrutura da sociedade brasileira, tem procurado esclarecer o Povo brasileiro sobre os nossos mais gritantes problemas, exigindo, ao mesmo tempo, a sua participação na solução dos mesmos.

Assim, a nossa atuação tem se desenvolvido em torno de:

- a) Setor de alfabetização
- b) Setor de palestras

1. Considerações em torno do analfabetismo

- a) Analfabetismo sintoma de atraso:

O analfabetismo em massa é um dos traços mais salientes, da vida cultura brasileira.

Existe um estreito vínculo entre o declínio do analfabetismo e o desenvolvimento econômico. É nos países industrializados, de maior índice de urbanização e menor percentagem de população ocupada na agricultura, que são menores as taxas de analfabetismo.

O Brasil, com 63% da população adulta trabalhando na agricultura, e 51% de analfabetos, enfileira-se ao lado do Haiti (87% e 90% respectivamente), do Egito (62% e 80%), da Índia (69% e 81%), Portugal (55% e 44%), dados de 1950. Os Estados Unidos pelo contrário, contam com 15% e 3% respectivamente. A Bélgica com 15% e 3% e o Chile com 37% e 20%.

- b) Analfabetismo, Limitação da Democracia:

Dados de 1960 permitem calcular a existência no Brasil de cerca de 33 milhões de maiores de 18 anos. Naquele mesmo ano, as estatísticas registraram 12 e meio milhões de votantes dentre 15 e meio milhões de votantes inscritos. O número

de votantes e de eleitores inscritos é menor do que o das pessoas privadas pelo analfabetismo do direito de votar. Cerca de 16 milhões.

Na faixa etária de 15 a 49 existem cerca de 4 e meio milhões de analfabetos no Nordeste em que opera a SUDENE.

A taxa de analfabetismo atinge 72,8% em nosso Estado, bastante superior à taxa de analfabetismo do conjunto do país.

A distribuição populacional entre cidade e campo caracteriza-se pela predominância da população rural (embora percentagem desta sobre o total demográfico do Estado tenha decrescido em 76,1% em 1940 para 74,1% em 1950 e 64,6% em 1960). E nas zonas rurais a taxa de analfabetismo é em média superior a 80%.

Mesmo nas zonas de maior índice de urbanização a situação é grave. No próprio município da Capital do Estado existem mais de 120 mil analfabetos na faixa etária de 15 a 49 anos. Em três dos municípios mais progressistas e melhor servidos por linha de comunicação, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Alagoinhas, o número de analfabetos na referida faixa etária chega a mais de 25 mil nos dois primeiros e perto de 15 mil no terceiro.

c) Diretrizes educacionais do CPC:

1. A quem educar:

A população ativa (faixa etária de 15 a 49 anos), sobretudo as novas levas que atingem cada ano a idade legal de trabalho (14 anos) e a da responsabilidade civil (18 anos).

Justificativas: A estrutura etária da população baiana é piramidal, com uma acentuada juvenilidade que reflete a explosão demográfica brasileira: mais da metade tem menos de 18 anos de idade. Do ponto de vista econômico a pirâmide etária funciona como uma pirâmide invertida: A população economicamente ativa, que se dispõe no vértice, sustenta a alimentação, educação, etc. das massas de crianças e jovens que ocupam a base. A introdução precoce dos jovens no processo produtivo pouco alivia esse tremendo ônus.

O problema da educação dos menores confunde-se com o do aumento da produtividade do trabalho dos adultos, com o da elevação do nível de qualificação da mão de obra adulta. Sua solução implica a concentração de esforços financeiros na educação dos adultos.

A carência dos recursos só permite que sejam feitos em educação, em um Estado como a Bahia, os investimentos mais remunerados, isto é, os que sejam recuperáveis em curto prazo e em termos de rentabilidade econômica. A educação da população adulta ativa, atende de imediato a esses requisitos, ao contrário do que sucede com a educação dos que se situam na faixa etária dos 7 a 14 anos.

2. Onde educar:

Nas regiões relativamente urbanizadas e servidas por bons sistemas de comunicações, onde funcione uma economia de mercado de cujo contexto brote a demanda de mão de obra qualificada.

Justificativas: O CPC reconhece o fato lamentável de que ainda é impossível empreender, de imediato, a alfabetização indiscriminada das populações de todas as regiões e zonas do Estado. Como dissemos, os recursos são escassos e não é possível empregá-los na alfabetização de pessoas que por desuso dos conhecimentos adquiridos, regredirão ao analfabetismo.

3. Para que educar:

Para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento econômico e para dar consciência da realidade brasileira.

Justificativas: A Educação não é só um artigo de consumo mas fator de produção e progresso técnico. Nesse sentido é um pré-investimento produtivo prioritário de rendimento elevado. O CPC vê a iniciação tecnológica como parte inseparável da alfabetização popular.

Para promover o convívio democrático e a inserção do homem na sua problemática é preciso acostumá-lo a assumir uma postura crítica e dialogal, a identificar, descrever e analisar os problemas de sua comunidade e a debater o modo de encaminhar soluções para os mesmos. Em suma: Habituar o Povo a tomar assento nas esferas decisórias, tanto local quanto nacionalmente, ensiná-lo a manipular as técnicas de cidadania.

MÉTODO DE PAULO FREIRE

Pelas razões expostas, o Departamento de Educação resolveu realizar o seu trabalho de alfabetização pelo método do Prof. Paulo Freire dada a sua economia de tempo e de recursos, bem como a possibilidade de alfabetizar rapidamente consideradas parcelas de nossa população adulta.

Concretizando essa medida o CPC realiza no momento sua primeira experiência de alfabetização pelo citado método em Feira de Santana, cumprindo um convênio firmado entre o CPC, a Prefeitura de Feira e o MEC. Até agora já realizamos em Feira de Santana o seguinte:

1. Preparação da equipe central pelo Prof. Paulo Freire e sua equipe.
2. Organização da equipe central e da secretaria executiva da campanha.
3. Levantamento do universo vocabular, das situações sociológicas típicas.
4. Escolha das palavras chaves.
5. Aquisição de projetores e outros materiais necessários.
6. Organização do curso de supervisores e coordenadores.
7. Localização dos núcleos maiores de analfabetos em Feira de Santana.

SETOR DE PALESTRAS

Infelizmente este setor do DE ainda não atingiu o grau de desenvolvimento que dele se pode esperar. Dificuldade de material humano necessário para esse tipo de trabalho, que funcione em termos de equipe tem sido, um dos nossos maiores entraves.

O êxito relativo do Curso de Realidade Brasileira, ministrado pelo CPC juntamente com a Comissão Regional de Cultura Popular da Bahia em outubro próximo passado, constituiu-se numa promessa para as outras atividades desse setor que já agora aproveitarão a experiência inicial.

O Setor de Palestras visa ao seguinte basicamente: concentrar suas atividades em ciclos de conferências, debates em sociedades de bairro, sindicatos, clubes sociais etc. tendo como conferencistas intelectuais, sacerdotes, artistas etc.

A experiência tem mostrado que essas conferências ilustradas por slides, teatro, música, cinema etc. tem um grande poder de comunicação e se tornam um instrumento válido para o esclarecimento da problemática brasileira.

DEPARTAMENTO DE TEXTOS E PUBLICAÇÕES

O Departamento de Textos do CPC foi criado após que se identificou a necessidade de um organismo para a função específica de elaborar textos para as atividades do CPC. Discute-se se há validade de um departamento tal visto que a sua atividade é limitada, levando-se em consideração que o grande peso da massa popular é analfabeta e assim não tem acesso aos textos. A primeira resposta a esta questão é de que os textos podem servir não para serem fornecidos à massa diretamente, mas para prover os outros meios de informar esta massa. A informação oral e figurativa não dispensa o texto. O teatro o necessita, como a gravura, como a campanha de alfabetização etc.

O que se deve discutir é se o texto pode constituir por si só uma forma de comunicação e até quando se torna útil e viável a sua aplicação. O primeiro argumento é:

1. Não nos obrigamos a uma comunicação apenas com uma parcela social com parcelas que constituam a massa essencialmente. Daí nos obrigaremos a um outro tipo de comunicação.
2. O trabalho desempenhado pelos Departamentos de Educação nos obriga a prever os seus resultados, colocando à disposição dos quadros humanos por ele alfabetizados textos que sirvam como material para o prosseguimento de sua formação educacional e política.

Para a nossa atividade de fazer textos foram eleitos os seguintes critérios:

- a) Levantar a realidade brasileira, elaborando textos que estudassem a sua problemática.
- b) Procurar com que esses textos alcançassem diretamente o povo, fazendo-o caminhar através dos departamentos que os transformassem ou enriquecessem a sua capacidade de comunicar.
- c) Prover todos os departamentos do CPC de textos que necessitassem para suas atividades específicas.
- d) Entregar ao processo cultural brasileiro textos que, por possuir a característica de compreender a realidade que o condicionou e satisfazer a exuberância de abrir a esse processo suas verdadeiras perspectivas de desenvolvimento, correspondam às nossas preocupações.

Alguns de seus Planos

Quando resolvemos fazer cultura popular encontramos uma atividade anterior à nossa, desenvolvida pelo povo, e sabíamos bem que enquanto éramos obrigados a utilizar dessa cultura não poderíamos repeti-la pois significaria perder em nossa prática o nosso sentido de ganhar para o povo novos instrumentos para sua luta de libertação. Sabíamos que a cultura do povo deixava refletir a realidade porque ele não tinha condições para ser informado dessa, desconhecendo as principais determinantes de sua condição subdesenvolvida, emprestando à explicação desse estado de coisas suas crenças, sua filosofia fatalista, seu crédito em uma vida dirigida por forças superiores à força do homem. Nós, que nos organizávamos para compor a frente do processo cultural brasileiro, não poderíamos promover senão criticando essa cultura feita pelo povo, embora aproveitando o material que nos cederia uma qualidade comunicante. Daí buscaríamos fazer cordel, mas sem desconhecer que uma nova realidade exigiria uma nova técnica, novos fatos, nova filosofia para esse cordel. Daí buscaríamos as falações do drama popular dentro de sons não previstos no Bumba ou na Chegança tradicionais, e enquanto essas superações eram procedidas tínhamos de cuidar para que esse novo elaborado não significasse corpo estranho para o povo - então nos obrigávamos a dentro de todas as transformações exigidas, providenciar que nunca fosse rompido didatismo. Também sabíamos que ao lado dessa cultura do povo existia outra atividade cultural, manifestada com a principal característica de desconhecer a realidade nacional. Ora tal reconhecimento não basta para determinarmos a priori que muito dos seus instrumentos não nos servem; ao contrário, o volume de consciência adquirido pelo povo, como também a necessidade de desenvolvê-lo sempre, pedem a multiplicação dos canais informativos. Daí não nos ser permitido ignorar uma técnica que a cultura alienada conseguiu, para nos restringirmos ao aproveitamento apenas de formas populares como o cordel e símiles. Então nosso plano previu livros, revistas em quadrinhos, jornais etc.

Os planos de publicação previam (algumas dessas atividades não se efetivaram por razões que o relato explicará):

1. Livros de Cordel - lançamento imediato, após acontecimento de vulto e interesse popular, de livros de literatura de cordel em linguagem que permitisse rápida pareensão dos mecanismos determinantes e implicações maiores do fato.

2. Textos sobre problemas econômicos, políticos, educacionais, sanitários etc. - regionais, e nacionais e internacionais - publicados com a observância dos critérios de didatismo e baixo custo.
3. Revista em quadrinhos, apanhando as situações brasileiras em enquadramentos críticos gosativos.
4. Jornais semanais, informativos das atividades CPC, atividades sindicais e noticioso dos últimos fatos.
5. Publicação de livros com fotografias e gravuras sobre aspectos humanos brasileiros, com textos explicativos.
6. Publicação de estatísticas. Utilizando a interpretação de charges.
7. Atendimento das solicitações dos outros departamentos, fazendo textos para o Departamento de Teatro, Música, Educação e publicando textos que estes departamentos recomendem.

Suas Realizações

Peças: Arroz, Feijão e Simpatia - peça para público universitário, comédia, irregularidades do Restaurante Universitário. Autores: Paulo Gil, Hamilton Nonato, Fidelis Sarno.

Invasão de Amaralina - texto para operários. t. circunstancial. Fato: invasão de terras de Amaralina. Problema geral: latifúndio.

Auto dos 400 Sem-terra - texto para universitários - t.circunstancial - Fato: invasão de terras por camponeses em Belmonte. Problema geral: latifúndio. Autor: Chico de Assis.

Episódio da Samba - texto para operários. Fato: desemprego de vários operários por participação sindical. Problema Geral: a luta sindical. Autor: Paulo Gil Soares.

Bumba Meu Boi - dança dramática. Fato: exploração da carne de boi. Problema geral: imperialismo. Autor: José Carlos Capinan.

Cuba - texto para universitário. Fato: invasão de Cuba. Problema geral: imperialismo. Autor: Gorgônio Araújo.

O Reino do Sempre Será - texto para crianças. Teatro de Fantoques. Autor: Fidelis Sarno.

Jogralasca - texto para universitários. Recitativo. Organização de Johnson Santos.

Chegança - dança dramática. Fato: história das dominações estrangeiras no Brasil. Problema geral: imperialismo. Autores: Francisco de Assis e José Carlos Capinan.

Show CPC - vários sketches e números musicais unidos por uma história central. Autores: Luiz Carlos Maciel, João Ubaldo e José Carlos Capinan.

Livros de Cordel:

Desventura de um Operário - Gorgônio Araújo

Desventuras de um Jornalista - Gorgônio Araújo

Bumba Meu Boi.

Chegança.

Para o Departamento de Música:

Canção da Reforma Universitária

Canções para peças

Realizações do CPC

1. DEPARTAMENTO DE TEATRO

1961 Miséria a Baixo Custo

Pão, Arroz e Simpatia

Montagem de sketches e canções

Rebelião em Novo Sol

1962 400 Sem-Terra

Invasão de Amaralina

Montagem de sketches e canções

1963 Bumba Meu Boi

Os Fuzis da Senhora Carrar
Montagem de sketches e canções
Planejamento da Montagem da Chegança
Realização do Seminário de Teatro

2. DEPARTAMENTO DE MÚSICA

1961/2 Músicas para as peças do D. Teatro
1963 Música do Bumba Meu Boi
Música da Chegança
Música para os Fuzis da Senhora Carrar
Shows de capoeira e batucada
Coral
Ilustração de Conferência sobre Cultura Popular.
Setor do Teatro de Fantoches - O Reino do Sempre Será.
Gravação do Bumba Meu Boi.

3. DEPARTAMENTO DE ARTES PLÁSTICAS

1961/2 Confeção dos cartazes para as peças do D. de Teatro.
Confeção dos Cenários para peças.
1963 Cartazes do Curso de Introdução à realidade brasileira.
Cartazes dos 25 anos da União dos Estudantes da Bahia.
Cartazes da Semana do Professor
Cartazes da peça Os Fuzis da Senhora Carrar
Cartazes para a campanha de alfabetização de Feira de Santana pelo sistema Paulo Freire.
Gráficos representativos para o D. Educação do CPC.
Desenho dos slides para o curso de alfabetização de Feira de Santana.
Slides e programas da peça Os Fuzis da Senhora Carrar.
Figurino e cenários da peça Os Fuzis da Senhora Carrar.
Projeta no momento os painéis de propaganda sobre pro-

blemas de Educação, Sistema Paulo Freire, Realidade Brasileira e atividades do CPC da Bahia para a campanha de Feira de Santana, num trabalho em conjunto com o D. Educação do CPC.

Montagem de Oficina.

4. DEPARTAMENTO DE TEXTOS

Além das atividades já mencionadas no relatório do Departamento.

1963 Texto do Programa de Os Fuzis da Senhora Carrar.

Tradução das canções de Os Fuzis da Senhora Carrar.

5. DEPARTAMENTO DE CINEMA

1962 - Filme para a peça *Rebelião em Novo Sol*.

1963 - Realização do Seminário de Cinema

Planejamento de um documentário para a Campanha de Alfabetização de Feira de Santana.

6. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Campanha de Alfabetização pelo Sistema Paulo Freire em Feira de Santana.

Curso de Introdução à Realidade Brasileira.

Manutenção das escolas de alfabetização pelo sistema tradicional, nos Alagados e Amaralina.

Preparação de slides para montagem de conferências sobre realidade brasileira, especificamente, reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional, problema de transportes e comunicações, inflação e desemprego, abastecimento, doenças de massa, etc.

Organização do Centro Popular de Cultura da Bahia

Diretoria Executiva:

Diretor Executivo - Johnson Santos
1º Vice Diretor - Luís Carlos Maciel
2º Vice Diretor - Carlos Alberto Oliveira
1º Secretário - Solange Lamêgo
2º Secretário - Tereza Sarno
Tesoureiro - João Duarte

Conselho de Cultura:

Departamento de Educação Diretor: Herval Pina Ribeiro
 Vice: Siomar Buniac

Departamento de Teatro Diretor: Harildo Esteves Doda
 Vice: Luiz Café

Departamento de Música Diretor: Antônio José Martins
 Vice: Mari Ribeiro

Departamento de Arquitetura Diretor: José Guilherme
 Vice: Maria Sampaio

Departamento de Textos Diretor: José Carlos Capinan
e Publicações Vice: Noênio Spínola

